

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

ÁREA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Tatiana Maia

Potencialidades de Implantação
da Certificação *Fair Trade* na Cadeia Apícola do RS:
Um Estudo em Associações da Micro-Região de Osório

São Leopoldo
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

ÁREA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Tatiana Maia

Potencialidades de Implantação
da Certificação *Fair Trade* na Cadeia Apícola do RS:
Um Estudo em Associações da Micro-Região de Osório

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Vale do Rio do Sinos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Profa. Dra. Luciana Marques Vieira

São Leopoldo
2007

Ao meu amado pai,

João da Silva Maia

(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho representa o cumprimento de mais uma etapa de vida. Não representa simplesmente a realização de um trabalho acadêmico, mas sim, todo um processo de crescimento.

Um trabalho como este não é uma obra que se construa sozinha, para chegar até aqui diversas pessoas e instituições contribuíram, sendo assim, só tenho a agradecer a todas elas, e, em especial:

Ao meu esposo Eduardo, pelo constante apoio, incentivo, carinho e compreensão.

À minha mãe, pelo amor, carinho e dedicação que sempre me apoiou em todas as etapas de minha vida, e em especial pelo exemplo de força e fé.

À minha orientadora Profa. Dra. Luciana Marques Vieira, pela amizade, pela confiança, pelo apoio e principalmente pela valiosa orientação.

À UNISINOS, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Administração, na pessoa do Prof. Dr. Ely Laureano Paiva, pelo acolhimento e oportunidade para a realização deste trabalho.

Aos Professores PPG em Administração pelos valorosos ensinamentos transmitidos.

Aos colegas do curso de Mestrado, turma 2005 pela amizade e pelos calorosos debates em sala de aula que ajudaram muito meu processo de aprendizado.

Ao pessoal da secretaria do PPG em Administração, principalmente à Ana Zilles, por nos propiciarem um ambiente acolhedor e por “quebrarem nossos galhos”.

À FARGS (Federação Apícola do Rio Grande do Sul), na pessoa de seu presidente José Gomercindo Corrêa da Cunha, pelo apoio, amizade e informações prestadas.

À CAPES, pela bolsa que custeou parcialmente meus estudos.

Ao CNPq, que através de projeto de pesquisa, contribuiu financeiramente para a realização da pesquisa.

*“Todo o homem que trabalha
tem direito a uma remuneração
justa e satisfatória, que lhe assegure,
assim como à sua família,
uma existência compatível com a
dignidade humana...”*

Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 23

RESUMO

O estudo de cadeias produtivas e suas diversas formas de organização estratégica é o tema maior de investigação deste trabalho. Utilizando um abordagem denominada como *Fair Trade*, estudou-se a cadeia apícola do RS, centrando a investigação na micro região de Osório, composta de 22 municípios próximos ao litoral norte do estado. Como contribuição científica busca-se aprofundar e discutir questões críticas no âmbito de organização e governança de cadeias produtivas e da sustentabilidade de pequenas produções. A investigação baseou-se em dados coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com especialistas setoriais e líderes de todas as associações de produtores existentes na região estudada. O objetivo principal foi investigar a elegibilidade e adequação de cada uma das comunidades produtivas ou associações para a implantação de uma certificação de *Fair Trade*. Os resultados evidenciaram que nenhuma encontra-se efetivamente pronta para obtenção deste tipo de certificado, sendo necessárias adequações. Contudo, verificou-se que o *Fair Trade* é uma alternativa valiosa, e um caminho a ser perseguido para algumas destas associações, não só como estratégia de acesso a mercado, mas também como elemento de indução da governança e organização de suas atividades produtivas.

Palavras-chave: Cadeias Produtivas do Agronegócio, Apicultura, *Fair Trade*, Governança.

ABSTRACT

The study of agribusiness chains and its several forms of strategic organization is the main focus of inquiry of this work. Using an approach called Fair Trade, we studied the apiculture sector of RS, centering the research in the micro-region of Osório, composed of 22 cities located in the north coast of the state. As a scientific contribution, this work deals with critical issues in the organization and governance of productive chains and sustainability of small producers in agribusiness. The research was based on data collected through semi-structured interviews, carried out with experts and leaders of all the associations in the studied region. The main objective was to investigate the adequacy of each one of the productive communities or associations, for a Fair Trade certification. The results evidenced that none of the associations are effectively ready for attainment of this type of certificate, and that some adequacies are necessary. However, it was verified that the Fair Trade is a valuable alternative, and a way to be pursued for some of these associations, not only as a market access strategy, but also, as an element of induction of the governance and productive organization.

Keywords: Agribusiness Chains, Apiculture, Fair Trade, Governance.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: SISTEMA DE AGRONEGÓCIOS E TRANSAÇÕES TÍPICAS.....	31
FIGURA 2: ESQUEMA DE INDUÇÃO DAS FORMAS DE GOVERNANÇA	36
FIGURA 3: AGENTES NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO.....	43
FIGURA 4: SELO <i>FAIR TRADE</i> DA FLO.....	48
FIGURA 5: PRINCIPAIS ETAPAS DA PESQUISA.....	61
FIGURA 6: REPRESENTAÇÃO DA CADEIA APÍCOLA DO RS.....	83
FIGURA 7: PRINCIPAIS TRANSAÇÕES DA CADEIA APÍCOLA DO RS	87
FIGURA 8: A MICRO-REGIÃO DE OSÓRIO.....	92
FIGURA 9: RE-CONFIGURAÇÃO DAS TRANSAÇÕES COM A IMPLANTAÇÃO DO FT.....	104

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: SÍNTESE DOS TRABALHOS EMPÍRICOS UTILIZANDO O MÉTODO SAG.....	34
QUADRO 2: FORMA EFICIENTE DE GOVERNANÇA E CONTRATOS.....	40
QUADRO 3: PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES DE <i>FAIR TRADE</i>	46
QUADRO 4: ARCABOUÇO TEÓRICO – CONCEITUAL DA PESQUISA.....	59
QUADRO 5: ATRIBUTOS DAS PRINCIPAIS TRANSAÇÕES E GOVERNANÇA RESULTANTE.....	88
QUADRO 6: ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES OSORIENSE – AAPO.....	95
QUADRO 7: ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO APICOLA DE OSÓRIO – AAO.....	96
QUADRO 8: ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DE TRAMANDAÍ – APITRA.....	97
QUADRO 9: ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO APICOLA DE MAQUINÉ – APIMAQ.....	98
QUADRO 10: ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO PATRULHENCE DE APICULTORES – APA.....	99
QUADRO 11: ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO TÚNEL VERDE – AAFTV.....	100
QUADRO 12: SÍNTESE DAS ASSOCIAÇÕES.....	101
QUADRO 13: ATRIBUTOS DAS PRINCIPAIS TRANSAÇÕES E GOVERNANÇA RESULTANTE NO FT.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE MEL EM 2005.....	69
GRÁFICO 2: PARTICIPAÇÃO NAS IMPORTAÇÕES DE MEL EM 2004.....	70
GRÁFICO 3: PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES DE MEL EM 2004.....	71
GRÁFICO 4: PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MEL EM 2005.....	77
GRÁFICO 5: PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MEL EM 2000.....	77

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: MAIORES PRODUTORES DE MEL ENTRE 2000 E 2005 (TONELADAS).....	69
TABELA 2: PRINCIPAIS IMPORTADORES DE MEL EM 2004.....	70
TABELA 3: PRINCIPAIS EXPORTADORES DE MEL EM 2004.....	71
TABELA 4: VOLUME DE VENDAS DE MEL FT EM 2004 E 2005.....	72
TABELA 5: N° DE PRODUTORES DE MEL FT POR PAÍS.....	72
TABELA 6: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEL NO BRASIL DE 2000 A 2006.....	74
TABELA 7: ESTIMATIVA DE CUSTOS, RENDIMENTOS E RENTABILIDADE.....	78
TABELA 8: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEL E PARTICIPAÇÃO DO RS DE 2000 A 2006.....	82
TABELA 9: DADOS ECONÔMICOS DA MICRO-REGIÃO OSÓRIO.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAO – Associação Apícola de Osório
AAFTV – Associação dos Agricultores Familiares do Túnel Verde
AAPO – Associação de Apicultores Osoriense
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA – Associação Patrulhense de Apicultores
APIMAQ – Associação de Apicultores de Maquiné
APITRA – Associação de Apicultores de Tramandaí
BSD – *Business meets Social Development*
CBA – Confederação Brasileira de Apicultura
CEPAN – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios
CSA – *Commodity System Approach*
DESER – Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais
ECT – Economia dos Custos de Transação
EFTA – *European Fair Trade Association*
EMAC – *The European Marketing Academy*
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FACES do Brasil - Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil
FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations*
FARGS – Federação Apícola do Rio Grande do Sul
FEPAGRO - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler
FLO – *Fairtrade Labelling Organizations International*
FT – *Fair Trade*
FTF – *Fair Trade Federation*
IAMA – *International Food and Agribusiness Management Association*
IBD – Instituto Biodinâmico
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAT – *International Federation for Alternative Trade*
IN´s - Iniciativas Nacionais do Selo
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEI – Nova Economia Institucional
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PENSA – Programa de Estudos de Negócios do Sistema Agroalimentar
PNCR – Programa Nacional de Controle de Resíduos
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RA – *Rapid Appraisal*
SAG – Sistema Agroindustrial
SCI – Sistema de Controle Interno
SEBRAE – Serviço de Apoio à Pequena Empresa
SECEX – Secretaria do Comércio Exterior
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIF – Serviço de Inspeção Federal
UE – União Européia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	18
1.2 OBJETIVOS	20
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	20
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	20
1.3 JUSTIFICATIVA	21
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 COMMODITY SYSTEM APPROACH – CSA	24
2.2 ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO - ECT	27
2.3 SISTEMA AGROINDUSTRIAL – SAG	30
2.4 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	36
2.5 CERTIFICAÇÕES NO AGRONEGÓCIO	41
2.6 FAIR TRADE – FT	44
2.6.1 <i>A Certificação Fair Trade pela FLO</i>	48
2.6.1.1 O Prêmio FT da FLO	50
2.6.1.2 Critérios de Comércio Justo da FLO	52
2.6.1.3 Custos da Certificação	56
2.6.1.4 Principais Etapas para Certificação	58
2.6.1.5 Padrões Específicos por Produto	58
2.7 ARCABOUÇO TEÓRICO – CONCEITUAL	59
3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS.....	60
3.1 PESQUISA DESCRITIVA (1º FASE).....	62
3.2 RAPID APPRAISAL – RA (2º FASE)	65
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA APICULTURA.....	68
4.1 A APICULTURA NO MUNDO	68
4.2 A APICULTURA NO BRASIL	73
4.2.1 <i>Custos, Rendimentos e Rentabilidade da Atividade</i>	78
4.2.2 <i>Perfil dos Produtores</i>	79
5 RESULTADOS DO ESTUDO.....	81
5.1 ANÁLISE DA CADEIA APÍCOLA RS (1º FASE DA PESQUISA)	82
5.1.1 <i>Ambiente Institucional e Organizacional</i>	85
5.1.2 <i>Análise da Governança da Cadeia</i>	87
5.2 ANÁLISE DA MICRO-REGIÃO DE OSÓRIO (2º FASE PESQUISA)	92
5.2.1 <i>A Micro-Região de Osório</i>	92
5.2.2 <i>Análise das Associações Apícolas da Micro-Região Osório</i>	94
5.2.3 <i>Síntese das Associações</i>	101
6 CONSIDERAÇÕES E QUESTÕES CRÍTICAS.....	103
6.1 A GOVERNANÇA NO FT.....	104
6.2 CONTRIBUIÇÃO DO MODELO SAG.....	107
6.3 O PAPEL DA ESCALA DE PRODUÇÃO.....	107
6.4 DEMANDAS ESTRUTURAIS E ORGANIZATIVAS	108
7 CONCLUSÃO.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
APÊNDICE A – PRODUÇÃO DE MEL POR ESTADOS DE 2000 A 2005	116

ANEXO A – QUESTIONÁRIO PARA AS ASSOCIAÇÕES APÍCOLAS	117
ANEXO B – QUESTIONÁRIO PARA PRODUTORES APÍCOLAS	124
ANEXO C – FLO-CERT <i>PRODUCER CERTIFICATION FEES: SMALL FARMERS</i>	130
ANEXO D – <i>FIRST GRADE SMALL FARMER PRODUCER ORGANIZATION</i>	149
ANEXO E – CRITÉRIOS DE FT PARA MEL DE ORGANIZAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES	152

1 INTRODUÇÃO

Seguindo uma tendência dominante no agronegócio mundial, a Apicultura Brasileira vem acompanhando, nos últimos anos, o crescente processo de globalização e internacionalização de mercados. Ao mesmo tempo em que traz novas oportunidades, este processo traz também uma série de desafios para aqueles que quiserem aproveitá-las.

Este é essencialmente um novo cenário, onde os produtos nacionais podem estar presentes em nações longínquas mas também, enfrentam a concorrência de uma variedade de itens importados na prateleira do supermercado no dia a dia.

Conforme dados da Confederação Brasileira da Apicultura – CBA (2006), existem atualmente mais de 350.000 apicultores e cerca de 1.000.000 de pessoas envolvidas na atividade em todo o território nacional. A produção anual em 2005 atingiu 33.750 toneladas, e foram comercializadas no exterior 14.500 toneladas, garantindo ao país o 16º lugar no *ranking* mundial de produtores e o 5º lugar entre os exportadores (IBGE, 2007).

Complementarmente, especialistas ligados a entidades como EMBRAPA e SEBRAE, estimam que exista ainda no país um potencial inexplorado de produção de 200.000 toneladas anuais, o que permitiria incrementar significativamente os volumes atualmente produzidos.

Se estes dados são promissores, também alertam para a necessidade de uma efetiva organização estratégica do setor, que permita consolidar de forma segura e sustentável a sua trajetória de crescimento.

Para o país se manter competitivo neste setor fazem-se necessários, além de explorar os já existentes atributos de qualidade do mel aqui produzido, procurar também a diferenciação dos produtos, identificando oportunidades mais vantajosas do que a simples exportação do mel a granel como *commodity*.

As *commodities* geralmente tem seu preço ditado pelo mercado internacional e, muitas vezes, este preço não atende as necessidades de renda dos produtores apícolas que, em geral, possuem pequeno volume de produção. Encontrar formas alternativas para fugir deste padrão, valorizando estes produtos, pode significar um importante benefício para muitas regiões e

principalmente, contribuir para a sustentabilidade do segmento de agricultura familiar envolvido na apicultura.

Entre as diversas estratégias possíveis, as entidades representativas do setor tem buscado o desenvolvimento do consumo no mercado interno, o alinhamento com as tendências mundiais de produção orgânica e a valorização da sanidade alimentar, através da implantação de programas de rastreabilidade e controle.

À parte destas iniciativas mais avançadas e de caráter sistêmico, faz-se necessário ainda, coordenar e apoiar um grande contingente de pequenos produtores praticamente artesanais distribuídos pelo país, buscando estratégias que permitam ao mesmo tempo, melhores oportunidades de renda na atividade e maiores chances de inclusão de sua produção nos canais de distribuição formais.

Internacionalmente, uma das estratégias bem sucedidas para lidar com este contexto tem sido a adoção de sistemas de certificação *Fair Trade* (FT). Este sistema tem como objetivo final desenvolver meios de proteger os pequenos produtores das injustiças do mercado, garantindo a estes melhores margens e maior sustentabilidade em suas atividades.

O sistema utiliza diversos mecanismos como o estabelecimento de contratos de longo prazo entre produtores e distribuidores, a definição de preços mínimos, o pré-financiamento da produção, a certificação através de selos, ou mesmo, a criação de canais próprios de distribuição (feiras, lojas próprias, etc.), todos com o objetivo final de aproximar consumidores e produtores e gerar um novo padrão de relações de troca.

No *Fair Trade* a decisão do consumidor, além de atributos como preço, qualidade, segurança alimentar e não-agressão ao meio ambiente, é influenciada também pelas questões sociais envolvidas na produção, como as condições de trabalho e a remuneração justa do produtor. A certificação dá confiabilidade ao consumidor, pois a informação contida no selo é a garantia de que os atributos de comércio justo são atendidos. Para o produtor, a certificação configura-se em um recurso de agregação de valor aos produtos e proteção de sua posição, reforçando sua possibilidade de competir e acessar mercados, principalmente os internacionais.

Atualmente, o selo de FT que corresponde aos padrões internacionais de certificação é o da *Fairtrade Labelling International Organization* (FLO), organização que reúne atualmente inspeciona e certifica cerca de 508 organizações de produtores em mais de 50 países na África, Ásia e América Latina.

Para que um sistema deste tipo funcione, diversos fatores são necessários, entre eles a existência de comunidades comprometidas com a qualidade do produto que oferecem, especializadas em determinado produto e com certo grau de organização institucional, que possibilite-as adquirir autonomia após o período de proteção da certificação.

Com efeito, uma das questões críticas para a implantação deste sistema é a análise da adequação dos produtores aos parâmetros FT da FLO, identificando se há condições para a certificação e se há potencial de evolução da região.

Esta dissertação busca lidar com esta questão, focalizando como objeto de estudo a Micro-Região de Osório, que abrange 22 municípios localizados no Litoral Norte do RS, onde localizam-se pequenas comunidades envolvidas com a atividade apícola.

Através da adoção de técnicas combinadas de investigação, em um primeiro momento é feita uma análise da Cadeia Apícola do RS para compreensão de sua dinâmica e identificação das formas de governança. Em um segundo momento, utiliza-se o método conhecido como *Rapid Appraisal*, onde estuda-se as associações de apicultores dos 22 municípios e averigua-se quais atendem aos parâmetros de certificação definidos pela FLO, e qual seria a influência da certificação sobre a governança da cadeia nestas comunidades.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Dentre os vários setores do agronegócio nacional, a apicultura tem sido promovida como uma atividade ímpar, capaz de causar impactos positivos tanto no âmbito social quanto econômico. A produção de mel e derivados apícolas propicia a geração de inúmeros postos de trabalho, empregos e um significativo fluxo de renda sendo, dessa forma, determinante na melhoria da qualidade de vida e fixação do homem no meio rural. Possuindo baixas barreiras de entrada, esta atividade tem se consolidado com uma alternativa de inclusão produtiva e

renda para comunidades carentes em todo o país, na maioria das vezes, envolvendo a mão de obra de toda uma família na sua condução (SEBRAE, 2006; EMBRAPA, 2005).

Contudo, ao mesmo tempo em que existe este potencial e facilidade produtiva, existem também enormes carências no acesso ao mercado por parte dos pequenos produtores, ficando estes, muitas vezes, fadados a vender seus produtos no comércio informal, ou então, entregá-los para empresas maiores e mais estruturadas a um preço que muitas vezes não permite sustentar o desenvolvimento da atividade.

A busca por maneiras de superar este contexto foi a própria origem e impulso do sistema de *Fair Trade*, que hoje se apresenta como uma alternativa viável de sustentabilidade e renda para muitas comunidades produtivas ao redor do mundo.

No Brasil, ainda são poucas as iniciativas neste sistema, em parte devido ao próprio estágio embrionário de organização estratégica do setor de agronegócios. Contudo, se a organização produtiva é recente, as carências são antigas e bem conhecidas e representam um estímulo ao estudo das iniciativas de sucesso como o *Fair Trade*, buscando adaptá-las à realidade nacional.

A Micro-Região de Osório, objeto deste estudo, apresenta em uma primeira análise, uma configuração de fatores e condições que requerem a busca de estratégias de suporte ao seu desenvolvimento, dentre estas a baixa renda per capita, a especialização em apicultura em diversas comunidades, a vocação natural para a atividade e a dificuldade de acesso ao mercado entre diversos outros fatores.

Mesmo diante destas condições, para evitar investimentos mal sucedidos, faz-se importante delimitar quais estratégias ou combinação destas seriam viáveis, e quais seriam mais adequadas ao contexto. Especialmente a adoção de sistemas de *Fair Trade* requer um importante escrutínio do perfil das comunidades a serem certificadas (para a própria proteção da credibilidade do sistema) verificando se esta trata-se da estratégia mais adequada.

Tomando como base estas colocações, formula-se a seguinte questão foco de pesquisa:
Estariam as Associações Apícolas da Micro-Região de Osório aptas para a implantação da certificação *Fair Trade*?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a viabilidade de implantação da certificação *Fair Trade* nas associações de apicultores da Micro-Região de Osório.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Mapear a cadeia apícola do RS, identificando os seus principais agentes e inter-relações.
2. Caracterizar a estrutura de governança da cadeia apícola do RS.
3. Identificar, na micro-região estudada, as associações de produtores apícolas que poderiam ser aptas para obter a certificação *Fair Trade* pela FLO;
4. Analisar os potenciais benefícios da certificação FT para estas associações.
5. Com base no contexto observado, discutir a influência que a adoção do FT teria sobre a governança da cadeia.

1.3 JUSTIFICATIVA

Dada a contemporaneidade do tema e da abordagem estudada, o presente estudo possui relevância tanto teórica quanto prática.

Sob o ponto de vista teórico, a compreensão do sistema de *Fair Trade* e de suas implicações no estudo de cadeias produtivas pode se traduzir em um enriquecimento nos modelos analíticos de gestão do agronegócio.

De fato, o agronegócio representa hoje um tema de estudo amplo, que abrange desde as grandes produções em escala, passando pelos sistemas integrados e cooperativados até as pequenas culturas familiares, sendo que, todos devem ter as suas respectivas formas de escoamento e acesso ao mercado, e todos devem gerar renda suficiente para a sua sustentação.

Em essência, este setor apresenta sempre um equacionamento complexo de questões econômico-competitivas e sociais para as quais, pode-se dizer, ainda não existem soluções definitivas ou modelos consolidados, mas sim, instrumentos, sistemas e iniciativas pontuais, como o próprio *Fair Trade*.

Mesmo que estas iniciativas sejam bem sucedidas e cumpram com seus propósitos, faz-se importante para o meio acadêmico compreender as suas bases teóricas, esclarecendo os pressupostos econômicos sobre os quais se fundamentam.

Espera-se que o presente estudo venha contribuir nesta direção, explorando criticamente a abordagem *Fair Trade* à luz das diversas teorias e enfoques analíticos da gestão do agronegócio.

No âmbito teórico, foi desenvolvida uma associação dos elementos do SAG, Governança e Economia dos Custos de Transação com o tema de *Fair Trade*. Esta combinação representa um enriquecimento da análise deste tipo de iniciativa, fundamentando-a teoricamente e incorporando uma visão mais sistêmica e completa das relações produtivas.

Sob um ponto de vista prático, a análise aprofundada da Cadeia Apícola do RS trará importante auxílio às instituições do setor, pois estas encontram-se num momento crítico de formulação de suas estratégias coletivas.

Especificamente para muitas comunidades da Micro-Região de Osório, Litoral Norte do estado do RS, o sistema de certificação *Fair Trade* pode ser uma estratégia eficaz de acesso ao mercado e estudar a sua viabilidade é quase um imperativo neste momento.

Como será detalhado subseqüentemente, existe um grande potencial apícola nesta micro-região, mas também, dificuldades e assimetrias de informação no acesso ao mercado, gerando pouca apropriação de renda com a apicultura para os produtores locais.

Soma-se a isto a existência de sazonalidades nas demais atividades econômicas em que estas comunidades atuam, uma vez que a maioria dos municípios envolvidos são locais de férias e veraneio.

Conjugam-se assim, diversos fatores que revelam a importância prática do estudo, ao investigar alternativas concretas para a dinamização da apicultura nestas comunidades, tornando-a uma efetiva fonte de desenvolvimento local.

Cabe ressaltar que, apesar dos resultados encontrados representarem a realidade específica de uma determinada região, eles podem servir como subsídio para estudos da certificação *Fair Trade* em outras regiões do estado e do país, assim como em outros setores/cadeias, contribuindo para a sua disseminação. Logo, as contribuições potenciais deste estudo são diversas e relevantes.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está organizado da seguinte forma: além deste primeiro capítulo introdutório que apresenta a delimitação do problema, os objetivos e a justificativa do estudo. O capítulo 2 apresenta o referencial teórico que dá suporte ao estudo. No capítulo 3 são descritos o método e os procedimentos utilizados para a realização do estudo. No capítulo 4 contextualiza-se o setor estudado. No capítulo 5 são apresentados os resultados da pesquisa.

O capítulo 6 apresenta uma discussão de questões relevantes sobre o tema que surgiram durante a realização do trabalho. No capítulo 7 apresenta-se as conclusões e delimitações do estudo e, por final, as referências bibliográficas e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta os conceitos teóricos e abordagens utilizados para o desenvolvimento do estudo.

Entende-se que qualquer ambição de compreender os fenômenos contemporâneos do agronegócio implica, antes de tudo, no aporte e combinação de diversas abordagens, disciplinas e teorias.

Assim, para a análise da Cadeia Apícola será aplicado o método denominado Sistema Agroindustrial – SAG, que foi desenvolvido na década de 1990 por pesquisadores do PENSA – Programa de Estudos de Negócios do Sistema Agroalimentar da Universidade de São Paulo. Este método tem como fundamentos teóricos a *Commodity System Approach* – CSA e a Economia dos Custos de Transação – ECT.

Para a análise da estrutura de governança da cadeia utiliza-se elementos propostos por Williamson (1991) e adotados nos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do PENSA/USP, com suas devidas adaptações para utilização em Cadeias Produtivas.

Complementarmente, aborda-se elementos referentes ao papel das certificações no agronegócio e especificamente do *Fair Trade*, sua origem e conceituação, detalhando a principal certificadora do sistema, a FLO, seus critérios e custos, entre outros aspectos.

Cabe ressaltar que não serão contempladas discussões semânticas sobre as definições dos termos *agribusiness*, sistemas, cadeias, *filières* de cadeias e complexos agroindustriais, uma vez que no Brasil eles são usados indistintamente e que já foram discutidos na literatura recente (NEVES, 1995; BATALHA, 2001; PEDROZO; HANSEN, 2001; PEDROZO; ESTIVALETE; BEGNIS, 2004).

2.1 COMMODITY SYSTEM APPROACH – CSA

As atividades agrícola e pecuária foram economicamente predominantes durante milhares de anos antes da Revolução Industrial. No entanto, sua importância não decaiu com a aparição das fábricas e nem com a chegada da era digital, pois trata-se de produzir alimentos (IPS, 2005).

A evolução científica e tecnológica ocorrida no último século, contemplando uma série de descobertas em áreas como química, genética e mecânica, entre outras, levou à modernização da produção agrícola e pecuária, tornando o produtor moderno um especialista focalizado em operações de cultivo e produção animal, transferindo para organizações externas ao seu negócio diversas funções nas quais antes se envolvia, como o armazenamento, o processamento e a comercialização dos produtos.

É um novo contexto, no qual as conceituações tradicionais da economia que classificam as diferentes atividades em setores primário, secundário e terciário cedem espaço para formas de análise que consideram um sistema interligado de produção, processamento e comercialização dos produtos originários das unidades rurais (PLANETA ORGÂNICO, 2005).

Desta forma, contemporaneamente, o estudo de um segmento de agronegócio envolve compreender um conjunto amplo de agentes econômicos e analisar a rede de relações estabelecidas entre eles para atender as necessidades do mercado.

Esta evolução do conhecimento da economia da produção e distribuição de produtos agroindustriais recebeu uma importante contribuição e influência do trabalho intitulado “*A Concept of Agribusiness*” de 1957 de John Davis e Ray Goldberg da Universidade de Harvard, onde eles definem o termo *agribusiness* como, “... a soma de todas as operações associadas à produção e distribuição de insumos agrícolas, operações realizadas nas unidades agrícolas, bem como as ações de estocagem, processamento e distribuição dos produtos, e também dos produtos derivados” (apud ZYLBERSZTAJN, 1995, p.107).

Dando continuidade a este trabalho, Goldberg em 1968, ao estudar os sistemas de produção de laranja, soja e trigo nos Estados Unidos, utiliza a noção de *Commodity System Approach* (CSA) e o define como:

Um CSA engloba todos os atores envolvidos com a produção, processamento e distribuição de um produto. Tal sistema inclui o mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, operações de estocagem, processamento, atacado e varejo, demarcando um fluxo que vai dos insumos até o consumidor final. O conceito engloba todas as instituições governamentais, mercados futuros e associações de comércio. (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 118).

Nesse trabalho, o autor considerava as atividades agrícolas como parte de uma extensa rede de agentes econômicos, desde a produção de insumos, transformação industrial, armazenagem e distribuição. Assim, a agricultura não poderia mais ser abordada de forma dissociada dos outros agentes responsáveis pelas atividades que garantiriam a produção, transformação, distribuição e o consumo de alimentos (BATALHA; SILVA, 1999).

A inclusão da coordenação e do estudo das instituições e organizações, por produto, é a grande diferença e avanço em relação à formulação de 1957. Zylbersztajn et al. (2000) destaca que apesar do CSA não ser caracterizado como uma análise institucional, este aspecto não é ignorado, pois os estudos realizados em Harvard que têm como base esta abordagem, consideram dois níveis de agregação: o primeiro no nível da firma e o segundo, levando em conta os ambientes macroeconômico e institucional que interferem na capacidade de coordenação do sistema.

A CSA exerceu importante influência nos estudos de cadeias produtivas, devendo-se a sua grande contribuição ao fato de apontar para a importância de modelos de análise sistêmica do agronegócio. Obtém grande impacto e sucesso principalmente devido à sua aplicabilidade a aspectos práticos, além da coerência conceitual (NEVES, 1995).

O caráter dinâmico da CSA, é dado pelas mudanças tecnológicas que ocorrem ao longo do tempo. Os estudos que têm como base esta abordagem obedecem a seqüência das transformações pelas quais passam os produtos até chegarem ao consumidor final. Assim o CSA sugere uma lógica de encadeamento de atividades (PEDROZO; ESTIVALETE; BEGNIS 2004).

Resumidamente, são considerados fatores importantes desta abordagem (ZYLBERSZTAJN, 1996):

- Os estudos que são orientados por um produto, no caso uma matéria-prima, que representa uma característica dos estudos do agronegócio;
- A definição de um espaço geográfico de análise, o que demonstra uma possível fronteira para o conceito;
- O uso de um conceito de coordenação, dando um lugar importante às instituições;
- Um reforço para as características que diferenciam os sistemas agroindustriais de outros sistemas industriais, que são os fatores que causam as flutuações de rendas das propriedades rurais.

Outros enfoques teóricos das relações agroindustriais influenciaram a literatura dos anos 1960. Dentre estes, ganhou destaque o conceito de cadeia produtiva (*Filière*) aplicada ao estudo da organização agroindustrial.

O conceito de cadeia produtiva, segundo Zylbersztajn (1995) é fruto da escola francesa de economia industrial e enfoca à seqüência de atividades para transformação de uma *commodity* em um produto pronto para o consumidor final.

O estudo de cadeias tem como foco o mapeamento da seqüência de operações e relações comerciais envolvidas na produção de produtos específicos. Embora de natureza descritiva em sua maioria, os estudos de cadeia produtiva trazem uma contribuição importante, ao romperem com a análise segmentada da agricultura, indústria e distribuição. (MORVAN, 1985 apud BATALHA, 2001).

2.2 ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO - ECT

A Economia dos Custos de Transação (ECT) faz parte da chamada Nova Economia Institucional (NEI). O primeiro conceito importante da ECT foi feito por Ronald Coase em 1937 em seu artigo *The Nature of the Firm*, quando discutiu os limites da firma (REZENDE, 2003).

Coase (1937, apud NASSAR, 2001), introduz o conceito de custos de transação, mostrando que existem custos para manter o sistema econômico, além dos custos de produção. O autor argumenta que as firmas existem para minimizar custos de transação, uma vez que nem sempre o sistema de preços permite um arranjo satisfatório nas trocas.

Williamson (1993, apud ZYLBERSZTAJN, 1995, p.14) define custo de transação como “Os custos *ex-ante* de preparar, negociar e salvaguardar um acordo bem como os custos *ex-post* dos ajustamentos e adaptações que resultam, quando a execução de um contrato é afetada por falhas, erros, omissões e alterações inesperadas”.

Assim, a ECT tem como objetivo central estudar o custo das transações como indutor dos modos alternativos de organização da produção (governança), dentro de um arcabouço analítico institucional. Configurando-se a transação (operação onde são negociados os direitos de propriedade) como unidade de análise fundamental (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Os custos de transação, como coloca Farina (1999), são os custos de:

- Elaboração e negociação dos contratos;
- Mensuração e fiscalização de direitos de propriedade;
- Monitoramento do desempenho;
- Organização de atividades e;
- Problemas de adaptação.

Conforme Zylbersztajn, (1995) o pressuposto básico da ECT é a existência de custos na utilização do sistema de preços, assim como na condução dos contratos intra-firma.

Portanto, para o funcionamento do sistema econômico, não apenas os contratos efetuados via mercados são importantes, mas também aqueles coordenados centralmente pelas firmas.

O segundo pressuposto é de que as transações ocorrem em um ambiente institucional estruturado e que as instituições interferem nos custos de transação. Segundo Furubotn e Richter (1991 apud ZYLBERSZTAJN, 1995) o ambiente institucional seria o sistema de normas (restrições informais, regras formais e sistemas de controle) que afetam o processo de transferência dos direitos de propriedade, exigindo recursos reais para operarem.

Ainda para a compreensão dos Custos de Transação, é preciso conhecer dois pressupostos comportamentais: a *Racionalidade Limitada* e o *Oportunismo*.

A *racionalidade limitada*, segundo Williamson (1993, apud ZYLBERSZTAJN, 1995 p. 17):

...refere-se ao comportamento que pretende ser racional mas consegue sê-lo apenas de forma limitada. Resulta da condição de competência cognitiva limitada de receber, estocar, recuperar e processar a informação. Todos os contratos complexos são inevitavelmente incompletos devido à racionalidade limitada.

O *oportunismo* resulta da ação dos indivíduos em busca de seu auto-interesse, partindo de um princípio de não cooperação, no qual a informação que um agente possa ter sobre a realidade não acessível a outro agente, pode permitir que o primeiro desfrute de algum benefício do tipo monopolista.

O conceito de *oportunismo* na ECT é de que os indivíduos podem agir de forma oportunista, contudo, não pressupõe-se que todos os indivíduos agem sempre oportunisticamente, basta a possibilidade de assim agir, para que os contratos fiquem expostos a ações que demandam monitoramento.

Segundo Williamson (1985) as estruturas de governança adotadas pelos agentes têm como finalidade a redução dos custos de transação, não havendo uma estrutura superior à outra. Deve-se alinhar as estruturas de governança aos atributos das transações (especificidade de ativos, frequência, incerteza).

A especificidade de ativos, refere-se a quanto o ativo é específico para a atividade e quão custosa é sua re-alocação para outro uso (NEVES, 1999). A especificidade de ativos coloca em risco o investimento realizado caso a transação seja interrompida, pois, o uso alternativo desse investimento é baixo ou inexistente. Assim, a continuidade de uma transação que envolva ativos específicos é importante para a redução dos custos de transação (CARLINE; DANTAS, 2004).

Williamson (1985, p. 95) identifica quatro formas de especificidade de ativos:

- a) Física – referem-se as características físicas inerentes ao produto, e cujo uso é específico;
- b) Humana – diz respeito à experiência profissional adquirida, ou “aprender fazendo” (*learning-by-doing*).
- c) Geográfica – refere-se à localização relativa de firmas responsáveis por etapas sucessivas da mesma cadeia produtiva, favorável à economia de despesas com armazenagem e transporte
- d) Ativos Dedicados – são os investimentos realizados para um cliente particular, cujo redirecionamento para o mercado resultaria em perda de seu valor.

Malone et al. (1987, apud MACHADO, R. T. M., 2000, p. 38) acrescenta a forma de especificidade temporal, pois seu valor comercial é inerentemente dependente do tempo, como por exemplo as informações contidas um jornal ou um produto agrícola perecível.

Segundo Zylbersztajn (1995) e Farina (1999) a especificidade dos ativos representa o mais importante indutor da forma de governança, é a variável-chave de análise, pois os ativos mais específicos estão associados a formas de dependência bilateral, o que implicará na estruturação de formas organizacionais apropriadas. Quanto maior a especificidade dos ativos envolvidos em determinada transação, maior será a perda de valor devido à incoimplitude dos contratos e à ação oportunista por parte do outro agente, acarretando custos de transação.

A incerteza das transações pode aumentar os custos de transações devido aos distúrbios inesperados das transações e às dimensões necessárias para as estruturas de monitoramento e controle.

São basicamente dois tipos de incerteza: a de contingência (estado e natureza) e a de comportamento estratégico, que diz respeito ao comportamento dos concorrentes. Assim, as transações com maior incerteza, necessitam de estruturas de controle mais complexas, conseqüentemente, com custo mais elevado, interferindo assim na forma como as transações irão ocorrer (NEVES, 1995).

A freqüência das transações, segundo Nogueira (2003), afeta os custos de negociar, elaborar e monitorar os contratos, assim como o comportamento dos agentes quanto ao oportunismo e à construção de reputação. Conforme aumenta a freqüência, principalmente entre os mesmos agentes, diminuem os custos relativos aos contratos e os ganhos provenientes de ações oportunistas, visto que elas podem interromper o relacionamento.

A partir destes atributos a ECT é capaz de prever a estrutura de governança das transações, seja num extremo, via mercado, seja em outro extremo, via hierárquica (integração vertical), ou sejam pelas formas mistas, também denominadas "híbridas", tais como formas contratuais, franquias, licenciamento de produtos, "*joint-ventures*", alianças estratégicas, entre outras (NEVES, 1995; FARINA, 1999).

Em síntese, a ECT tem obtido popularidade no meio acadêmico como uma abordagem prática para o estudo de cadeias produtivas, pois como coloca Zylberztajn (1995, p.137) “os sistemas agroindustriais podem ser analisados como conjuntos de transações”.

2.3 SISTEMA AGROINDUSTRIAL – SAG

O Sistema Agroalimentar (SAG) foi desenvolvido na década de 1990 por pesquisadores do PENSA – Programa dos Estudos de Negócios do Sistema Agroalimentar da Universidade de São Paulo.

O SAG tem como base o *Commodity System Approach* e a aplicação dos conceitos da Economia dos Custos de Transação (BATALHA; SILVA, 1999).

Zilbersztajn (2005) considera o SAG mais amplo que o conceito de cadeia, pois envolve o ambiente institucional e as organizações de suporte, assim como, analisa a cadeia, olhando a organização dos mercados interligados, o que permite o estudo da competitividade.

Na Figura 1 a seguir, é apresentado o modelo de SAG destacando-se três elementos essenciais para a análise deste sistema (NASSAR, 2001):

- O ambiente institucional, que estabelece as restrições e limites para os agentes do sistema;
- O ambiente organizacional, onde são feitas a ligação entre as instituições e as empresas (agentes do SAG);
- As transações (T's) entre os agentes, que regulam o nível de eficiência do SAG e a competitividade das empresas.

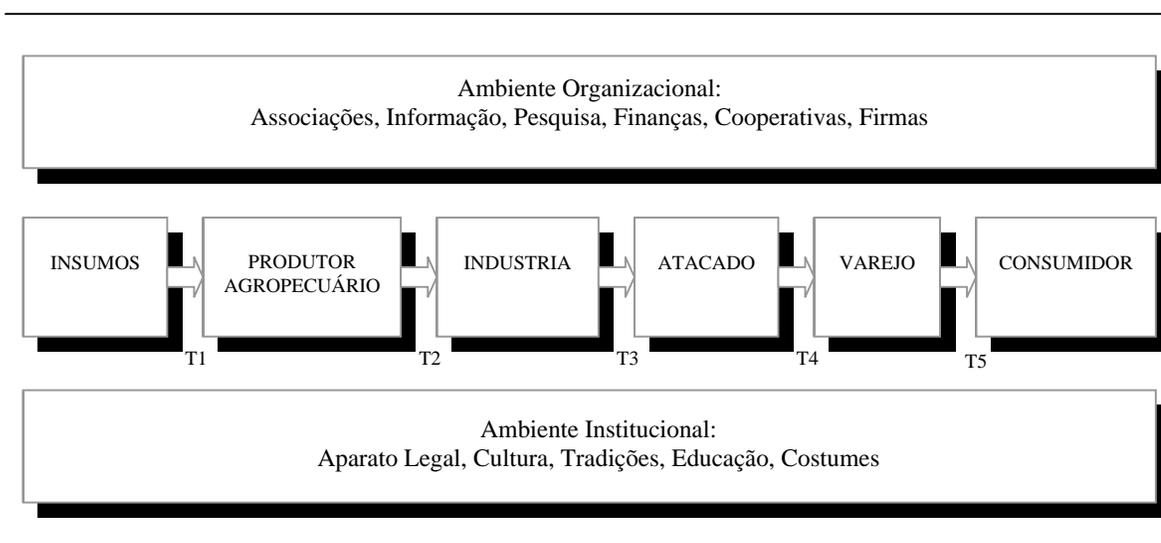


Figura 1: Sistema de Agronegócios e Transações Típicas

Fonte: adaptado de Zylbersztajn, 1995.

A Figura 1 apresenta quatro tipos de transações gerais para os sistemas agroindustriais, definidas por Zylbersztajn¹ (1995, p.178) como sendo:

- T1** – realizada entre o fornecedor de insumos e o produtor agropecuário;
- T2** – realizada entre o produtor agropecuário e a indústria de alimentos;
- T3** – realizada entre a indústria e um agente especializado na distribuição;

T4 e T5 – realizada entre o agente de distribuição e o consumidor final.

Ao ser aplicada aos sistemas agroindustriais, a ECT continua a focalizar a transação como unidade de análise, porém, segundo Zylberztajn (1995, p.174), deve-se considerar um “sistema de transações tecnicamente conectadas que correspondem à cadeia de adição de valor do sistema agroalimentar, desde a indústria de insumos até a distribuição de alimentos.”

O SAG propõe um método para o mapeamento e a quantificação de Sistemas Agroindustriais. Este método, como coloca Neves (2005) foi inicialmente desenvolvido e aplicado em três cadeias produtivas (trigo, laranja e leite).

Após essa aplicação inicial, o método foi sendo aprimorado com a aplicação em diferentes cadeias de agronegócios, assim como tem sido apresentado em diversos congressos internacionais, como por exemplo no 33º *EMAC Conference* (NEVES et al., 2004a) e no Congresso IAMA (NEVES et al., 2004b).

A seqüência de aplicação deste método, consiste em seis etapas básicas como segue (NEVES, 2005):

1ª Etapa: Descrição do Sistema (desenho) – consiste na escolha do sistema a ser estudado. Após, é elaborado um desenho preliminar, com base na experiência dos pesquisadores.

2ª Etapa: Primeiras entrevistas para ajustes no desenho – submete-se o desenho a especialistas do setor, que deverão fazer os ajustes até que obtenha uma estrutura simples e fiel da realidade.

3ª Etapa: Pesquisa por dados de vendas em associações e outras fontes de dados secundários.

4ª Etapa: Entrevistas com representantes das organizações envolvidas – consiste na coleta de dados primários por meio de entrevistas com representantes de diversas organizações que atuam no setor.

¹ No modelo de análise de sistemas agroindustriais, Zylberztajn (1995, p.178) destaca que as transações podem ser mais detalhadas, inserindo-se entre outros, um agente intermediador entre o produtor agropecuário e a indústria, ou ainda considerando o atacadista e o varejista na etapa de distribuição.

5ª Etapa: Quantificação – consiste em determinar o faturamento (preço de venda) dos diversos sub-setores da cadeia. Delimita-se o período de avaliação e a moeda a ser utilizada. Para evitar possíveis distorções nos dados obtidos, realiza-se entrevistas com os agentes dos dois elos específicos da cadeia que estão sendo quantificados.

6ª Etapa: Realização de um Workshop para validação dos resultados, identificação de problemas de coordenação existentes no sistema e proposta de ações coletivas.

Segundo Neves (2005, p.30) este método apresenta como vantagens:

- Metodologia de aplicação relativamente simples e direta;
- A coleta de informações não depende de fontes públicas de dados;
- O desenho obtido permite a fácil visualização do posicionamento e relevância dos diferentes setores existentes em uma cadeia de valor.
- As informações são obtidas por meio de dados primários e secundários, aumentando a confiabilidade dos resultados.
- A validação dos resultados em *Workshops* aumenta a credibilidade da pesquisa.

Ao incorporar elementos que permitam uma melhor compreensão e análise das organizações agroindustriais, o SAG amplia o conceito de cadeia produtiva, contribuindo para o enriquecimento do corpo de conhecimentos neste tema.

Em complemento ao método SAG, Zylbersztajn e Farina (1999) propõem a redução do nível de agregação para um conjunto de transações estrategicamente conectadas em um plano micro-organizacional. Este conceito, denominado de Sub-Sistemas Estritamente Coordenados (SSEC), reconhece a natureza contratual do SAG, a relevância das instituições que limitam as ações dos agentes atuantes no SAG e, em adição, reconhece que as transações se dão entre agentes relacionados estrategicamente. Este conceito permite o estudo de estratégias compartilhadas entre firmas individuais e pode ser utilizado no estudo de estratégias que exijam a cooperação de distintos agentes ao longo do SAG agregado, como por exemplo, no caso de certificações.

Em uma cadeia produtiva podem ser encontrados diferentes sub-sistemas estritamente coordenados, que configuram-se em arranjos organizacionais complexos, entre diversos agentes. Estes SSEC focam os arranjos institucionais, muitas vezes complexos, que possuem diferentes detalhes. Tal observação sobre a existência de variabilidade nos arranjos permite que sejam estudadas as razões e incentivos para que se formem estes diferentes arranjos.

Para a análise das estruturas de governança, o SAG utiliza a metodologia proposta por Williamson em seu artigo *Comparative Economic Organization: the analysis of discrete structural alternatives*, de 1991 (ZYLBERSTAJN, 1995). O SAG tem sido aplicado em análises diversas de sistemas agroindustriais, como mostra o Quadro 1 a seguir:

Síntese dos trabalhos empíricos utilizando o método SAG			
Autores	Objetivos	Métodos	Principais achados
ZYLBERSZTAJN (1995)	Proposição de um modelo analítico para sistemas de <i>agribusiness</i> , com base na ECT, aplicado aos diferentes arranjos de governança vigentes.	Análise discreta comparada proposta por Williamson aplicada ao sistema agroindustrial do café.	Como resultado o estudo conclui que a ECT permite formular e testar hipóteses a respeito da organização de sistemas em geral e de <i>agribusiness</i> em particular, com possibilidades de aplicação em coordenação e competitividade de sistemas produtivos.
NEVES (1995)	Analisar o sistema agroindustrial citrícola brasileiro sob duas óticas: a do referencial teórico de <i>agribusiness</i> desenvolvido a partir da Universidade de Harvard e da ECT e contratos. Foi destacada a transação entre produtores de frutas e indústria processadora, que consiste no arrendamento de capacidade industrial por produtores, que assim avançam no sistema agroindustrial, vendendo daí os produtos derivados do processamento de frutas.	Análise discreta comparada	A principal vantagem encontrada pelo produtor no arrendamento de capacidade industrial, é incorporar margens que seriam da indústria, escapando do contrato padrão presente nas transações entre produtores e indústrias e passando a correr os riscos do preço do suco de laranja, o principal produto derivado, no mercado internacional. Para as indústrias, a principal vantagem, seria a de programar melhor a logística de aquisição de frutas (os contratos são normalmente por mais de uma safra), podendo diminuir a sua capacidade ociosa (estimada para o setor em cerca de 30%), e ter maior garantia no fornecimento de frutas dada por estes contratos.
MACHADO, R. T. M. (2000)	Analisar a pertinência e aplicabilidade da rastreabilidade na cadeia bovina e o impacto em suas estruturas de coordenação, especialmente quando a TI é usada como suporte.	Pesquisa bibliográfica, entrevistas com pessoas-chave de empresas de alimentos, certificadoras de alimentos, pesquisadores e empresas detentoras de TI para rastreabilidade.	O trabalho define o conceito de rastreabilidade em uma dimensão sistêmica. Expande o conceito de rastreabilidade para produtos e para transações em comércio eletrônico, sugerindo também um tipologia de rastreabilidade aplicada aos SAG's. A rastreabilidade de alimentos com suporte de TI depende de padrões abertos e compatíveis para integrar dados, software, hardware e recursos de telecomunicações de diferentes empresas. O estudo revela compatibilidade entre teoria e a prática.

Continua

Síntese dos trabalhos empíricos utilizando o método SAG			
Autores	Objetivos	Métodos	Principais achados
NASSAR (2001)	O estudo visa discutir a eficiência das associações de interesse privado (AIP.s) no agronegócio brasileiro quanto ao cumprimento de seu papel de oferecer bens públicos e coletivos aos seus associados. O objetivo é discutir o posicionamento estratégico, a estrutura interna e os benefícios que oferecem no tocante à criação de incentivos para a contribuição espontânea dos membros e, por consequência, na garantia da estabilidade das organizações.	Análise multicaseos	O estudo conclui que os bens coletivos ofertados pelas associações são determinados pela estrutura da indústria em que atuam os associados, pelas estratégias dessas empresas e pelo tamanho e heterogeneidade do grupo. Nos grupos pequenos e homogêneos, em geral formados por grandes empresas, o alinhamento de interesses entre elas é grande. Isso faz com que a associação seja provedora de bens coletivos apropriados por todos os associados. Nesses grupos, os bens coletivos são produzidos porque há custos de transação altos para as empresas produzirem por conta própria. Nessa função, as associações demonstram eficiência no cumprimento de seus objetivos. Já nos grupos grandes e heterogêneos, os bens coletivos produzidos pelas associações são explicados por duas razões: (1) o efeito carona inibe as empresas de produzir por conta própria, o que transfere à associação o papel de provisão dos bens; e (2) os associados demandam diferentes tipos de bens, o que leva as associações a partir para a produção dos incentivos seletivos e para a prestação de serviços.
MACHADO, C. A. P. (2002)	Apresentar o debate sobre a empresa socialmente responsável, e as interfaces existentes entre os conceitos de ética nas organizações, a reputação corporativa e a responsabilidade social corporativa. O trabalho explora as percepções de empresários e executivos ligados a empresas que desenvolvem ações de responsabilidade social.	Estudos de caso (Sadia, Nestlé, Perdigão, Jari Celulose e Orsa),	O estudo conclui que, embora com motivações distintas, as empresas analisadas percebem retornos positivos à imagem corporativa decorrentes das ações de responsabilidade social, o que as leva a incorporar esta temática em seus modelos de gestão estratégica.
REZENDE (2003)	Análise do sistema agroindustrial do tomate orgânico no Estado de SP, sob dois prismas: o comportamento do consumidor, e como se dá a coordenação do sistema agroindustrial para atender o consumidor	Pesquisa empírica com consumidores, com base no método <i>Conjoint analysis</i> . Descrição e análise da estrutura de governança do sistema	O trabalho revela que o consumidor de tomate orgânico é diferenciado e busca um alimento seguro. No entanto, as estruturas de governança que coordenam o sistema de produção são frágeis para garantir o que o consumidor deseja.

Quadro 1: Síntese dos trabalhos empíricos utilizando o método SAG

2.4 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança diz respeito a formas alternativas de organização da produção (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 15). É a matriz institucional na qual a transação é definida e coordenada (WILLIAMSON, 1985).

O alinhamento das estruturas de governança com seus fatores condicionantes está descrito na Figura 2, a seguir:

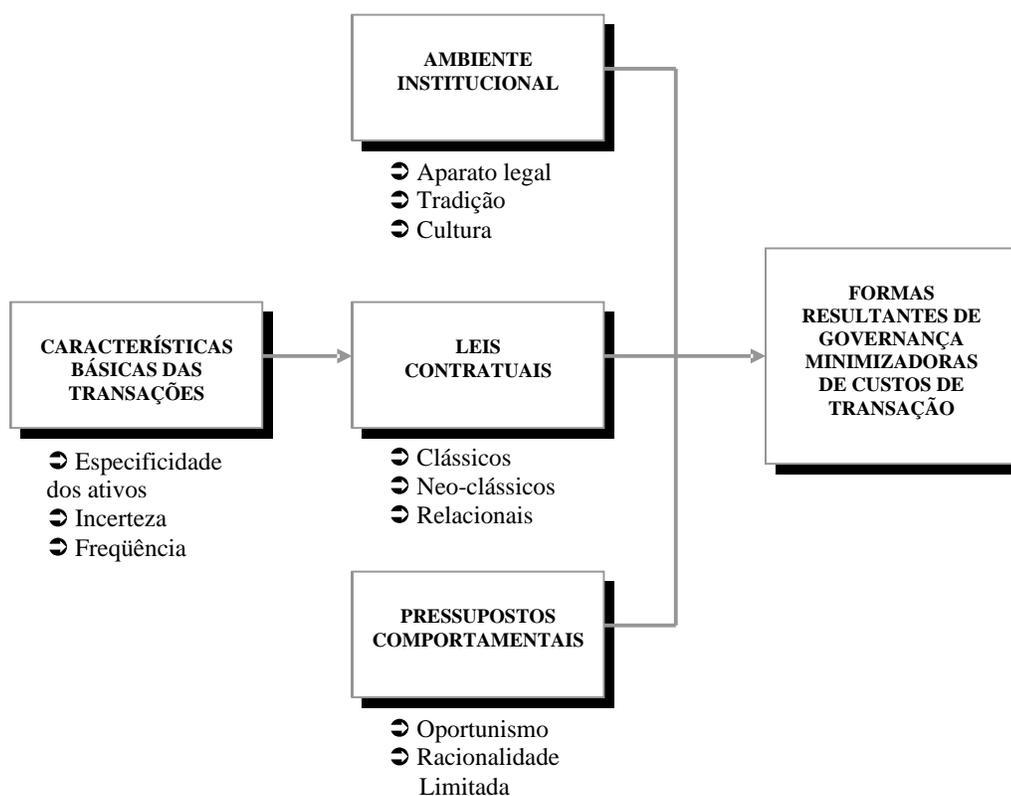


Figura 2: Esquema da Indução das Formas de Governança

Fonte: adaptado de Zylbersztajn, 1995, p. 23.

A Figura 2 fornece uma visão dos três grupos de fatores que induzem as formas de governança, descritos por Zylbersztajn (1995).

O primeiro grupo representa as características das transações (especificidade do ativo, incerteza e freqüência), já discutidas anteriormente, estando estas associadas às características das leis contratuais:

- A especificidade do ativo implica na existência de custos que estão associados à impossibilidade de utilização alternativa do ativo em questão. Não havendo custos, ou quando estes são próximos a zero, a transferência do ativo pode ser realizada, caso a transação a que está associado seja interrompida, assim são reduzidos os custos que se referem às ações oportunistas;
- A incerteza da transação associada à possibilidade de comportamento oportunista, adiciona custos às transações que ocorrem via mercado, induzindo a formas alternativas de governança;
- A frequência em que uma transação ocorre, pode direcionar a internalização de uma etapa produtiva, sem que se perca eficiência em termos de escala. Também está associada ao grau de importância dado à determinação dos atores participantes da transação.

O segundo grupo de fatores, influencia diretamente as formas eficientes de governança, refere-se ao ambiente institucional em que está inserida a transação. Podemos citar a tradição legal e de arbitragem no caso de solução de disputas, a existência de leis de proteção intelectual, o aparato legal que condiciona as transações e os aspectos culturais, entre outros.

O terceiro grupo de fatores diz respeito aos pressupostos comportamentais (oportunismo e racionalidade limitada). Estes pressupostos relacionam-se a incompletude dos contratos. Quando um contrato é firmado, as transações possuem certas características que podem não ser as mesmas após um determinado período. Isto deve-se ao fato de que os ativos podem ter seu grau de especificidade alterado ao longo do tempo, ou por mudanças nas variáveis ambientais.

A forma de governança mais apropriada às condições presentes num determinado período sofrem interferência destes fatores. Assim, a forma de governança mais apropriada deverá compatibilizar os custos associados na estruturação do contrato, aos custos burocráticos advindos e aos incentivos de cada arranjo contratual (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Williamson (1985; 1991) distingue três formas de governança: mercado, híbrida e hierárquica (integração vertical), determinadas pelas características das transações.

- **Mercado:** os ativos específicos não estão presentes, ou seus custos são próximos a zero. Assim, não há relação de dependência entre os agentes, sendo que cada firma pode estabelecer transações com novos parceiros sem perdas econômicas. As transações são efetuadas com base no mecanismo de preço, o que aumenta o risco de comportamento oportunista.
- **Hierarquia:** tem-se ativos com especificidade elevada, tornando ineficiente a coordenação via mercado, surgindo assim a necessidade de uma coordenação mais cooperativa. Nesse caso torna-se fundamental a sintonia bem como a resolução de conflitos contratuais e estabelece-se uma conduta mais unificada entre os agentes. Ou seja, os comportamentos oportunistas poderão ser atenuados pelos contratos devido aos mecanismos de controle e incentivos. No entanto, pode-se elevar os “custos burocráticos”, justificados por disputas internas na organização. Ao considerar-se uma cadeia produtiva que adota esta forma de estrutura de governança, poderiam se reduzir a instabilidade e as oscilações do sistema. (LOURENZANI; SILVA, 2004; QUEIROZ; SENJU, 2007). Williamson (1985, p.72) coloca como vantagem da integração vertical o fato de se poder fazer adaptações de uma forma seqüencial, sem ter a necessidade de consultar, completar ou revisar os acordos realizados entre as empresas.
- **Estruturas híbridas:** são as formas de coordenação intermediárias entre os mercados e as hierarquias, combinando elementos desses dois extremos. Os contratos têm como características serem mais flexíveis e informais, possuindo mais elementos adaptativos visando contornar possíveis distúrbios não antecipados (HIRATUKA, 1997, apud QUEIROZ; SENJU, 2007).

Zylbersztajn (1995) destaca que uma grande parcela das transações ocorre por meio de formas híbridas de governança (formas contratuais, franquias, licenciamento de produtos, "joint-ventures", alianças estratégicas, entre outras) em detrimento das formas polares.

Menard (2004) destaca o papel das relações de confiança, redes relacionais, liderança e governança formalizada, como nos sistemas de certificações.

As formas híbridas de governança envolvem tanto relações verticais quanto horizontais. As formas horizontais de organização, são baseadas na cooperação, onde visa-se ganhar em economias de escala, economias de rede, ou para ampliar o poder de coordenação (ZYLBERSZTAJN, 2005).

Cada forma de governança pode ser amparada por um contrato, que tem por objetivo fazer cumprir as promessas feitas, sendo afetado pelas dimensões das transações, pelo ambiente institucional e pelos pressupostos comportamentais (SMORIGO, 1999).

Williamson, baseado no trabalho de Macneil (1978, apud WILLIAMSON, 1985, p.68) classifica os contratos em três arranjos contratuais básicos – clássico, neoclássico e relacional – cada um representando uma estrutura de governança. Ele considera cada contrato como uma função de p (preços), k (especificidade de ativos) e s (salvaguardas).

No **contrato clássico**, característico das relações de mercado, o preço é determinante, enquanto k e s são baixos ou nulos. Nesses contratos as cláusulas formais especificam a maioria das características da transação. As transações são isoladas, ocorrendo em período definido, não devendo deixar ligações possíveis com períodos posteriores. Nestes contratos, possíveis ajustes ocorrem apenas e unicamente via mercado.

Os contratos clássicos, segundo Zilberztajn (1995) podem ser vistos como uma referência teórica, uma vez que a norma é defendida pelos contratos incompletos, no qual a contínua correção é uma demanda freqüente.

Os **contratos neoclássicos** estão entre os dois arranjos citados, são característicos das formas híbridas, onde os preços têm um papel importante de ajustamento, que é limitado pela presença de ativos específicos (k é positivo), e as salvaguardas são de difícil implementação. Um das características do contrato neoclássico é o desejo de manutenção da relação contratual. Nesses contratos, o término da relação resultaria em custos para as partes envolvidas, por isso há a preocupação em manter o relacionamento, o que não ocorre no tipo clássico. (WILLIAMSON, 1985; CARLINI; DANTAS, 2004). No contrato neoclássico, o contrato original é utilizado como base de referência para uma nova negociação, esta é uma outra diferença em relação ao contrato clássico.

No outro extremo das estruturas, o **contrato relacional** pode ser o contrato implícito das organizações formais, no qual p tem pequena influência, enquanto k e s têm valores elevados. Nesse arranjo, é crucial a adaptabilidade às mudanças do ambiente, e os ativos altamente específicos criam a possibilidade de oportunismo, que é reduzida com a construção

de salvaguardas. Os contratos relacionais, são mais flexíveis, não utilizando o contrato original como referência. A cada transação é estabelecido um novo contrato, que levam em consideração as variáveis determinantes para sua elaboração (ZYLBERSZTAJN, 1995; CARLINI; DANTAS, 2004).

Essa classificação dos contratos (clássicos, neoclássicos e relacionais) dada por Williamson (1985), é explorada com a classificação dos atributos da transação, conforme suas características fundamentais: especificidade do ativo, frequência da transação e grau de incerteza, para assim estabelecer a estrutura de governança mais eficiente.

Para esta análise, Williamson (1985, p. 72) assume que o atributo **Incerteza**, é uma condição fixa, apesar de considerá-la uma variável importante. A **especificidade do ativo** é representada em três níveis sendo: (a) ativos reutilizáveis (especificidade baixa ou nula), (b) ativos com especificidade elevada (alta especificidade) e (c) ativos com nível intermediário de especificidade (especificidade média). A **frequência** é classificada em: (a) discreta – quando ocorre apenas uma vez, (b) ocasional e (c) recorrente.

Essa inter-relação entre formas de contratos e atributos da transação conforme seus níveis de ocorrência pode ser visualizada no Quadro 2 a seguir.

		NÍVEL DE ESPECIFICIDADE DE ATIVOS		
		Baixa ou Nula	Média	Alta
FREQUÊNCIA	Discreta	Governança via Mercado Contrato Clássico	Governança Híbrida Contrato Neoclássico	Governança Híbrida Contrato Neoclássico
	Ocasional	Governança via Mercado Contrato Clássico	Governança Híbrida Contrato Neoclássico	Governança Hierárquica Contrato Neoclássico
	Recorrente	Governança via Mercado Contrato Clássico	Governança Híbrida Contrato Relacional	Governança Hierárquica Contrato Relacional

Quadro 2: Forma Eficiente de Governança e Contratos

Fonte: Adaptado de Williamson, 1985; Zylberztajn, 1995; Carlini e Dantas, 2004.

2.5 CERTIFICAÇÕES NO AGRONEGÓCIO

No âmbito do mercado de alimentos a assimetria de informações é uma condição presente com grande frequência. Muitas vezes os consumidores ou compradores não possuem o mesmo nível de informações que os produtores sobre um determinado produto e isto pode se configurar em oportunismo ou dificuldades às negociações. Toda assimetria implica em informação incompleta e aumenta os custos de transação, resultando em perdas para uma parte ou para ambas (AKERLOF, 1970; STIGLITZ, 1985).

A assimetria de informações pode resultar no fenômeno conhecido como risco moral (*moral hazard*) que trata-se de um comportamento pós-contratual que ocorre quando um agente que possui a informação, pode aproveitar-se de outro agente, ocasionando prejuízo a este. Existem dois tipos de risco moral: (a) informação oculta, quando as ações podem ser observadas e verificadas, no entanto uma informação relevante para o resultado final é ocultada; (b) ação oculta, quando as ações não podem ser observadas nem verificadas² (REZENDE, 2003).

A informação assimétrica e o risco moral podem resultar no fenômeno conhecido como seleção adversa (AKERLOF, 1970). A seleção adversa acontece quando o produtos possuem qualidades diferentes, se esta informação pertencente a um agente, e se o vendedor não consegue convencer o comprador que o produto possui qualidade superior, este pode ser eliminado do mercado. O valor do produto é definido segundo sua qualidade, que a princípio é conhecida somente pelo vendedor. O comprador se dispõe a pagar o valor correspondente à qualidade esperada do produto, se ele não consegue avaliar tal qualidade, acaba optando por um produto mais barato, com qualidade inferior. Assim, se o produto inferior tiver um preço menor que o custo de produção do bem de qualidade superior, este tenderá a desaparecer do mercado, pois não será ofertado.

Uma das soluções para resolver o problema da assimetria informacional e da seleção adversa denomina-se “sinalização”, onde o vendedor fornece informações confiáveis a respeito do produto para o consumidor através de certificados ou garantias.

² Uma ação pode ser observada se um agente é capaz de avaliá-la em quantidade e/ou qualidade, e pode ser verificada se, além de observar, o agente possui meios de provar que verificou (REZENDE, 2003).

Uma certificação, como define NASSAR (1999), pode ser compreendida como a definição clara dos atributos de um produto, processo ou serviço, associada à garantia instrumental de que estes se enquadram em normas pré-definidas antes da transação.

As certificações externas, atuando como elementos reguladores e normatizadores do processo de transação comercial, contribuem para um alinhamento de expectativas, aumentando as garantias sobre as características de um produto e reduzindo os custos de transação.

Especialmente em relação à alimentos, por envolverem a saúde humana, a globalização dos mercados tem tornado um imperativo aos agentes do agronegócio a busca de certificações, auxiliando na superação de barreiras comerciais.

Os principais esforços de certificação referentes a produtos agro-alimentares ganharam impulso na Europa, na segunda metade do século XX, onde desenvolveu-se um alto grau de sofisticação nas exigências dos consumidores, traduzindo-se em uma sistemática organização na produção e regulação nos mercados.

As certificações podem ter foco em diversos aspectos do produto, como a aparência visual, a qualidade, o sabor, o teor de ingredientes e a durabilidade, entre outros.

Existem vários tipos de certificação, podendo focar-se em aspectos como qualidade e processos, a exemplo das normas ISO 9000, em aspectos ambientais, em aspectos de tipo de produção (orgânica, não-orgânica), certificações de origem (denominação de origem, indicação geográfica), ou mesmo, em uma conjunção de sistemas de produção e comercialização, como é o caso do certificado *Fair Trade*.

Usualmente, os mecanismos de certificação envolvem auditorias e inspeções por parte de organismos independentes, que prestam um serviço imparcial às cadeias produtivas e setores. Em relação direta com estes organismos encontram-se aqueles que definem as normas para os produtos e processos, denominados de entidades normatizadoras. Estas podem ser entidades governamentais, institutos tecno-científicos e associações setoriais. As relações entre estes agentes estão ilustradas na Figura 3, a seguir:

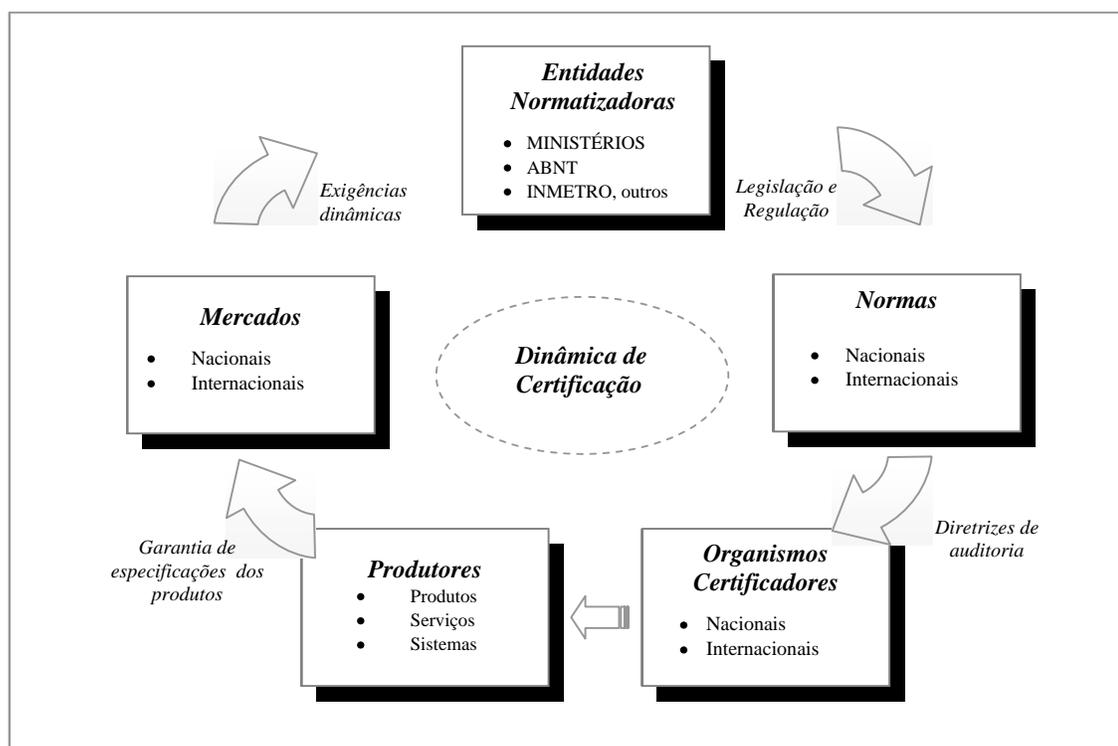


Figura 3: Agentes no Processo de Certificação

As entidades normatizadoras são representadas no Brasil pelos Ministérios, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e pelo Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO, entre outros, que atuam visando a regulação e a legislação de especificações relativas aos produtos e serviços.

As normas podem tanto ser internamente criadas, como também, inspiradas nas normas dos mercados internacionais, às quais o país tem de adaptar-se para desenvolver negócios fora de suas fronteiras.

Estas normas, por sua vez, fornecem as diretrizes para os organismos certificadores, os quais devem ser previamente acreditados pelas próprias entidades normatizadoras. Estes organismos tanto podem ser nacionais, como internacionais, de acordo com a sua abrangência de influência.

As certificações aplicam-se tanto a produtos físicos como a serviços, processos ou sistemas, tendo como foco central a busca de uma garantia de especificações no que está sendo feito ou consumido.

Estas especificações são mais ou menos rígidas de acordo com os mercados com os quais se está desenvolvendo as transações, mas um fato central é que refletem exigências que são cada vez mais dinâmicas por parte dos consumidores, demandando um processo de constante atualização das normas (REZENDE; FARINA, 2005).

Em síntese, no que tange aos mercados agro-alimentares, os processos de certificação vem preencher uma necessidade cada vez maior de clareza e segurança quanto às características dos produtos ou processos como estes foram produzidos, atuando como parte indispensável para o funcionamento das transações globais neste setor. O sistema de *Fair Trade* representa, entre todos, um exemplo singular de processo de certificação de produtos, conforme será tratado a seguir.

2.6 FAIR TRADE – FT

O *Fair Trade* se originou na década de 1960, quando ONGs, agências de cooperação, instituições filantrópicas e grupos de consumidores europeus e norte-americanos iniciaram a venda, em seus mercados, de produtos feitos por pequenos produtores, vitimados pela pobreza ou pelo isolamento comercial imposto aos regimes políticos em que viviam (IFAT, 2006).

A partir dos anos 1970, alguns desses grupos iniciaram discussões sobre a possibilidade de unirem forças sobre formas alternativas de comércio que visassem compensar os pequenos produtores, principalmente dos países pobres, do que percebiam ser “condições comerciais injustas” enfrentadas por estes.

Assim, segundo Uriarte, (2002) teve início um processo de unificação de conceitos buscando-se definir o que seria um comércio justo, harmonização de princípios (igualdade de gênero, respeito à cultura local) e práticas (pagamento de preços mínimos, contratos de longo prazo), e a criação de instrumentos de cooperação entre as organizações de comércio alternativo, que de certa forma continua até hoje.

As organizações envolvidas identificaram algumas circunstâncias enfrentadas pelos pequenos produtores nos países pobres que foram classificadas de injustas.

Entre elas podemos citar (URIARTE, 2002):

- A vulnerabilidade de pequenos produtores em relação às flutuações dos mercados internacionais de *commodities*. Sem acesso a serviços de seguro e crédito e sem reservas de capital, os efeitos das flutuações de mercado sobre pequenos produtores podem ser devastadores;
- A apropriação de boa parte do valor adicionado ao longo da cadeia produtiva por intermediários desnecessários ou sobre-valorizados;
- A falta de oportunidades econômicas por dificuldades de acesso a capital, mercados compradores e informação, sendo que o acesso é facilitado a produtores maiores.

Essas condições inspiraram o funcionamento de acordos comerciais hoje conhecidos como *Fair Trade* (Comércio Justo) que buscam (URIARTE, 2002; FLO, 2005):

- Estabelecer preços mínimos e demandas de longo prazo, como forma de reduzir a exposição de pequenos produtores às flutuações de mercado;
- Pagar preços acima dos de mercado (preços “justos”) e aproximar consumidores de produtores, como forma de excluir os intermediários desnecessários na cadeia produtiva;
- Disponibilizar pré-financiamento da produção, informação e acesso a mercados como forma de gerar oportunidades de negócios para pequenos produtores;
- Apoiar os trabalhadores para que tenham melhores condições de trabalho e proteção ao meio-ambiente;
- Fomentar a igualdade de gênero, raça, crença e a proteção das crianças;
- Promover o desenvolvimento local sustentável, através do pagamento de um prêmio (*Premium Price*), que deve ser investido na melhoria das condições de vida dos produtores e trabalhadores e de suas comunidades.

Na década de 70, a cooperação entre as organizações de comércio denominadas “alternativas” era informal e baseada em encontros esporádicos. Na segunda metade da década de 80 apareceram as primeiras iniciativas formais de colaboração. Atualmente o FT conta com um grande número de organizações espalhadas ao redor do mundo, sendo as principais apresentadas no Quadro 3, a seguir.

Organização	Status	Descrição
IFAT International Federation for Alternative Trade http://www.ifat.org/	Federação	Reúne mais de 150 organizações, de 50 países entre importadores, produtores, varejistas, organizações de promoção e de assessoria, buscando fomentar a troca de informações e a colaboração entre seus membros, fundada na Inglaterra em 1989, é uma coalizão mundial de produtores e organizações de FT.
Max Havelaar Foundation http://www.maxhavelaar.nl	Certificadora	Primeira certificadora, criada na Holanda, em 1988
EFTA European Fair Trade Association http://www.eftafairtrade.org/	Associação	Associação de 12 grandes importadores de produtos de FT na Europa, criada em 1990.
NEWS the Network of European Worldshops http://www.worldshops.org/	Rede de lojas	Rede de lojas com mais de 2700 lojas de FT na Europa, criada em 1994.
FTF Fair Trade Federation http://www.fairtradefederation.org/	Associação	Reúne mais de 90 comerciantes que vendem produtos sob critérios de FT no atacado ou varejo nos Estados Unidos e Canadá, criada nos EUA em 1995.
Oxfam Oxford Committee for Famine Relief http://www.oxfam.org/	Confederação (Possui Rede de Lojas)	Confederação Internacional, composta de 12 organizações não governamentais independentes. Fundada em 1942 na Inglaterra.
Transfair http://www.transfair.org/	Associação	Concede selo com base nos critérios da FLO. Trabalha para atrair mais sócios e colaboradores para o comércio justo, com atividades de marketing, informação e relações públicas, criada em 1992.
FLO Fairtrade Labelling Organizations International http://www.fairtrade.net	Associação	Organização guarda-chuva das 17 certificadoras nacionais na Europa, EUA, Canadá e Japão, criada em 1997 com sede na Alemanha

Quadro 3: Principais organizações de *Fair Trade*

A FLO, IFAT, NEWS e EFTA formam um grupo de trabalho conhecido por FINE, que busca harmonizar os conceitos, princípios e práticas e fomentar a colaboração entre as quatro organizações.

Atualmente o Conceito de FT mais difundido foi adotado na Conferência anual da IFAT (*International Federation for Alternative Trade*) realizado em 2001 em Arusha, Tanzânia e diz que:

“*Fair Trade* consiste em uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional. Ele contribui para o desenvolvimento sustentável através do oferecimento à produtores marginalizados de melhores condições de troca e maiores garantias de seus direitos.” (SEBRAE, 2004, p. 13).

Inicialmente os produtos FT eram vendidos nas igrejas e em pequenas lojas de caridade, onde os consumidores e vendedores tinham um relacionamento de confiança.

Com o passar do tempo, houve um crescimento da demanda por produtos FT e foi necessário distribuí-los em supermercados convencionais (que hoje são o principal canal de distribuição), o que gerou a necessidade identificar claramente os produtos de comércio justo. Então foi criado um selo para distinguí-los.

Hoje os produtos FT chegam ao mercado de duas formas, uma pelas Organizações de Comercio Alternativo (ATO's – do inglês *Alternative Trade Organizations*), que identificam os produtos, importam e comercializam através de uma variedade de canais como em feiras de igreja, internet e lojas próprias, entre outras (JONES, COMFORT, HILLIER, 2004).

A outra forma é via “Iniciativas Nacionais do Selo³” (INs), onde os produtos FT são vendidos em organizações comerciais tradicionais, sendo identificados pelo selo. As INs utilizavam selos diferentes para garantir ao consumidor que os produtos vendidos atendiam a padrões socioeconômicos justos. Para unificar os critérios internacionais de FT e adotar um sistema comum de certificação. Em 1997 as INs fundaram a *Fairtrade Labelling Organizations International* – FLO (FLO, 2005).

O mercado de FT certificado, segundo dados do SEBRAE (2004), cresceu entre 1997 e 2003 a taxas anuais acima de 20%, movimentando globalmente, em torno de 500 milhões de dólares, em 18 países em 2003.

³ Iniciativas Nacionais do Selo existem para utilizar a Marca de Certificação Fair Trade, nos produtos comercializados no país onde atuam. Elas não fornecem a certificação, dão suporte ao produtor ou estabelecem padrões. Seu foco de atuação é no mercado consumidor para produtos certificados FT. São exemplos de Iniciativas Nacionais do Selo, a TransFair e a Max Havelaar.

Na África, América Latina e Ásia, cerca de 800 mil famílias foram beneficiadas pelo pagamento do prêmio extra (*Premium Price*) que somou mais de 38,8 milhões de dólares.

A expectativa é de que o mercado mantenha o crescimento para atingir um nível de 150 mil toneladas, o que equivaleria a aproximadamente 1 bilhão de dólares no varejo em 2007.

2.6.1 A Certificação *Fair Trade* pela FLO

A FLO é responsável por certificar os produtores e estabelecer os critérios de FT. Em 2002 lançou a *Internacional Fairtrade Certification Mark* (Figura 4) com o intuito de melhorar a visibilidade dos produtos certificados, transmitir uma imagem mais dinâmica, facilitar o comércio e simplificar os procedimentos para os produtores.



Figura 4: Selo *Fair Trade* da FLO

Fonte: FLO, 2005

A FLO é uma organização de “terceira parte”, independente e não envolvida no negócio, que segue práticas internacionalmente aceitas de monitoramento externo. Possui normas sociais, de especificação técnica do produto e também algumas normas ambientais, para cada produto. Essas normas visam facilitar a aceitação dos produtos no mercado internacional.

Atualmente há 20 Iniciativas Nacionais do Selo membros da FLO, presentes em 15 países Europeus, na Austrália e Nova Zelândia, Canadá, Japão, Estados Unidos e México (como membro associado), cuja função é autorizar o uso do selo e promover o FT em seus respectivos países.

A FLO está presente em 58 países da África, América Latina e Ásia, nos quais inspeciona e certifica cerca de 508 organizações de produtores. A FLO (2005) estima que hoje mais de 1,2 milhão de produtores e trabalhadores são beneficiados pelo FT. Existem 1483 licenciados registrados (exportadores, importadores, processadores e distribuidores).

A FLO se divide-se em duas organizações, a FLO *International* e.V. e a FLO-CERT GmbH.

A FLO e.V. é uma organização de sociedade civil que dedica-se a elaborar critérios de FT e sub-licenciar mundialmente o uso da marca. Também é responsável por proporcionar apoio aos produtores para o cumprimento dos critérios e para a obtenção e manutenção do selo. Para manter a transparência do sistema, os critérios são desenvolvidos e revisados por um “Comitê de Critérios FLO” composto por representantes das organizações membros, organizações de produtores, comerciantes e *experts* (FLO, 2005).

A FLO-CERT GmbH foi criada em 2003 para oferecer um serviço profissional e independente para certificar que os comerciantes e produtores cumprem os critérios da FLO e.V., e que os produtores, com os benefícios obtidos através do FT, investem no desenvolvimento das organizações e comunidades. Entre as responsabilidades da FLO-CERT estão:

- Certificar a produção conforme os critérios de FT. Neste intuito, possui uma rede de mais de 60 inspetores independentes que fazem visitas periódicas aos produtores. As decisões a respeito das certificações são tomadas pelo “Comitê de Certificação” composto por representantes dos produtores, comerciantes INs e *experts*. Para as apelações contra tais decisões existe um “Comitê de Apelações”.
- Auditoria comercial para supervisionar o cumprimento dos critérios por comerciantes e varejistas. O sistema de auditoria comprova que os produtos certificados vendidos foram produzidos por uma organização certificada FT e que os seus produtores receberam um preço justo.

Os produtos certificados pela FLO (2005) são: café, chá, cacau, açúcar, sucos de frutas, frutas frescas e secas, bananas, vegetais, especiarias e ervas, arroz, nozes e óleos, vinho, cerveja e rum. Entre os produtos não alimentícios estão: algodão, flores e bolas esportivas.

Na América Latina são 229 produtores certificados pela FLO. No Brasil, há 18 associações certificadas e 5 em processo de certificação; incluindo 2 plantações certificadas.

Dentre as organizações certificadas no Brasil estão:

- 9 são produtoras de café (robusta e arábica – orgânico e não orgânico);
- 4 são produtoras de concentrado de sucos de frutas (laranja, manga, limão, maracujá e mandarina);
- 3 são produtoras de fruta fresca e desidratada;
- 2 produtoras de castanha da Amazônia;
- 1 produtora de banana passa.

No Brasil, essas organizações certificadas estão distribuídas nos estados do Rio Grande do Sul (1), Santa Catarina (1), Paraná (2), São Paulo (1), Espírito Santo (2), Minas Gerais (5), Bahia (2), Pernambuco (1), Paraíba (1), Acre (2) e Rondônia (1).

Segundo a *Business and Social Development* – BSD (2005), há oportunidades no mercado internacional para produtos brasileiros como café, mel, sucos variados, frutas frescas, castanhas e artesanato.

2.6.1.1 O Prêmio FT da FLO

A FLO assegura um preço mínimo aos produtores certificados. Este preço mínimo tem que ser pago pelo comprador e deve cobrir os custos de produção e oferecer uma margem para cobrir o chamado "custo de vida sustentável", que significa educação, cuidados com a saúde da família, moradia, etc.

Adicionalmente, a FLO estabelece um prêmio que deve ser pago além do preço mínimo, é um valor em dinheiro que visa apoiar as atividades da organização para a melhoria das condições de trabalho, da comunidade e do meio ambiente.

Seu uso deve seguir as condições estabelecidas pela FLO (2005), que são:

- Investimentos em projetos sociais, econômicos ou ambientais.
- O prêmio deve ser relatado e contabilizado separadamente dos outros rendimentos da organização. A decisão final sobre o uso do prêmio deve ser tomada democraticamente pela Assembléia Geral (a FLO monitora todos os processos a respeito das decisões e do uso do prêmio).

O prêmio representará, geralmente, entre 5 e 30% do preço FOB ou de “porta da fazenda”. É fixado pela FLO e publicado como parte dos critérios específicos do produto.

Para benefício da comunidade, o prêmio pode ser utilizado para financiar projetos como a construção de escolas, paradas de ônibus ou instalações recreativas.

Para a melhoria das condições de trabalho, o prêmio poderia financiar a infra-estrutura da organização ou ainda, ser usado para propiciar treinamento para os trabalhadores.

Para o adequado uso do prêmio, a FLO (2005) estabeleceu alguns princípios:

- Comunitário ao invés de individual: os projetos devem beneficiar a comunidade inteira ou uma parte específica dela, ao invés de o prêmio ir diretamente a alguns indivíduos;
- Benefício duradouro: os projetos devem ter um efeito de longo prazo;
- Prioridades: os projetos devem ajudar nas necessidades da comunidade e começar com as coisas que esta acredita ser mais importantes;
- Largo alcance: os benefícios do projeto devem alcançar muitos produtores e suas comunidades, e não apenas um grupo pequeno;
- Adicional: o dinheiro do prêmio deve ser usado em gastos extraordinários. Não deve ser usado para projetos que deveriam ser pagos pela organização ou pelo governo. Não pode ser usado para os gastos correntes da organização. Os benefícios do produtor, que já existiam antes FT ser introduzido, não deverão ser pagos pelo prêmio.

Enfim, o prêmio não visa enriquecer os produtores individuais, mas melhorar as condições socioeconômicas da comunidade.

2.6.1.2 Critérios de Comércio Justo da FLO

Os padrões adotados pela FLO são um conjunto de diretrizes econômicas, sociais e ambientais que seguem certos critérios e convenções reconhecidas internacionalmente, principalmente da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Também a legislação nacional ou os critérios internacionais, caso sejam mais exigentes, devem ser cumpridos.

Para a obtenção da certificação pela FLO, as organizações de produtores devem atender aos critérios gerais (aplicáveis a qualquer produto) e critérios específicos (por produto) que se aplicam a pequenos produtores⁴ e em situações de trabalho contratado (plantações). Este conjunto de critérios, discutidos nesta seção, deram subsídio para a elaboração do questionário a ser aplicado na pesquisa e também para posterior análise dos resultados obtidos.

Cada critério possui **requisitos mínimos** que devem ser cumpridos como uma pré-condição para obtenção da certificação, e **requisitos de progresso**, que são aqueles que mostram as áreas esperadas que a organização se desenvolva. Esses requisitos são específicos para cada organização e são determinados após a certificação, devendo ser cumpridos dentro de um determinado período de tempo após a certificação.

Diretriz Social

Critério 1) Potencial para Desenvolvimento: somente se obterá a certificação caso verifique-se que o trabalho contribuirá para a melhoria das condições de vida dos produtores e seus empregados.

Requisitos mínimos: a organização de produtores deve ser capaz de demonstrar que o FT fará diferença nos negócios e que seus benefícios ajudarão no crescimento dos negócios e propiciarão vidas melhores aos produtores e suas famílias.

Requisitos de Progresso: caso participe do FT, a organização deverá elaborar um plano que mostre como será utilizado o dinheiro do prêmio e outros benefícios do Comércio Justo.

Critério 2) Os Membros da Organização devem ser Pequenos Produtores

Requisitos Mínimos: a maioria dos membros da organização de produtores deve ser pequenos produtores que devem produzir mais da metade do volume de qualquer produto de FT que a organização venda.

Requisitos de Progresso: caso uma grande quantidade do produto FT seja produzida por um pequeno número de produtores, deverá se demonstrar que estes obtêm um preço da sua organização que cubra todos os custos de produção desse produto. Um sistema criado pela associação deve certificar que isso de fato acontece.

Critério 3) Democracia, Participação e Transparência: as organizações são vistas como um instrumento de desenvolvimento social e econômico dos pequenos produtores, assim, todos os membros devem ser envolvidos na organização, tendo liberdade para votar na diretoria, estarem envolvidos nas discussões sobre as decisões principais, incluindo como os benefícios do Comércio Justo (tais como o dinheiro do prêmio) serão usados. Deve ficar claro como as decisões foram tomadas. Todos os membros devem poder participar.

Requisito Mínimo: a estrutura da organização deve permitir o seu controle pelos membros. Uma possibilidade é o estabelecimento de uma assembléia geral que se reúna, pelo menos, uma vez ao ano e que seja o supremo órgão de tomada de decisão. O relatório e a contabilidade anual devem ser apresentados a todos os membros na assembléia geral, onde serão aprovados para que tenham validade.

Requisitos de Progresso: a organização deverá mostrar progressos nesse requisito em particular, conforme o tempo em que estiver certificada. O método de trabalho e horizonte de planejamento deverá ser aperfeiçoado, formulando-se estratégias de produção e venda a médio e longo prazos. Deverão ser oferecidos treinamentos regulares para os membros da organização.

Critério 4) Não-discriminação: A FLO segue a Convenção 111 da OIT pelo fim da discriminação de trabalhadores. As pessoas não podem ser rejeitadas devido à sua raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social.

⁴ Pequenos Produtores são aqueles que não dependem de trabalho contratado para trabalhar em suas propriedades durante o ano. Podem utilizar alguns trabalhadores contratados sazonalmente, mas administram suas propriedades utilizando, principalmente, seu próprio trabalho e o de sua família (FLO, 2005).

Requisitos Mínimos: Nenhuma pessoa pode ter sua participação negada por causa de uma das razões citadas na convenção da OIT.

Requisitos de Progresso: Deve-se mostrar a ajuda dada aos membros da organização com o intuito de progredir a posições de responsabilidade na organização.

Diretriz Econômica

Critério 6) Prêmio do FT (*Premium Price*)

Requisitos Mínimos: A organização deve mostrar aptidão para administrar o prêmio do FT em benefício dos produtores, que tem um mecanismo de controle para este fim, e que pode fazê-lo de forma transparente. As decisões sobre o uso do prêmio devem ser tomadas democraticamente por todos os produtores na Assembléia Geral. Os produtores e a FLO devem ser capazes de verificar onde a renda proveniente do prêmio está sendo aplicada.

Requisitos de Progresso: Espera-se que a organização tenha planos anuais e orçamentos para o uso do prêmio.

Critério 7) Capacidade de Exportar

Requisitos Mínimos: A organização deve ter infra-estrutura e capacidade para fornecimento do produto (indicado o volume de 20 toneladas, equivalente a 1 *container*) no mercado externo. Isto incluiria ter uma linha de telefone, acesso à Internet, sistemas computadorizados e boas habilidades administrativas. O produto deve cumprir com os atuais padrões de qualidade para exportação e a organização deve mostrar que tem ou pode exportar com sucesso diretamente ou, se necessário, indiretamente (através de um parceiro). Deve também haver uma demanda claramente estabelecida de FT para o produto.

Requisitos de Progresso: Espera-se que a organização aperfeiçoe a capacidade de exportação na medida em que estas tornarem-se mais regulares e volumosas.

Critério 8) Fortalecimento Econômico da Organização

Requisitos de Progresso: Um dos objetivos do FT é aumentar a capacidade dos pequenos produtores de trabalhar em conjunto e exportar.

Os produtores devem desenvolver suas próprias habilidades e capacidades de forma a não depender de terceiros que possam ter um comportamento oportunista.

Diretriz Ambiental

Critério 9) Meio Ambiente: O meio ambiente deve ser protegido. Para tal, deve-se implantar e monitorar um plano de trabalho. Deve haver equilíbrio entre proteção ambiental e bons resultados nos negócios. Não deve-se usar, intencionalmente, produtos que incluam organismos geneticamente modificados. A certificação orgânica é incentivada. A monitoração do meio ambiente deve ser constante, para isso o uso de sistema de controle interno (SCI) apropriado deve ser utilizado. Deve-se mapear os efeitos que as atividades dos membros da organização têm sobre o meio ambiente. Um plano de diminuição dos possíveis impactos ambientais deve ser feito e verificado continuamente.

Requisitos Mínimos: os padrões nacionais e internacionais para a manipulação de produtos químicos devem ser seguidos. Áreas de manancial, matas naturais e outras áreas de proteção em torno de onde é realizado o trabalho devem ser protegidas, incluindo problemas da erosão e gestão de resíduos. A FLO disponibiliza em seu *site internet*, uma lista dos produtos químicos proibidos.

Para as organizações com situação de trabalho contratado, que empregam um número significativo de trabalhadores, todo um conjunto de critérios sobre trabalho se aplica. No caso dos próprios produtores empregarem um número significativo de trabalhadores, deverão buscar a certificação sob os Critérios de Trabalho Contratado. Quando há poucos trabalhadores empregados pela organização de produtores ou, quando os próprios produtores empregam trabalhadores eventuais ou por temporada, esses trabalhadores deveriam também compartilhar dos benefícios do FT.

Critério 10) Condições de Trabalho: As exigências que fazem parte dos requisitos mínimos quanto às condições de trabalho são:

- Trabalho Forçado e Trabalho Infantil - as pessoas e seus cônjuges devem ser livres para decidir se trabalham ou não. Crianças menores de 15 anos não devem trabalhar. O trabalho não deve impedir a escolarização ou diminuir a capacidade de aprender devido ao cansaço ou doença. O trabalho não deve causar problemas para o

desenvolvimento social, físico ou moral dos jovens. Trabalhos perigosos não podem ser feitos por pessoas menores de 18 anos.

- Liberdade de Associação e Negociação Coletiva - todos os trabalhadores têm o direito de se organizarem e poderem coletivamente negociar suas condições de trabalho.
- Condições de Emprego - todos trabalhadores devem trabalhar sob circunstâncias de emprego justas. Os salários devem ser iguais ou mais elevados do que estabelecido nas leis nacionais e acordos sobre salários mínimos.
- Saúde e Segurança Ocupacional – As situações de risco à saúde devem ser reduzidas, garantindo a segurança dos trabalhadores tanto quanto for possível. O ambiente de trabalho e todo o equipamento e maquinaria que são usados devem ser seguros. A FLO pode pedir um relatório de inspeção independente que demonstre isto. Deve-se seguir uma lista dos tipos de pessoas que não são autorizadas a utilizar pesticidas. Isto inclui pessoas menores de 18 anos e mulheres grávidas ou amamentando.

Enfim, esse conjunto de critérios de certificação dá a garantia ao consumidor, que ao comprar um produto certificado, beneficia toda a cadeia produtiva. Para manter este sistema de certificação e monitoria, a FLO introduziu uma taxa de certificação a partir de 2004.

2.6.1.3 Custos da Certificação

Até 2003, a FLO cobria os custos de certificação tornando-a gratuita para as organizações de produtores. Devido ao aumento da procura pela certificação, a situação financeira da FLO tornou-se insustentável. Assim, decidiu introduzir uma taxa para a certificação a partir de 2004. Há dois tipos de taxas: a taxa inicial e a taxa anual (FLO-CERT, 2007).

A taxa inicial cobre a inspeção e a certificação. O sistema de certificação difere pelo tipo de estrutura organizativa. A certificação é normalmente válida por um período de um ano. O período exato é indicado no certificado que a organização recebe.

Para a renovação da certificação, a FLO-CERT cobra uma taxa anual conforme o tipo de estrutura da organização, como segue (todas as especificações quanto a taxas estão disponíveis no *site internet* da FLO www.fairtrade.net):

- Organização de Pequenos Produtores (1º grau): é uma organização de pequenos produtores legalmente estabelecida capaz de contribuir com o desenvolvimento social e econômico de seus membros e suas comunidades. Ver Anexos C e D.
- Organização de Pequenos Produtores (2º e 3º grau): é uma organização formada por organizações de pequenos produtores (1º grau) que estão afiliadas legalmente em organizações de 2º e 3º grau.
- Organização de Pequenos Produtores com Estrutura Mista: é uma organização de pequenos produtores (1º grau) com produtores individuais e organizações de produtores de como membros legais.
- Plantação: é uma companhia que depende da contratação de trabalhadores. É uma propriedade única com um único local de produção e uma estrutura central responsável pelas condições de trabalho de seus trabalhadores.
- Multi Propriedade: é uma companhia que depende da contratação de trabalhadores. Possui mais de um local de produção/plantação, porém com uma estrutura central responsável pelas condições de trabalho de seus trabalhadores.
- Fábrica: é uma companhia que depende da contratação de trabalhadores. É um lugar onde um produto bruto se transforma em um produto de valor superior.
- Projeto de Contrato de Produção: representa uma relação entre um organismo de promoção e uma organização de produtores.

2.6.1.4 Principais Etapas para Certificação

1) Análise interna: A organização de produtores deve avaliar se pode cumprir com os padrões da FLO.

2) Contato com a FLO-CERT: Este contato deve ser por escrito e expressar o interesse em ser certificado pela FLO. Devem ser anexadas as seguintes informações: (a) status legal da organização; (b) número de membros e / ou trabalhadores e a forma como participam do processo de tomada de decisão; (c) posição no mercado, caso exporte, especificar para onde e como; (d) tipo / variedade do produto, quantidade e qualidade disponível para exportação; (e) indicar se a produção é orgânica, caso seja, qual a certificadora.

3) Questionário: Se a FLO detectar um mercado potencial para o produto, enviará para a organização um questionário a ser enviado preenchido para a FLO-CERT com cópias de documentos solicitados pela FLO.

4) Inspeção: Após a avaliação do questionário, a FLO envia um comunicado e uma fatura para a primeira inspeção. Após o recebimento do pagamento, a FLO planeja a inspeção. Nesta inspeção é verificado o cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos.

5) Decisão: O “Comitê de Certificação” decide sobre a certificação, com base na documentação recolhida durante o processo.

Caso o Comitê de Certificação rejeite a aplicação da certificação, o produtor pode apelar para o “Comitê de Apelações”. Todo o processo leva em torno de 2 a 4 meses.

2.6.1.5 Padrões Específicos por Produto

No intuito de garantir ao consumidor a qualidade do produto certificado, a FLO, definiu padrões específicos para cada produto. Além da qualidade esses padrões específicos tratam também do relacionamento entre comprador e produtor, sobre o pré-financiamento, definição de preço mínimo e condições de pagamento dos produtos negociados sob o FT. Estes padrões, em sua maioria, são componentes importantes dos contratos de venda negociados entre o produtor e o importador. Os padrões específicos para o Mel, objeto desta pesquisa, encontram-se no Anexo E.

2.7 ARCABOUÇO TEÓRICO – CONCEITUAL

A partir dos conceitos, abordagens, premissas e modelos apresentados nesta revisão teórica, faz-se importante resgatar e selecionar os elementos que constituem o arcabouço principal sobre o qual desenvolve-se o estudo, os quais buscou-se sintetizar no Quadro 4.

Tópicos	Conceitos-chave	Principais fontes
CSA	Análise sistêmica do agronegócio Inclusão da coordenação, instituições e organizações	DAVIS; GOLDBERG (1957); GOLDBERG (1968)
ECT	Existência de custos de transação no sistema de preços e na condução dos contratos intra-firma Custos de transação levam aos modos alternativos de governança	WILLIAMSON (1985) WILLIAMSON (1993)
SAG	Mapeamento e quantificação de sistemas agroindustriais	ZYLBERSZTAJN (1995) NEVES (2005)
GOVERNANÇA	Formas alternativas de organização da produção Matriz institucional na qual a transação é definida e coordenada	WILLIAMSON (1991) ZYLBERSZTAJN (1995)
CERTIFICAÇÃO ALIMENTAR	Instrumentos para a superação ou abrandamento das assimetrias informacionais do mercado Definição dos atributos dos produtos, processos e serviços antes das transação	NASSAR (1999)
<i>FAIR TRADE</i>	Equidade no comércio internacional Desenvolvimento sustentável Melhores condições de comercialização para pequenos produtores; Certificação de cunho social	FLO (2005) IFAT (2006)

Quadro 4: Arcabouço Teórico – Conceitual da Pesquisa

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS

O estudo proposto tem um caráter fundamentalmente qualitativo, composto de duas fases. Segundo Wilkins, Swatman e Casteman (2004) os métodos qualitativos são particularmente apropriados para pesquisas que requerem a compreensão de uma ampla gama de elementos não facilmente mensuráveis, como no presente estudo.

A primeira fase, tem um caráter descritivo, no qual utiliza-se o método SAG, com o objetivo principal de obter informações sobre a cadeia, fornecendo o seu desenho e a compreensão da dinâmica produtiva e de mercado, bem como a identificação da micro-região para a fase seguinte.

Na segunda fase do estudo utiliza-se o método *Rapid Appraisal* (RA) para identificar na micro-região selecionada quais as associações de produtores apícolas que atendem os pré-requisitos para certificação FT.

A RA está dentro um *continuum* entre os modelos informais e formais de pesquisa (KUMAR, 1993). Neste *continuum*, em um dos extremos estão os métodos altamente informais, que contam com a intuição, experiência e senso comum do pesquisador e cujas informações obtidas, geralmente não podem ser conferidas. No outro extremo, os métodos altamente formais, desenvolvidos e aprimorados por pesquisadores das áreas sociais e econômica. A RA está situado entre os extremos deste *continuum*.

Escolheu-se este método porque a RA oferece aos pesquisadores um processo de aprendizagem e aquisição de informações relevantes em um limitado período de tempo. É particularmente útil na definição de padrões e na geração de *insights*, enfatizando o aprendizado (WILKINS; SWATMAN; CASTLEMAN, 2004).

Segundo Paul (2005, p. 144), para a avaliação do FT, abordagens qualitativas, mais especificamente a RA atendem melhor aos objetivos e recursos disponíveis, principalmente porque os impactos advindos do FT são de elementos e processos não quantificáveis.

A Figura 5 representa estas duas fases de pesquisa, que serão melhor detalhadas a seguir.

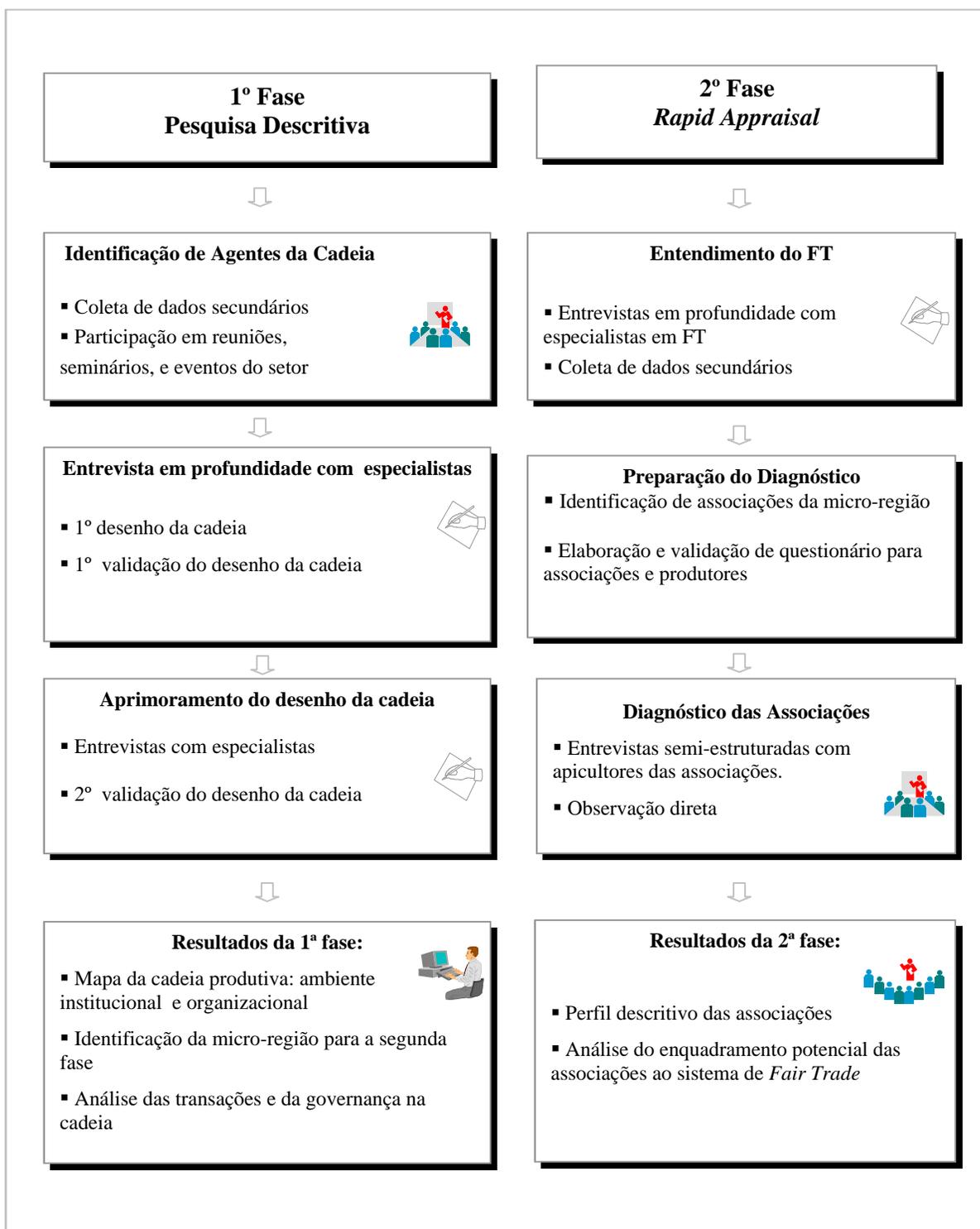


Figura 5: Principais Etapas da Pesquisa

3.1 PESQUISA DESCRITIVA (1º FASE)

A primeira fase de pesquisa tem um caráter descritivo e objetiva a obtenção de informações sobre a cadeia. Os resultados obtidos nesta etapa são o mapa da Cadeia Apícola, seu ambiente institucional e organizacional, a análise da governança e suas principais transações, e por fim, a identificação da micro-região para a etapa seguinte.

Esta primeira fase do estudo, segue as etapas principais do método SAG, adaptando-as às características específicas da cadeia. Esta fase subdivide-se em 9 etapas, descritas a seguir:

1º etapa: Coleta de dados secundários – a coleta de dados secundários visou a compreensão da estrutura da cadeia produtiva, dados de mercado, bem como, podemos incluir a pesquisa bibliográfica para dar suporte às entrevistas desta etapa e fornecer conhecimento sobre cadeias produtivas.

2º etapa: Participação em reuniões, seminários e eventos do setor - Esta etapa envolveu a observação participante em um programa de desenvolvimento setorial, promovido pelo SEBRAE-RS, o qual contempla reuniões mensais com as principais lideranças e representantes de entidades ligadas à apicultura, formando um Comitê Gestor da Apicultura.

A participação ativa do pesquisador neste Comitê Gestor foi usada como um dos subsídios para o entendimento da dinâmica da cadeia, participação esta que se iniciou em 2005 e estendeu-se durante todo o período da pesquisa. Cabe ressaltar, que o pesquisador, não tem uma participação apenas como ouvinte, assumindo a responsabilidade de elaborar o desenho da Cadeia, uma dos objetivos do Comitê Gestor, e que também é um dos objetivos práticos deste estudo.

A observação participante, como estratégia de pesquisa, visa dar ao pesquisador familiaridade com o grupo pesquisado e suas práticas pelo intenso envolvimento com este grupo em seu ambiente natural.

De acordo com Mann (1975), uma variedade de métodos são empregados neste tipo de pesquisa, como entrevistas informais, observação direta, participação na vida do grupo, discussões coletivas e análise de documentos produzidos pelo grupo.

O pesquisador deve atender de forma equilibrada aos papéis de participante e de observador. Como participante, o pesquisador toma parte do cotidiano do objeto em estudo, já o papel de observador implica na busca de neutralidade e objetividade nos registros e relatos, devendo ser caracterizado pela abordagem científica do conhecimento.

Neste estudo, a observação participante não resultou de um planejamento formal previamente definido, mas sim de uma oportunidade viabilizada, sendo as descobertas desta etapa consideradas como fontes complementares de dados.

Também a participação em eventos do setor serviram para ampliar o conhecimento do pesquisador a respeito da dinâmica da cadeia, uma vez que promove o contato com os diversos agentes que nela atuam.

3º etapa: Entrevista em profundidade com especialista – Esta etapa foi realizada em 2005, onde foi entrevistado o Presidente da Federação Apícola do Rio Grande do Sul - FARGS. Esta entrevista teve como principal objetivo levantar subsídios para elaboração do primeiro desenho da Cadeia Apícola do RS. Teve a duração de 3h.

4º etapa: Elaboração do 1º desenho da cadeia – Utilizando-se os dados coletados nas etapas anteriores, elaborou-se o 1º desenho da cadeia.

5º etapa: 1º validação do desenho da cadeia – Para a realização desta etapa, adaptou-se o método SAG utilizado para descrição de cadeias produtivas desenvolvido por pesquisadores do PENSA/USP. Por conveniência do pesquisador, apresentou-se o desenho para os participantes do Comitê Gestor, onde discutiu-se em conjunto os devidos ajustes procurando-se consenso sobre a apresentação. Também foi enviado para o e-mail do grupo o arquivo com o desenho para uma maior reflexão e possíveis sugestões, no entanto não houve sugestões por e-mail.

6º etapa: Aprimoramento do desenho da cadeia – Etapa realizada em 2006, como resultado de uma maior reflexão do pesquisador sobre a cadeia e a necessidade de se aprimorar seu desenho, para que este realmente represente o mapa de produção apícola do RS. Nesta etapa foram entrevistados dois técnicos da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e novamente o Presidente da FARGS.

7º etapa: 2º validação do desenho da cadeia – Esta validação foi realizada em 09 de junho de 2006 durante o Seminário de Agronegócios em Apicultura, promovido pelo CEPAN – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios da UFRGS, onde o pesquisador teve a oportunidade de debater o desenho com especialistas do setor e alunos de mestrado e doutorado em agronegócios, propiciando um refinamento deste desenho.

8º etapa: Análise das transações e da governança – nesta etapa, utilizando-se os dados obtidos nas etapas anteriores, foram analisadas as transações da cadeia, identificando-se as formas de governança resultantes de cada transação.

9º etapa: Definição da micro-região – nesta última etapa de pesquisa, após análise dos dados secundários e das entrevistas com os especialistas e demais atores da Cadeia, definiu-se a Micro-Região de Osório para realização da pesquisa na 2º fase. Esta micro-região foi escolhida em função de uma série de aspectos econômicos, sociais e ambientais os quais representam bom potencial para enquadramento nos critérios para projetos de *Fair Trade*.

3.2 *RAPID APPRAISAL* – RA (2º FASE)

Nesta segunda fase de pesquisa utilizou-se a metodologia qualitativa *rapid appraisal* – RA (KUMAR, 1993; TIPS, 1996; CHAMBERS, 2002; VIEIRA, 2004).

Conforme coloca Vieira (2004) a RA consiste no uso de uma série de fontes de dados que geram resultados, aparentemente menos precisos, mas que, no entanto, proporcionam uma compreensão maior do processo estudado. A RA combina diferentes métodos para a obtenção de informações, entre eles os seguintes:

- Entrevistas semi-estruturadas;
- *Focus group*;
- Observação direta;
- Pesquisa de dados secundários;
- Entrevistas com informantes chaves (especialistas): pessoas que possuem conhecimento ou experiência em um tópico particular da pesquisa;
- Linha de Tempo: cronologia dos eventos, com datas aproximadas;
- *Brainstorming*, entre outros.

Como vantagens da utilização da RA, Kumar (1993) destaca:

- O custo menor que outros estudos que usam métodos mais rigorosos;
- Pode ser completado rapidamente;
- Obtém dados relevantes, idéias ou recomendações, quando a interpretação e o entendimento de um fenômeno ou processo é necessário;
- Permite a flexibilidade do investigador para explorar novas idéias e assuntos que não foram antecipados no plano de estudo, mas são relevantes para o mesmo.

Como desvantagens na utilização da RA, Mackay (2004) destaca que:

- As conclusões normalmente dizem respeito a comunidades ou localidades específicas, sendo assim difícil generalizar as conclusões.
- É menos válido do que os levantamentos formais.

Como ressalta Vieira (2004), a RA triangula dados de diferentes fontes para encontrar as informações. Assim, a precisão e complementaridade do estudo são maximizadas pela investigação de cada aspecto da situação de várias formas.

O presente estudo foi realizado na micro-região de Osório, que compreende 22 municípios do litoral norte do estado (classificação do IBGE), onde objetivou-se identificar as associações de apicultores destes 22 municípios e verificar quais destas associações atenderiam aos requisitos da FLO para a certificação *Fair Trade*.

Esta fase foi subdividida em 6 etapas, descritas como segue:

1º etapa: Entrevista em profundidade com especialistas em *Fair Trade* – Como etapa inicial da segunda fase do estudo, entrevistou-se dois especialistas em certificação *Fair Trade*, para assim aprofundar os conhecimentos do pesquisador sobre os aspectos envolvidos no processo de certificação. Um dos especialistas atua diretamente na FLO – *Fairtrade Labelling Organizations International*, como Facilitadora para a criação da Iniciativa Nacional do Selo *Fair Trade* no Brasil. O outro entrevistado é especialista em *Fair Trade*, atuou como inspetor e *liaison officer* (oficial de ligação) da FLO no Brasil e atualmente é consultor da *Transfair*. Esta entrevista aconteceu na cidade de São Paulo, onde estas empresas estão sediadas e teve a duração de 4h.

2º etapa: Coleta de dados secundários – esta segunda coleta de dados secundários buscou subsídios para a compreensão do sistema de certificação *Fair Trade* pela FLO, bem como, para a elaboração do questionário utilizado no estudo.

3º etapa: Elaboração de questionário para associações – com base nos dados levantados nas etapas anteriores, elaborou-se dois questionários, sendo um para aplicação junto às associações de apicultores, e o outro para obter maiores detalhes sobre os aspectos de produção, aplicado com alguns apicultores. Estes questionários tiveram o objetivo de levantar dados para a averiguação do atendimento aos critérios de certificação pelas associações. O questionário para as associações encontra-se no Anexo A e o questionário para os produtores no Anexo B.

4º etapa: Identificação das associações – nesta etapa realizou-se um levantamento sobre as associações de apicultores existentes nos 22 municípios da micro-região Osório. Neste levantamento utilizou-se dados secundários, cadastro de associações disponibilizado

pela FARGS, bem como de dados primários, coletados através das próprias entrevistas e em contatos com as Secretarias Municipais de Agricultura das cidades alvo.

5º etapa: Entrevistas semi-estruturadas com apicultores das associações e observação direta – Tomando como base o questionário elaborado na 3º etapa, realizou-se entrevistas semi-estruturadas com os presidentes das seis associações encontradas na micro-região estudada e quatro entrevistas com produtores filiados a estas associações para assim validar algumas informações. Estas entrevistas tiveram a duração de aproximadamente 1h cada.

Também durante esta etapa, o pesquisador utilizou-se da observação direta para assim ter uma melhor percepção sobre as associações e seus associados. Segundo Kumar (1993), a observação direta diferencia-se da observação participante, pois enquanto esta consiste em um longo processo onde o pesquisador observa um fenômeno ou processo, durante meses, ou até mesmo anos, a observação direta pode ser completada em alguns dias ou semanas.

Outra diferença reside no fato de que a observação participante foca primeiramente nos fenômenos sociais e culturais, enquanto a observação direta pode tratar também de objetos físicos, como por exemplo, a produção agrícola e suas instalações. E por final, na observação participante o pesquisador busca empatia com a pessoa que está sendo estudada para assim obter uma perspectiva interior, o que não é o caso da observação direta.

6º etapa: Compilação dos dados – Esta última etapa do estudo compreendeu a análise de todas as etapas anteriores, possibilitando assim a identificação das associações que atendiam os critérios da certificação *Fair Trade*.

Após estas duas fases do estudo, seguiu-se as conclusões do trabalho, analisando se a certificação FT configuraria-se viável aos apicultores da micro-região estudada e também qual a influência que a certificação poderia ter sobre a governança da cadeia.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA APICULTURA

O objetivo deste capítulo é apresentar aspectos sobre a apicultura, focando o mel, principal produto. Neste intuito faz-se uma descrição e análise dos mercados internacional e nacional do produto.

Também neste capítulo são apresentados o histórico da atividade no Brasil, dados de produção e o perfil dos apicultores brasileiros, entre outros.

4.1 A APICULTURA NO MUNDO

O mel, principal produto da apicultura, consiste em uma substância viscosa, adocicada e aromática, preparado pelas abelhas a partir do néctar que recolhem das flores e/ou das secreções de partes vivas das plantas, conforme define a Instrução Normativa nº 11 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA, 2007). Sua composição é basicamente de carboidratos (sacarose, frutose e glicose), água, sais minerais e enzimas. Sua coloração (desde o amarelo-claro ao escuro), aroma e paladar, variam em consequência da florada, das zonas geográficas, das condições climáticas e da espécie de abelha que o produziu.

É um produto natural, apreciado desde a antiguidade por suas propriedades nutricionais e medicinais. Por vários séculos foi retirado dos enxames de forma unicamente extrativista, muitas vezes causando danos ao meio ambiente.

No entanto, com o passar do tempo, o homem foi aprendendo a proteger seus enxames, instalá-los em colméias racionais e manejá-los de forma que houvesse maior produção de mel sem causar prejuízo para as abelhas. Nascia assim, a apicultura, atividade que atravessou o tempo e se expandiu, tornando-se uma importante fonte de renda.

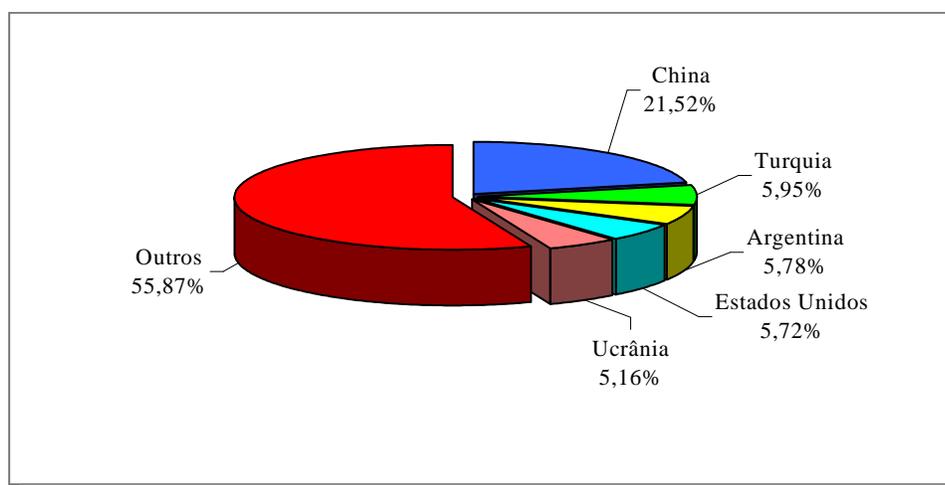
O mel, além do consumo direto, é utilizado nas indústrias de alimentos, farmacêutica e cosmética. Apesar das flutuações, a produção mundial de mel tem apresentado uma tendência de crescimento, como podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1 - Maiores Produtores de Mel entre 2000 e 2005 (toneladas)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
China	251.839	254.358	267.830	294.721	297.987	298.000
Turquia	61.090	60.190	74.555	69.540	73.929	82.336
Argentina	93.000	80.000	83.000	75.000	80.000	80.000
Estados Unidos	99.945	84.335	77.890	82.431	83.272	79.218
Ucrânia	52.439	60.043	51.144	53.550	57.878	71.462
Outros	696.422	724.924	734.139	771.128	778.410	773.494
TOTAL	1.254.735	1.263.850	1.288.558	1.346.370	1.371.476	1.384.510

Fonte: Elaborado a partir de dados da FAO, 2007

Nos últimos seis anos, a produção mundial apresentou um crescimento de aproximadamente 10% (FAO, 2007). Entre os principais países produtores destacam-se a China, Turquia, Argentina, Estados Unidos e Ucrânia, que juntos são responsáveis por 44,13% da produção. A China produz cerca de três vezes mais que a Turquia, segundo maior produtor em 2005, como podemos observar no Gráfico 1 a seguir.

**Gráfico 1: Participação na Produção Mundial de Mel em 2005**

Fonte: Elaborado a partir de dados da FAO, 2007.

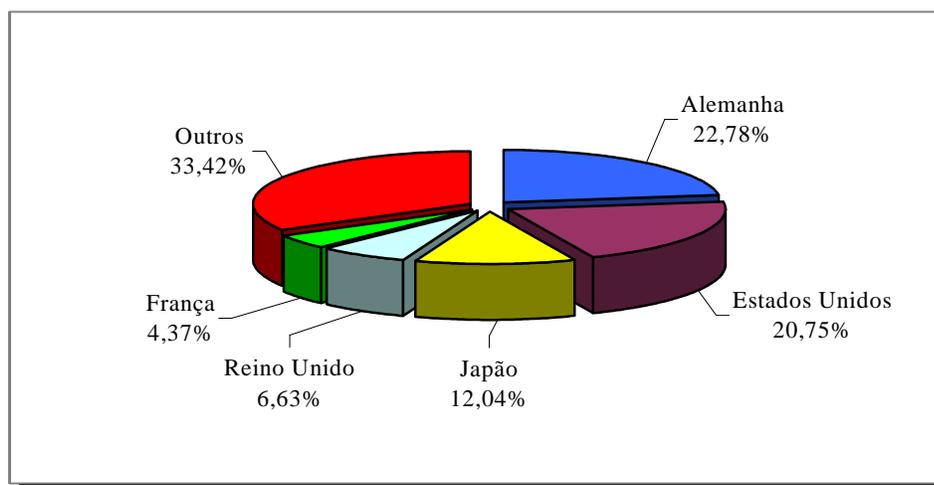
Uma das principais características da compra de mel é o fato de que grande parte é comercializado em tambores de 300 litros, sendo fracionado somente no país comprador, assim, a agregação de valor do produto se dá no país de destino, como podemos observar nas Tabelas 2 e 3. Além disso, quase todo o mel produzido no mundo é um composto de diferentes tipos de méis homogeneizados ou “*blends*” (NETO; NETO, 2005).

Tabela 2: Principais Importadores de mel em 2004

	VOLUME (toneladas)	VALOR (mil US\$)	VALOR UNITÁRIO (US\$/Kg)
Alemanha	88.958	230.704	2,59
Estados Unidos	81.027	149.550	1,85
Japão	47.033	65.012	1,38
Reino Unido	25.893	75.117	2,90
França	17.081	54.530	3,19
Outros	130.530	346.949	2,66
TOTAL	390.522	921.862	2,36

Fonte: Elaborado a partir de dados da FAO, 2007.

Os cinco principais mercados importadores de mel em 2004 somaram juntos 66,58% do mel comercializado naquele ano, conforme apresentado no Gráfico 2.

**Gráfico 2: Participação nas Importações de Mel em 2004**

Fonte: Elaborado a partir de dados da FAO, 2007

Cabe ressaltar, que países como a Alemanha adquirem mel de vários países e o re-exportam, atuando tanto como grandes importadores, quanto grandes exportadores. (NETO; NETO, 2005). Em relação às exportações, podemos destacar a presença da China (maior produtor mundial) como maior exportador tendo negociado em 2004, 82.492 toneladas, o que representa 27,68% de sua produção naquele ano. Embora tenha um consumo per capita anual baixo (200g/habitante/ano), o mercado interno na China absorve grande parte de sua produção, devido ao grande número de habitantes (NAPOLITANO, et al., 2006).

A Tabela 3, a seguir, detalha os dados da exportação no ano de 2004.

Tabela 3: Principais Exportadores de mel em 2004

	Volume (toneladas)	Valor (mil US\$)	Valor Unitário (US\$/Kg)
China	82.492	92.837	1,13
Argentina	62.536	120.537	1,93
México	23.374	57.408	2,46
Alemanha	22.374	90.092	4,03
Brasil	21.029	42.330	2,01
Outros	171.427	456.428	2,66
TOTAL	383.232	859.632	2,24

Fonte: Elaborado a partir de dados da FAO, 2007

Outra presença importante é a da Argentina com uma participação de 16,28% nas exportações mundiais em 2004. Seu consumo per capita também é baixo, cerca de 220g por habitante/por/ano, assim sua produção volta-se para o mercado externo, que absorve cerca de 78,17% da produção. (NAPOLITANO et al., 2006). O Gráfico 3, detalha o percentual de participação dos maiores exportares no mercado mundial.

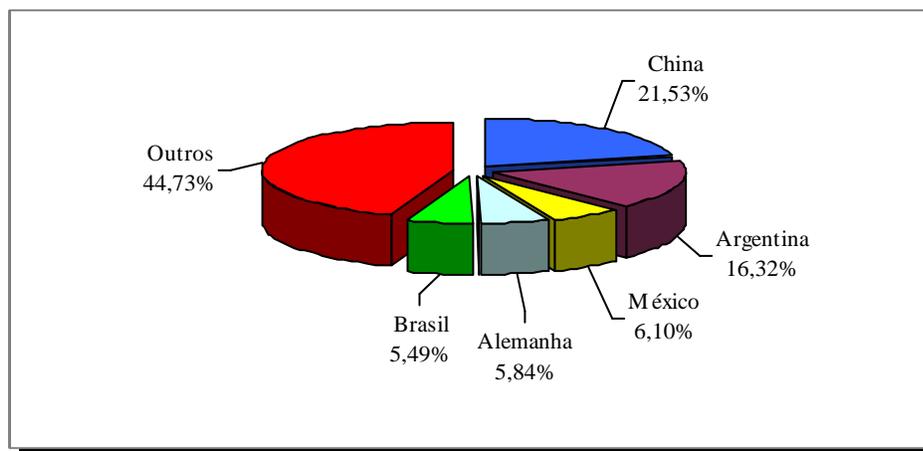


Gráfico 3: Participação nas Exportações de Mel em 2004

Fonte: Elaborado a partir de dados da FAO (2007)

Podemos concluir que a China e a Argentina figuram entre os maiores exportadores, por razões diferentes, como já citado. Na China, o grande volume de mel produzido permite que esta exporte uma parte de sua produção, sendo o restante absorvido no mercado interno. Quanto à Argentina, sua participação deve-se ao baixo consumo interno em relação a sua produção. Por fim, encontramos os maiores consumos per capita nos países Europeus. A Suíça, por exemplo, tem seu consumo na casa de 1.500g/habitante/ano, a Alemanha em torno de 1.000g/habitante/ano. Os Estados Unidos também possuem um alto consumo interno, cerca de 910g/habitante/ano (SEBRAE, 2006).

Em relação ao comércio de mel certificado pela FLO, verificamos que o consumo aumentou de 1.240 toneladas em 2004 para 1.330 em 2005 em 12 países dos 20 que possuem Iniciativas Nacionais do Selo, como podemos observar na Tabela 4 a seguir. Não houve consumo de mel FT no Canadá, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Noruega, Japão, Irlanda e México (FLO, 2007).

Tabela 4: Volume de vendas de Mel FT em 2004 e 2005

País	2004	2005
Áustria	4	4
Bélgica	73	63
Dinamarca	4	12
Finlândia	10	11
França	52	66
Alemanha	335	362
Reino Unido	208	296
Itália	102	79
Luxemburgo	4	4
Holanda	51	49
Suécia	1	0
Suíça	396	385
TOTAL	1.240	1.330

Fonte: Elaborado a partir de dados da FLO (2007)

A Tabela 5 a seguir, nos mostra quais países possuem produção de mel certificada pela FLO (2007).

Tabela 5: Nº de Produtores de Mel FT por País

País	Produtores Mel FT
Argentina	1
Chile	4
Guatemala	5
México	13
Nicarágua	2
Zambia	1
Total	26

Fonte: Elaborado a partir de dados da FLO (2007)

4.2 A APICULTURA NO BRASIL

No Brasil, a apicultura iniciou oficialmente em 1839, quando Dom Pedro II concedeu ao Padre Antônio José Pinto Carneiro a autorização para importação de abelhas da Europa, pelo Decreto nº 72, de 12 de julho de 1939 (WIESE, 2005).

Antes de 1840, as abelhas criadas eram abelhas Melipônicas ou indígenas, que são mansas e sem ferrão, produzem mel de excelente qualidade, porém em menor quantidade. Depois desta época, as abelhas européias continuaram sendo trazidas para o Brasil por padres jesuítas e pelos imigrantes italianos e alemães, que se estabeleceram no sul e sudeste do país. A apicultura então se desenvolveu de forma acelerada (COLMÉIAS, 2005).

Em 1956, a apicultura sofreria uma verdadeira revolução com a introdução da abelha africana. O Dr. Warwick Estevam Kerr, cientista e pesquisador apícola, trouxe da África, cerca de 50 abelhas rainhas, para fins científicos e as introduziu em Piracicaba, interior de São Paulo. Acidentalmente houve uma fuga de 26 enxames (WIESE, 2005).

As abelhas africanas, apesar de serem muito produtivas, são muito agressivas, assim, essa liberação acidental criou um grande problema para o Brasil. Notícias sensacionalistas nas televisões, jornais e revistas internacionais, que não condiziam exatamente com a verdade, causaram verdadeiro pavor por tal abelha. Durante esse período, nenhum animal foi mais comentado em livros, entrevistas, reportagens e filmes do que as "abelhas assassinas" ou "abelhas brasileiras", como eram chamadas. Com isso, muitos produtores "amadores" acabaram por abandonar a atividade, e os que permaneceram adaptaram-se às novas técnicas de manejo, profissionalizando-se cada vez mais para controlar a agressividade das abelhas (EMBRAPA, 2005).

Além da maior profissionalização dos apicultores, outros fatores importantes contribuíram para a redução da agressividade das abelhas africanizadas e para o crescimento e desenvolvimento da atividade, como por exemplo, a interação entre produtores e pesquisadores em congressos e simpósios; a criação de concursos premiando novos inventos; a liberação de créditos para a atividade; a participação do País em eventos internacionais; o investimento em pesquisas; a criação da Confederação Brasileira de Apicultura em 1967; e a valorização progressiva de outros produtos apícolas (EMBRAPA, 2005). As abelhas africanas acabaram cruzando com as européias já existentes no país, resultando nas chamadas abelhas

africanizadas⁵, que, por terem herdado muitas características das abelhas africanas, são consideradas as responsáveis pelo desenvolvimento apícola do País.

A agressividade hoje é considerada por muitos apicultores um forte aliado para evitar roubo da produção, e ainda há a vantagem de serem tolerantes a diversas pragas e doenças que assolam a atividade em todo o mundo, e que no entanto não têm acarretado impacto econômico no Brasil (EMBRAPA, 2005).

Podemos citar também, as seguintes qualidades das abelhas africanizadas, que incentivaram os apicultores a adotá-las (WIESE, 2005):

- As suas características de alta enxameação, que contribuíram para povoar novas colméias e aumentar a população apícola;
- Motivaram a fundação de Associações de Apicultores em todo o país, para assim, em conjunto, encontrarem meios para controlá-las e aproveitá-las como boas produtoras de mel;
- Motivaram também a realização de encontros, congressos e o surgimento da indústria de materiais e equipamentos para a apicultura.

Nos últimos anos, a apicultura brasileira tem se caracterizado por um importante crescimento de produção, entretanto, como podemos observar na Tabela 6, somente a partir de 2002 o país começou a ter uma participação significativa no mercado mundial de mel, alcançando a quinta posição de maior exportador mundial, enquanto atingiu a 15ª posição no *ranking* de produtores.

Tabela 6- Produção e exportação de mel no Brasil de 2000 a 2006

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Produção em toneladas	21.865	22.220	23.995	30.022	32.290	33.750	N/C
Exportação em toneladas	269	2.489	12.640	19.273	21.029	14.500	14.600

Fonte: Elaborado a partir de dados da SECEX, 2007 e IBGE, 2007.

⁵ Atualmente a abelha mais difundida, no Brasil, é um híbrido das abelhas européias (*Apis mellifera mellifera*, *Apis mellifera ligustica*, *Apis mellifera caucasica* e *Apis mellifera carnica*) com a abelha africana *Apis mellifera scutellata*. Essa abelha africanizada tem grande facilidade de enxamear, alta produtividade, tolerância a doenças e adapta-se a climas mais frios, continuando o trabalho em temperaturas baixas (EMBRAPA, 2005).

Entre outros fatores que causaram esse aumento das exportações, podemos destacar que, em 2001, tanto a União Européia como os EUA suspenderam a importação de mel da China, devido à contaminação por cloranfenicol, um antibiótico cancerígeno empregado no combate às doenças da abelha, ocasionando uma queda de 14% nas exportações daquele país de 2001 para 2002. Também a Argentina, segundo maior exportador, teve suas exportações prejudicadas naquele ano devido a processos *antidumping* movidos pelos Estados Unidos (FAO, 2007; NETO; NETO, 2005).

Em contrapartida, o mel brasileiro tem sua qualidade reconhecida internacionalmente, pois desde a década de 1950 não se usam quaisquer produtos químicos para o tratamento de doenças das abelhas. Contudo, para manter a posição conquistada no mercado internacional, o país deve cada vez mais, adaptar-se às normas sanitárias e fito-sanitárias internacionais.

Com o aumento súbito das exportações de mel a partir de 2001, não havia, por parte do governo brasileiro formas de dar as garantias de controle e monitoramento dos resíduos e contaminantes do mel exigidas pelos importadores. Assim, a União Européia suspendeu a importação do produto em março de 2006, sob a alegação de que o país não cumpriu o prazo de implantação das análises a serem feitas no âmbito do Programa Nacional de Controle de Resíduos – PNCR, não adquirindo assim, equivalência com o bloco no que se refere às diretivas para controle de resíduos e contaminantes (MAPA, 2007).

Para atender aos critérios da UE, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA incluiu no PNCR a análise de mais 6 substâncias, além das 7 realizadas, possibilitando o monitoramento de resíduos de antibióticos, sulfas e metais pesados. Apesar do embargo da UE, as exportações brasileiras de mel no ano de 2006 aumentaram em relação à 2005, contrariando às expectativas do setor, que obteve rendimentos de US\$ 23,358 milhões contra os US\$ 18,940 milhões exportados em 2005.

O aumento no valor das exportações indica um aumento no preço médio de venda do mel que em 2006 atingiu US\$ 1,60 o quilo, enquanto em 2005 o preço médio foi US\$ 1,31 (SECEX, 2007). Esse aumento deve-se às exportações para os Estados Unidos, que cresceram 225% em 2006 (10.784 toneladas exportadas em 2006 contra 3.316 toneladas em 2005).

Segundo o presidente da Confederação Brasileira de Apicultura – CBA, há a possibilidade de que o mel brasileiro chegue ao mercado Europeu via Estados Unidos, visto que não há nenhuma notificação quanto à qualidade do produto (ANBA, 2006).

Contudo, como coloca Magalhães (2006) existem ainda dificuldades para o desenvolvimento da cadeia, destacando-se a utilização de tecnologias impróprias para a produção, o baixo nível de organização dos produtores, a falta de padronização do produto, a comercialização fragmentada e o marketing desestruturado.

Pode-se verificar tais dificuldades apontadas por pesquisa realizada em 2005 pelo SEBRAE (2006), a qual mostrou que o consumidor de mel brasileiro é exigente e com alto poder aquisitivo. Grande parte dos consumidores pertence às classes A e B, e quanto maior a classe social, mais freqüentemente o produto é consumido.

A análise do perfil dos consumidores aponta que a maior parte do consumo é feita na forma de medicamentos (61% dos entrevistados), enquanto 29% utiliza o produto como alimento (SEBRAE, 2006).

Também o consumo interno de mel no Brasil é bastante baixo, cerca de 61g/habitante/ano, sendo que a Região Norte apresenta o menor consumo per capita, 20g/habitante/ano, e a Região Sul apresenta o maior consumo 253g/habitante/ano (IBGE, 2007).

A pesquisa do SEBRAE (2006) aponta como causas deste baixo consumo o alto preço do produto, a falta de hábito alimentar, além de “mitos”, como a crença de que o mel aumenta as taxas de colesterol.

Alguns fatores que influenciam a decisão de compra também são apresentados pela pesquisa, como a aparência de pureza do produto, as garantias, como por exemplo, selos e carimbos de inspeção, a origem, a marca, a embalagem e o preço de venda.

A atividade apícola, com exceção do Amapá, está presente em todos os estados brasileiros, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor nacional, tendo produzido em 2005, 7.428 toneladas, seguido pelos estados do Piauí com 4.497 toneladas e Paraná com 4.462 toneladas. A região Nordeste tem apresentado nos últimos anos, um significativo crescimento, principalmente nos estados do Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia. Pode-se observar maiores detalhes da produção dos estados brasileiros no Apêndice A.

No Gráfico 4, a seguir, observa-se a distribuição da produção nacional pelas regiões do país, no ano de 2005.

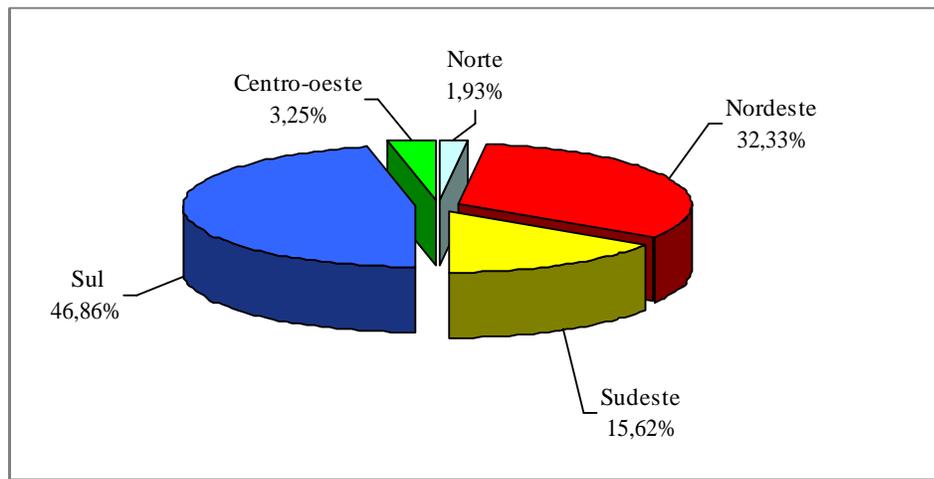


Gráfico 4: Participação das Regiões na Produção Brasileira de Mel em 2005

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2007.

Comparando o Gráfico 4 com o Gráfico 5, referente a participação das regiões na produção em 2000, observa-se que o Nordeste quase dobrou a sua participação. A Região Sul apresentou um aumento na participação, apesar de ter ocorrido uma queda na produção do estado de Santa Catarina. A Região Sudeste apresentou uma queda em sua participação, apesar da produção se manter relativamente estável.

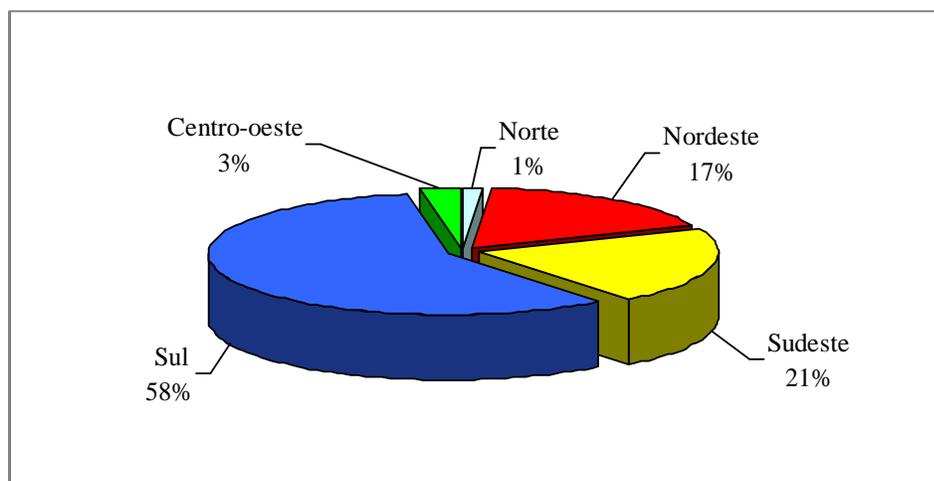


Gráfico 5: Participação das Regiões na Produção Brasileira de Mel em 2000

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2007.

Estes dados mostram que a produção brasileira aumentou nestes últimos anos, impulsionada principalmente pelos estados do Nordeste, onde há investimentos para o seu

desenvolvimento por parte de instituições como o Banco do Nordeste, Fundação Banco do Brasil, SEBRAE, entre outras.

4.2.1 Custos, Rendimentos e Rentabilidade da Atividade

Essa seção tem como objetivo apresentar uma estimativa de custos, rendimentos e rentabilidade desenvolvida pela EMBRAPA (2005).

Os principais parâmetros para o estabelecimento da relação custo-rentabilidade, considerando diferentes categorias de apicultores conforme o tamanho do apiário, são definidos pela quantidade de colméias trabalhadas (Tabela 7). A produtividade de cada colméia, para esta estimativa é 30 Kg/colméia/ano. Esse preço de venda de R\$ 1,40 o quilo, é para vendas à granel, a venda de produtos fracionados o preço do quilo varia entre R\$ 6,00 a R\$ 10,00, dependendo da região onde foi produzido.

Tabela 7: Estimativa de Custos, Rendimentos e Rentabilidade

	Custo anual Total (R\$)	Preço de Venda (R\$/kg de mel)	Produção (kg de mel)	Receita Total (R\$)	Preço de Custo (R\$/kg de mel)	Lucro (R\$/kg de mel)
100 Colméias	3.766,77	1,40	3.000	4.200,00	1,27	0,13
350 Colméias	9.786,70	1,40	10.500	14.700,00	0,93	0,47
1000 Colméias	27.281,90	1,40	30.000	42.000,00	0,91	0,49

Fonte: Elaborado a partir de dados da EMBRAPA, 2005.

Percebe-se que, como em outras atividades, a apicultura realizada em larga escala aumenta a rentabilidade do produtor, visto que não há pagamento de preços com base na qualidade do produto.

4.2.2 Perfil dos Produtores

De forma geral, a apicultura no Brasil caracteriza-se fundamentalmente por ser uma atividade de pequena e média escala, que se estrutura em torno de pequenas unidades agrárias onde o trabalho praticado é predominantemente familiar.

Para traçar um perfil do produtor apícola, adotamos a tipologia desenvolvida pelo Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais – DESER vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. O DESER (2005, p.9) caracteriza os apicultores pelo nº de colméias que manejam, como segue:

Apicultores com 1 a 50 colméias: Correspondem aos apicultores que estão começando na atividade, podem variar desde simplesmente um passatempo, uma complementação de renda até uma característica comercial. Caracterizam-se pela dedicação parcial a atividade, pelos pequenos volumes de mel onde os investimentos dirigidos à atividade, nos primeiros anos, direcionam o futuro de uma atividade de maior escala.

Apicultores com 51 a 200 colméias: Correspondem aos apicultores em fase de crescimento, em sua maioria com características essencialmente familiares. Essa escala ainda apresenta uma baixa exigência em infra-estrutura, mas qualquer seu limite para o crescimento se encontra associada a investimentos em infra-estrutura. De maneira geral os serviços de extração do mel estão vinculados a associações ou terceirizada.

Apicultores com 201 a 500 colméias: Correspondem aos apicultores que já adquiriram uma certa experiência na atividade e apresentam fortes características de crescimento. Caracterizam-se pela transição gradual da dedicação parcial à dedicação exclusiva a atividade, em vários casos com a incorporação de trabalho temporário . A apicultura migratória começa representar uma característica da atividade, principalmente no nordeste.

Apicultores com 501 a 700 colméias: Correspondem aos apicultores que alcançaram uma certa profissionalização com volumes importantes de mel. Caracterizam-se pela maior incorporação de trabalho assalariado e começam a apresentar características de buscar soluções próprias de extração do mel.

Apicultores com mais de 700 colméias: Correspondem aos apicultores que alcançaram uma escala importante e na sua grande maioria utilizam o trabalho assalariado permanente. A infra-estrutura adquire normalmente uma característica de PME onde o transporte adquire uma importância estratégica para ampliação da atividade.

Segundo o DESER (2005) a maioria dos apicultores brasileiros possui entre 1 a 50 colméias. Um dos motivos para este fato é de que nos últimos dez anos, praticamente dobrou o número de apicultores, e esses “novos apicultores” se iniciam na atividade manejando um pequeno número de colméias.

Outro fator diz respeito a questão da apicultura, em muitos casos, ser utilizada como uma atividade para complementação da renda, assim, é provável que o aumento de experiência do apicultor o conduza ao manejo de um número maior de colméias.

O Brasil possui um potencial apícola ainda inexplorado, advindo da sua biodiversidade da flora, clima favorável, rusticidade e produtividade das abelhas, assim como a disponibilidade de mão-de-obra e tecnologia acessível (ZANDONADI; SILVA, 2005).

Também há um mercado interno para o consumo do mel que pode ser bastante ampliado, um pequeno aumento do consumo per capita, pode absorver a totalidade da produção brasileira.

Nesse sentido, também a participação do mel brasileiro em mercados internacionais pode aumentar a medida em que as qualidades do produto forem sendo reconhecidas pelo consumidor estrangeiro. Em suma, a Cadeia Apícola Brasileira têm um grande potencial de desenvolvimento, tanto em termos de mercados, quanto em termos de capacidade de produção.

5 RESULTADOS DO ESTUDO

Os resultados do estudo serão apresentados da seguinte forma:

Primeiramente, para fins de contextualização, detalha-se os dados descritivos da cadeia no RS, analisando brevemente seu desempenho produtivo.

A seguir, utiliza-se o método SAG, desenvolvido por pesquisadores do PENSA/USP para descrever a Cadeia Apícola, com seus principais atores, ambiente institucional e organizacional.

Na seqüência, com base nos elementos da ECT busca-se identificar as transações efetuadas em cada elo da cadeia para, a seguir, discutir a sua governança. Aqui utiliza-se a abordagem proposta por Williamson (1991).

Na segunda fase da pesquisa, utiliza-se a metodologia qualitativa *rapid appraisal*, baseando-nos em uma série de fontes de dados que proporcionam uma compreensão maior do objeto estudado. No âmbito deste método, utilizou-se neste trabalho entrevistas em profundidade, entrevistas semi-estruturadas, observação direta e pesquisa de dados secundários.

Com base nestas técnicas realiza-se uma caracterização da micro-região de Osório, seguida de uma análise das suas associações e, por fim, da adequação destas associações para a implantação do certificado de *Fair Trade*.

Esta análise de adequação buscou seguir os critérios da certificadora FLO, uma vez que esta é a entidade de maior representatividade no sistema *Fair Trade* em nível mundial.

Ressalta-se que, embora estes critérios tenham sido observados com rigor, os resultados do estudo buscam demonstrar uma realidade atual, não significando que as associações não-enquadradas não possam vir a se adequar futuramente. De fato, para alguns casos, busca-se precisamente identificar e destacar quais seriam estas adequações a serem feitas para que a certificação *Fair Trade* torne-se uma estratégia possível de ser efetivada.

5.1 ANÁLISE DA CADEIA APÍCOLA RS (1º FASE DA PESQUISA)

Esta seção apresenta os dados referentes à Cadeia Apícola do Rio Grande do Sul, seu mapa descritivo e a análise das transações e da governança.

Os últimos dados do Censo Agropecuário de 1995/96, informam que no Rio Grande do Sul existem 76.284 apicultores, com média de 7,7 colméias por apicultor, totalizando 587.386 colméias.

Atualmente o Rio Grande do Sul apresenta a maior produção nacional, tendo produzido em 2005, um volume 7.428 toneladas e das quais 589 toneladas foram exportadas⁶, sendo esta exportação concentrada em três empresas especializadas, que adquirem o produto de uma rede de produtores. A Tabela 8, a seguir, apresenta os dados de produção, exportação e a participação do estado na produção nacional, de 2000 a 2006.

Tabela 8: Produção e exportação de mel e participação do RS de 2000 a 2006

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Produção em toneladas.	5.815	6.045	5.605	6.778	7.317	7.428	N/C
Participação sobre a produção nacional	27,21%	23,36%	23,36%	22,58%	22,66%	22,01%	-
Exportação em toneladas	0,14	0,314	77	555	1.691	589	1.484

Fonte: Elaborado a partir de dados da SECEX, 2007 e IBGE, 2007

Atualmente, segundo Sattler (informação verbal⁷), a produtividade dos apicultores do RS fica em torno de 18Kg/colméia/ano. Esta é uma produção baixa, pois os grandes produtores (acima de 700 colméias) podem tirar de 60 a 80kg de mel por colméia/ano. Também, quando comparada com a produtividade de países vizinhos como Argentina (35Kg/colméia/ano), nossa produtividade média anual deixa bastante a desejar.

Para o estado continuar competitivo, faz-se necessário, além de manter os já existentes atributos de qualidade, ampliar a capacidade de coordenação estratégica, organizando a

⁶ Há que ser investigada uma parcela de produtos apícolas produzidos no RS que são enviados para outros estados e de lá exportados.

⁷ Informação fornecida por Aroni Sattler em entrevista na Faculdade de Agronomia da UFRGS, em Porto Alegre, em maio de 2006.

cadeia. Para isto, é importante compreender a dinâmica de sua produção, a forma como está estruturada a cadeia, o papel desempenhado por cada agente, e os possíveis pontos de ação necessários. A Figura 6 mostra uma representação da Cadeia Apícola do Rio Grande do Sul.

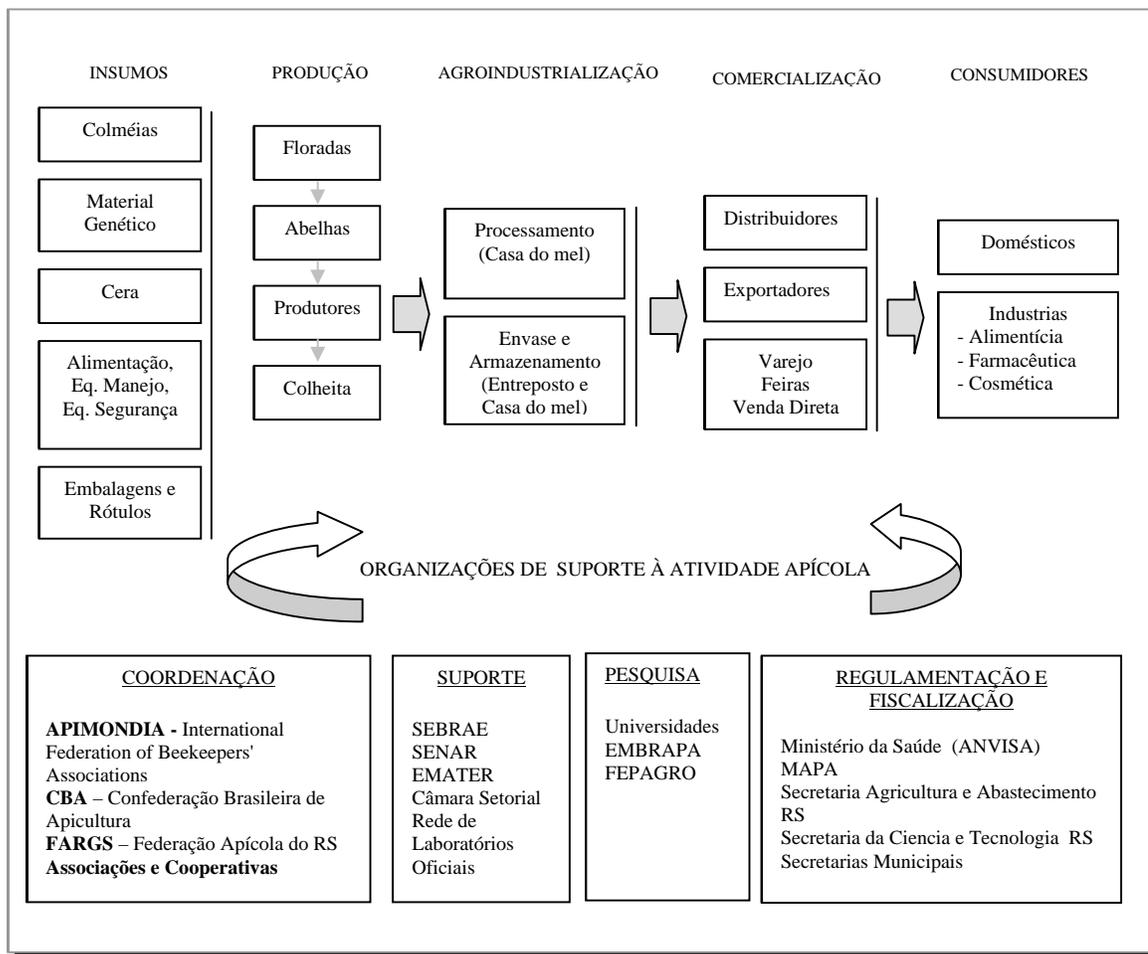


Figura 6: Representação da Cadeia Apícola do RS

A Cadeia Apícola é delimitada por atividades de natureza diversa, a saber: a produção de mel, própolis, cera, geléia real, pólen, sendo os mais explorados.

A apicultura ainda pode ser utilizada para a polinização de algumas culturas como por exemplo: maçã, pêra, cereja, alfafa, linho, algodão, cebola, melancia, nectarina, abacate, cacau, abóbora, girassol, morango, pepino, chuchu, laranja, entre outras.

Para fins deste estudo, a representação da Cadeia, na Figura 6 ilustra a produção do principal produto da Cadeia, o **mel**.

Os principais segmentos que integram a cadeia, dedicados à produção de mel são:

Insumos: considera-se que a cadeia produtiva do mel inicia com a aquisição de insumos para dar início à produção. Para começar a produção, são necessários, a aquisição de caixas para as colméias, cera para as abelhas produzirem o mel, equipamentos de proteção (macacões, luvas, máscaras, botas, fumigador⁸) os enxames de abelhas, rainhas e a disponibilização de área para o apiário, que na maioria das vezes são arrendadas para a produção. As caixas utilizadas como colméias podem ser fabricadas pelo próprio apicultor, assim como os enxames de abelhas podem ser capturados na natureza, sem muitos custos para o apicultor.

Os insumos necessários para o processamento do mel, tanto podem ser do apicultor, como podem pertencer à Associação de Apicultores e serem utilizados por todos os sócios. Esses insumos, que geralmente fazem parte da Casa do Mel⁹, são: mesa desoperculadora¹⁰, garfo e faca desoperculadores, centrífuga, peneiras, tanque decantador, homogeneizadores, embalagens e rótulos.

Produção: este segmento da cadeia refere-se à produção efetuada pelo apicultor desde a instalação do apiário, o manejo das colméias (onde verifica-se a situação das colméias, observando a quantidade de alimento disponível, a presença e a qualidade da postura da rainha, o desenvolvimento das crias, a ocorrência de doenças ou pragas, a necessidade de troca de quadros e caixas, etc) e por fim, a colheita do mel em favos (retirada dos favos da colméia) e o transporte dos favos para a Casa do Mel.

Agroindustrialização: após a chegada dos favos na Casa do Mel é feita a desoperculação dos favos, a centrifugação, a filtragem, a decantação por 48 horas, a estocagem do mel pronto, a classificação, o envase e, por fim, a rotulagem.

⁸ Equipamento constituído de tampa, fole, fornalha, grelha e bico de pato. Tem a função de produzir fumaça, sendo essencial para um manejo seguro da colméia.

⁹ Casa do Mel é o estabelecimento destinado à produção, com recepção de quadros para classificação, desoperculação, centrifugação, filtragem, decantação, estocagem e processamento do mel e demais produtos da apicultura. A construção deve obedecer às normas sanitárias do MAPA (portaria nº 006/986).

¹⁰ A desoperculação consiste na operação de abertura dos alvéolos fechados dos favos, ou a remoção do opérculo (selo ou tampa de cera), com o uso de garfo ou faca desoperculadora, procedimento necessário para a extração do mel pela centrífuga.

Comercialização: o mel é comercializado de duas formas básicas. Na primeira forma é comercializado fracionado em potes de plástico ou de vidro (geralmente 250g, 500g ou 1Kg), em copos, ou em baldes. Este tipo de venda é feita pelo próprio apicultor em feiras, ou pela distribuição a mercados, tendas, armazéns, padarias e outras instalações comerciais de pequeno porte. A distribuição é feita, na maioria das vezes, pelo próprio apicultor, quando a produção é pequena, ou por algum distribuidor, no caso de apicultores profissionais, que produzem grandes quantidades de mel. A segunda forma de comercialização é feita à granel, onde o mel é envasado geralmente em tambores próprios de 50, 100, 200 litros e 300 litros para exportação. Este tipo de venda é geralmente feito através de apiários maiores, que possuem entreposto¹¹ de vendas ou empresas especializadas, que podem oferecer o produto em escala para venda à indústria ou exportação.

5.1.1 Ambiente Institucional e Organizacional

Os componentes da cadeia estão relacionados a um ambiente institucional (leis, normas, instituições normativas) e a um ambiente organizacional (instituições públicas, de crédito, de pesquisa e de assistência técnica, entre outras), que em conjunto exercem influência sobre os demais agentes. Estes elementos compõem um sistema de interesses públicos e privados, nacionais e internacionais.

Como primeira instituição influente sobre a Cadeia, identifica-se o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, seguido pelas Secretarias Estadual e Municipais da Agricultura, os quais atuam em aspectos diversos, dentre eles a fiscalização do mel e demais produtos da apicultura.

A coordenação estratégica das atividades no estado está a cargo da FARGS – Federação Apícola do Rio Grande do Sul, que nos últimos anos busca estimular o debate e encaminhamento de ações coletivas para o setor. A manutenção da Federação, fundada em 1967, é feita com recursos advindos do pagamento de anuidades por seus associados.

¹¹ Entreposto de mel é o estabelecimento destinado ao recebimento, classificação e envase do mel, cera e demais produtos apícola. Diferencia-se da Casa do Mel, porque o entreposto não é uma unidade de produção, assim só recebe mel já centrifugado e embalado. Pode-se comprar mel e demais produtos apícolas de outros apicultores.

Em nível nacional está Confederação Brasileira de Apicultura - CBA. A Confederação Brasileira de Apicultura foi fundada em 28 de janeiro de 1968, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. É uma Sociedade Civil, de duração indeterminada, órgão de âmbito nacional com a finalidade de representar, coordenar, orientar e amparar as entidades de apicultura, filiadas e associadas, existentes no território brasileiro. Está filiada à Apimondia - *International Federation of Beekeepers' Associations*, a entidade máxima representativa do setor no mundo, a qual é considerada a grande difusora de conhecimentos e avanços no setor.

Entre os principais serviços da CBA estão a articulação dos interesses do setor junto aos órgãos técnicos e políticos; a orientação e apoio comercial ao setor, a seus produtos, a promoção de eventos e feiras como o Congresso Nacional de Apicultura realizado a cada dois anos, o acompanhamento de trabalhos acadêmicos para melhorias no setor, o incentivo às pesquisas, e a emissão da Carteira Nacional de Apicultor (que tem por finalidade representar legal e tecnicamente o apicultor, defendendo seus interesses).

A melhoria tecnológica e a difusão de conhecimentos na Cadeia é suprida por diversas entidades federais e estaduais como EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado, a FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária e o SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Também participam as Universidades, como UFRGS, PUC entre outras.

O SEBRAE/RS – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RS, atua na Cadeia, desde 2004, agindo como estimulador da organização da Cadeia, promovendo reuniões mensais com as lideranças da Cadeia, além de cursos de gestão e técnicos em parceria com a EMATER e o SENAR.

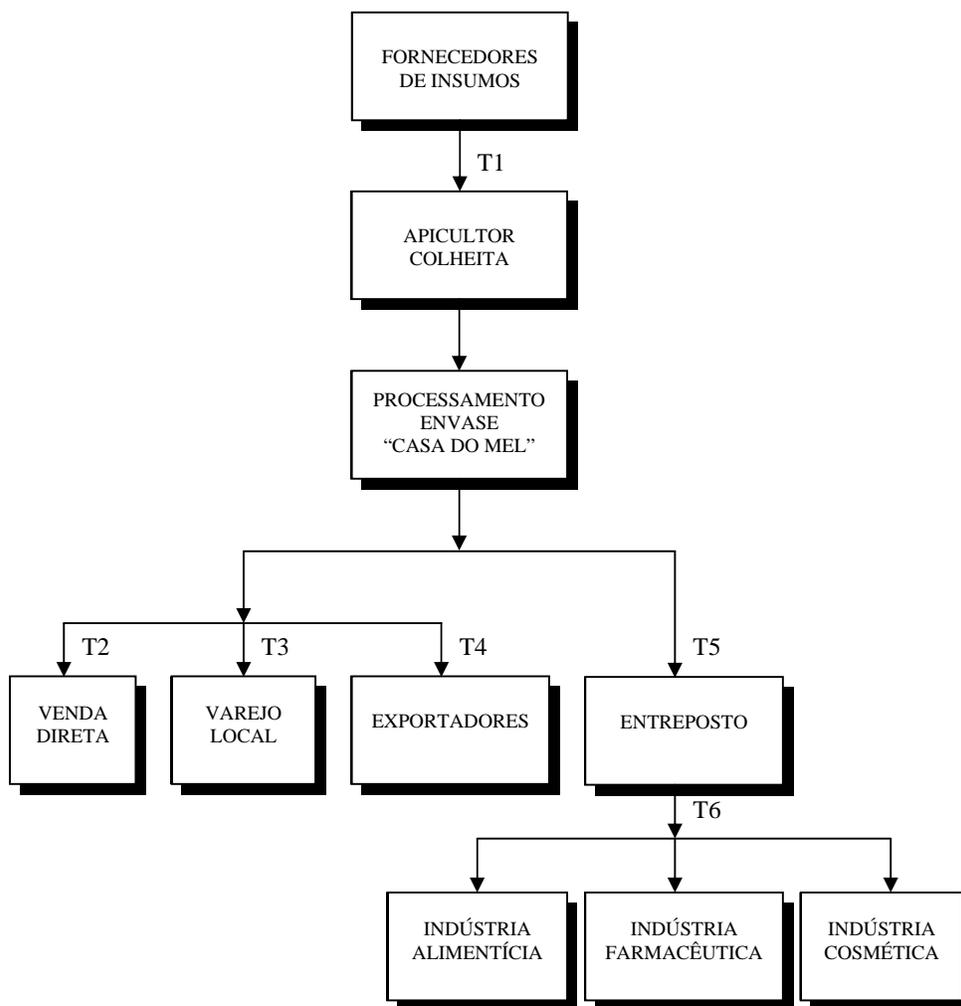
A Câmara Setorial da Apicultura do RS, implantada em agosto de 2006, é um fórum de debate que tem como foco aumentar a competitividade e criar estratégias de ação para desenvolvimento da Cadeia, podendo definir políticas apícolas, encaminhar demandas e buscar a elevação das verbas para custeio das atividades do setor junto à Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento do RS.

5.1.2 Análise da Governança da Cadeia

A compreensão das relações entre os agentes, por meio da análise das transações, permite a verificação das estruturas de governança existentes.

Assim, esta etapa do estudo destina-se à compreensão das estruturas de governança da Cadeia Apícola do RS.

Ambiente Organizacional: Associações, Informação, Pesquisa, Finanças, Cooperativas, Firms



Ambiente Institucional: Aparato Legal, Cultura, Tradições, Educação, Costumes

Figura 7: Principais Transações da Cadeia Apícola do RS

Para o desenvolvimento desta etapa, focou-se a análise de duas variáveis: (a) especificidade dos ativos e (b) frequência de ocorrência das transações. A incerteza, terceira variável na forma de realização das transações, é considerada intrínseca, uma vez que as sucessivas adaptações ocorrem devido à impossibilidade de se enumerar todas as futuras contingências que surgirão (NEVES, 1995).

A grande maioria das transações ocorrem sem que se façam contratos formais, sendo verificada a predominância dos contratos verbais e informais.

Apresenta-se a seguir, uma análise descritiva das principais transações, demonstrando os atributos destas e as estruturas de governança resultantes em cada transação, sintetizada no Quadro 5.

Transação			Atributos das Transações		Estrutura de Governança Resultante
Tn	Comprador	Vendedor	Especificidade de Ativos	Frequência	
T1	Apicultor	Fornecedor Insumos	Baixa	Recorrente	Mercado
T2	Consumidor Final	Apicultor	Baixa	Recorrente	Mercado
T3	Varejo Local	Apicultor	Baixa	Recorrente	Mercado
T4	Exportadores	Apicultor	Baixa	Recorrente	Mercado
T5	Entrepasto	Apicultor	Baixa	Recorrente	Mercado
T6	Indústria	Entrepasto	Baixa	Recorrente	Mercado

Quadro 5: Atributos das Principais Transações e Governança Resultante na Cadeia.

T1 – Transações entre fornecedores de insumos e apicultores: Considerando os insumos necessários para a produção de mel, podemos verificar que o preço é o determinante maior na transação. Existem diversos fornecedores alternativos, sendo que os insumos tendem a ser padronizados e somando-se a elevada recorrência da transação, podemos verificar uma predominância da governança via mercado, sendo a coordenação via preços.

Estes insumos também podem ser adquiridos através da associação de apicultores, o que permite a compra de maiores quantidades, resultando em um poder de barganha maior dos apicultores. Contudo, verifica-se ainda a predominância da governança via mercado e coordenação por preços. A associação é fundada por um grupo de apicultores, que na maioria das vezes constroem a Casa do Mel e a deixam equipada para o processamento do mel até o envase e armazenamento para uso de todos os sócios.

T2 – Transações entre apicultores e consumidor final: Essas transações ocorrem quando o próprio apicultor vende o seu produto em feiras, bancas, na sua própria residência, ou de outras formas. Caracterizam-se por ter baixa especificidade de ativos, e o preço determina a efetuação da transação.

T3 – Transações entre apicultor e varejo local: são transações efetuadas entre o apicultor e o varejo local. Pequenos produtores, por não possuírem escala para venda em grandes varejos, utilizam a rede varejista local, como armazéns, tendas de beira de estrada, padarias e mini-mercados, entre outros, que estão num raio de alcance de distribuição pelo próprio apicultor.

Já os apicultores maiores, podem se utilizar de distribuidores para colocarem os seus produtos em varejos que abrangem todo o estado. Os produtos podem ser comercializados com estes estabelecimentos por consignação ou por transações onde o preço predomina, apesar de se ter a presença do fator localização. A governança é via mercado.

T4 – Transações entre apicultor e exportadores: estas transações ocorrem entre os apicultores e entrepostos, ou empresas que possuem o registro SIF (Serviço de Inspeção Federal) necessário à exportação. São transações que podem ocorrer de duas formas básicas, a primeira quando o exportador financia a produção com a garantia de compra desta, ou quando o produtor produz e vende para o exportador.

Nesta transação, o poder de barganha está na mão do exportador. Esta é uma transação onde, muitas vezes pode ocorrer o oportunismo por parte do exportador. Quando este financia a produção, acorda um preço para o produto final, ficando o produtor “preso” a um acordo, que nem sempre atenta para as oscilações do mercado, quando isto ocorre, surgem formas híbridas de governança.

No entanto esta prática não representa a maioria das transações entre apicultor e exportador, sendo considerado para esta análise a governança via mercado, onde o preço é o fator central da transação. Também, quando o exportador compra mel de apicultores que não fazem parte de sua rede de fornecedores, este negocia o preço que atenda suas próprias necessidades, tendo o apicultor, muitas vezes, que entregar o seu mel a um preço menor que o preço praticado no mercado.

T5 – Transações entre apicultor e entreposto: muitos dos apicultores não possuem entreposto de vendas, assim, para comercializar com a indústria ou com grandes redes varejistas é necessário o fornecimento do produto em alta escala. Assim, os apicultores acabam vendendo seu mel para entrepostos, que geralmente possuem registro SIF, ou outro registro para comercialização e conseguem adquirir o volume necessário para este tipo de venda. Verifica-se também a presença de oportunismo por parte destes entrepostos. A governança ocorre predominantemente via mercado.

T6 – Transações entre entreposto e a indústria: os entrepostos com produção própria e possibilidade de adquirir o produto de outros fornecedores não pertencentes a sua rede conseguem comercializar o produto com a indústria, tanto a **farmacêutica** (o mel é utilizado em vários produtos medicinais, como por exemplo, xaropes, chás, etc.), quanto a **alimentícia** (são diversos os produtos que utilizam o mel em sua composição, como bolachas, margarina, iogurtes, etc.) e **cosmética** (utiliza-se na composição de *shampoos*, condicionadores, cremes faciais e para o corpo, sabonetes, entre outros). A indústria, sem dúvida possui um grande poder de barganha, e pode ter um comportamento oportunista. Observa-se que o preço rege a transação, levando à uma governança via mercado.

O baixo controle de qualidade do produto, a não existência de garantias de suprimento ao longo prazo, a presença de intermediários e a sinalização de mercados potenciais inexplorados são conseqüências da coordenação via mercado entre os agentes da cadeia.

Contratos de longo prazo tenderiam a reduzir os riscos, se houvesse um aumento da especificidade dos ativos, proporcionando a garantia dos atributos de qualidade exigidos pelos clientes, substituindo os intermediários e reduzindo os entraves do sistema. A coordenação poderia dar-se por sub-sistemas estritamente coordenados, onde mecanismos externos de coordenação forneceriam as garantias de fornecimento a longo prazo, bem como as exigências do consumidor final.

A formação dos preços do produto a granel entre os produtores ocorre quase que de forma independente, apesar da atuação no mercado estrangeiro, ficando sujeita à estratégia do mercado de intermediários. Contudo, a existência da intermediação nem sempre é sinônimo de ineficiência.

A dispersão dos produtores em termos locacionais e de escala implica na necessidade de agentes que agreguem a produção e arquem com os custos transacionais de negociação e de transporte do mel.

O problema desta cadeia, baseado no mercado, sendo os preços renegociados a cada transação, é que não fornece os incentivos necessários para que o produtor invista no seu negócio.

O sistema de comercialização do mel tende a inibir iniciativas de produtores que queiram especializar-se no negócio, aumentando a sua produção e que pretendam ter no mel a sua principal fonte de renda. Assim, podemos verificar que a atividade de produção de mel não remunera os investimentos necessários para possíveis aumentos de produção, onde a ampliação da estrutura de produção e processamento se torna um imperativo.

Como forma alternativa de coordenação, é possível melhoria de renda dos produtores, analisou-se as possibilidades de comercialização do mel via certificação *Fair Trade*, onde foram investigadas 6 Associações de Apicultores da Micro-Região de Osório no RS. Os resultados são apresentados na seção seguinte.

5.2 ANÁLISE DA MICRO-REGIÃO DE OSÓRIO (2º FASE PESQUISA)

Esta seção apresenta os dados referentes à análise da Micro-Região de Osório, onde foram pesquisadas as associações de apicultores, no intuito de verificar a adequação destas aos critérios de certificação *Fair Trade* estabelecidos pela FLO.

5.2.1 A Micro-Região de Osório

A micro-região de Osório situa-se no leste do estado do RS, distante cerca de 100 km da capital Porto Alegre. Esta micro-região é formada por 22 municípios, grande parte deles na região do Litoral Norte do estado, conforme ilustra a Figura 8 a seguir.

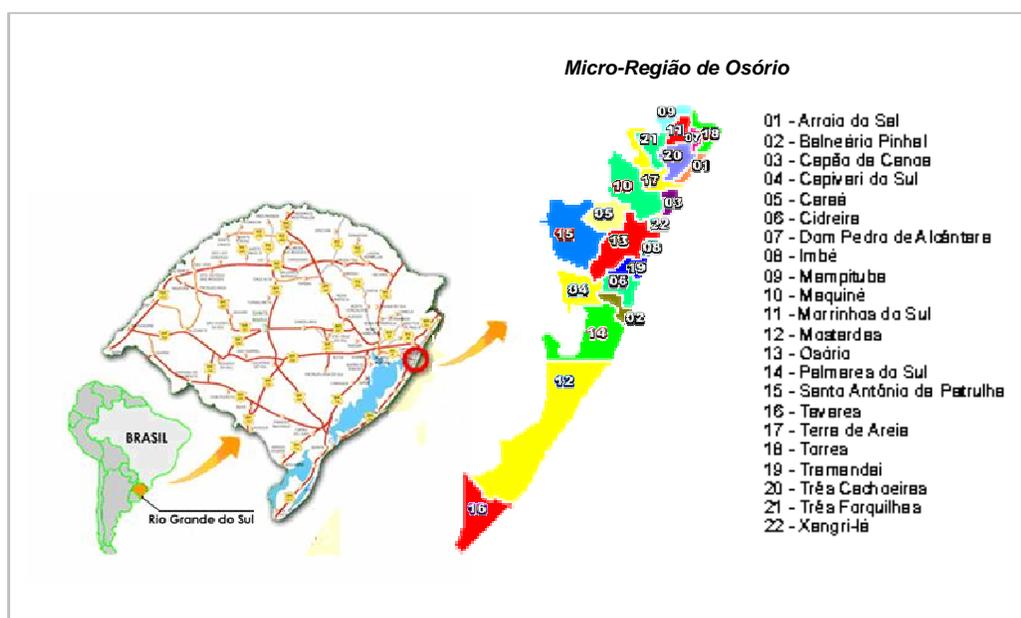


Figura 8: A Micro-Região de Osório

Fonte: Adaptado de CITYBRAZIL, 2006; PINHAL, 2006

Esta micro-região foi escolhida em função de uma série de aspectos econômicos, sociais e ambientais, os quais apresentam bom potencial para enquadramento nos critérios para projetos de *Fair Trade*.

Sob os pontos de vista econômico e social esta região apresenta baixa renda per capita

e grande sazonalidade de rendas em função de se tratarem de municípios de veraneio com população flutuante. Dada esta condição, a população fixa fica exposta a carências importantes fora do período da verão, buscando atividades alternativas que nem sempre são capazes de gerar os ganhos necessários à manutenção do desenvolvimento.

Quanto aos aspectos ambientais, 11 municípios da micro-região possuem áreas de proteção da Mata Atlântica, dentro do escopo do projeto Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no RS, implantado pela FEPAM¹² em 1990 (FEPAM, 2007).

A Tabela 9 apresenta os dados econômicos da micro-região.

Tabela 9: Dados Econômicos da Micro-Região Osório

Indicador	Valor
População Total (2005)	279.628 habitantes
Área (2005):	7.119,8 km ²
Densidade Demográfica (2005)	39,3 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2000)	8,83 %
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	73,34 anos
Coefficiente de Mortalidade Infantil (2005)	12,20 por mil nascidos vivos
PIBpm (2004)	R\$ mil 2.249.804
PIB per capita (2004)	R\$ 8.203
Exportações Totais (2006)	U\$ FOB 17.245.642

Fonte: Elaborado a partir de dados da FEE, 2007

Neste contexto, a apicultura surge como uma atividade com baixas barreiras de entrada e uma importante vocação alternativa na região, cujo entorno e meio rural é cercado de variadas floradas.

Diversos grupos de apicultores já se desenvolvem nos municípios foco do estudo, aproveitando as condições favoráveis, contudo, uma grande parte deles ainda encontra dificuldades de acesso a mercado, o que restringe e desestimula a expansão da atividade e dos volumes produzidos. Encontra-se uma oportunidade para a implantação do *Fair Trade*, como instrumento de acesso a mercado e melhoria de renda.

¹² Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler

5.2.2 Análise das Associações Apícolas da Micro-Região Osório

Foram pesquisadas as 6 associações apícolas da região, abrangendo um total de 128 apicultores, que produzem aproximadamente 390 toneladas de mel por ano. A que destacar que existem mais apicultores atuando na região, no entanto, por ainda não contarem com uma estrutura organizativa, não enquadraram-se no escopo de pesquisa deste estudo.

Como característica comum, essas associações não possuem trabalhadores contratados, enquadrando-se como “Organizações de Pequenos Produtores (1º grau)” segundo definição da FLO, conforme descrito no item 2.6.1.3 do capítulo 2.

Para verificar se estas associações atenderiam aos critérios para obterem a certificação pela FLO, utilizou-se entrevistas semi-estruturadas, com um questionário elaborado segundo os critérios da FLO para FT e da observação direta. Além de complementar os dados obtidos com entrevistas com membros das instituições atuantes no setor como SEBRAE, EMATER e Secretarias Municipais de Agricultura.

Os critérios definidos pela FLO são seguidos de requisitos pelos quais os produtores são inspecionados, e são divididos em **requisitos mínimos** e **requisitos de progresso**, conforme detalhado no item 2.6.1.2 do capítulo 2.

Associação de Apicultores Osoriense – AAPO: fundada em 1993, localizada no município de Osório, conta atualmente com 22 associados, e uma produção de 28 toneladas em 1.500 colméias. O preço praticado é de R\$ 7,00 o quilo em forma fracionada e de R\$ 1,20 à granel (1 associado vende à granel). A associação foi criada com o objetivo de agregar valor ao produto, através do fracionamento e obtenção de registro (SIF¹³) do mel e também para compra de insumos em conjunto, com intuito de reduzir os custos. A atuação no presente se dá com foco em atrair mais sócios, melhorar as instalações, equipar a Casa do Mel, aumentar o mercado e proteger os apicultores. Sustenta-se através de mensalidades no valor de R\$ 10,00 e de jóia de R\$ 2.000,00 paga no ingresso de novos sócios. Seu principal ativo é a Casa do Mel.

¹³ SIF - Serviço de Inspeção Federal, é o órgão responsável pela inspeção e controle sanitário dos produtos de origem animal, tem a missão de supervisionar por meio da legislação federal, medidas que venham assegurar um alto controle de sanidade animal. Para a comercialização no território nacional e para exportação é necessário obter o registro no SIF.

ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES OSORIENSE – AAPO			
Critérios da FLO	Descrição da Associação	Atendimento ao critério FLO	
DIRETRIZ SOCIAL	1) Potencial para Desenvolvimento	A renda média dos associados é de 4 salários mínimos, (R\$ 1.400,00), os associados não vivem exclusivamente da apicultura, sendo que esta representa cerca de 30% de sua renda.	Não
	2) Pequenos Produtores	A maioria dos apicultores (21) possui em média 50 colméias, e utilizam a apicultura como uma complementação de renda. Um apicultor produz 16 toneladas e possui 450 colméias	Parcialmente
	3) Democracia, Participação e Transparência	A associação possui presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e conselho fiscal. Todas as decisões são tomadas através de votação nas reuniões ordinárias, realizadas mensalmente, ou em reuniões extraordinárias. Possui estatuto, e ata de constituição. A contabilidade é avaliada pelo conselho fiscal e divulgada aos sócios nas reuniões.	Sim
	4) Não-discriminação	Não foi identificado nenhum tipo de discriminação, a associação aceita a participação de mulheres, apesar de não ter nenhuma associada no momento.	Sim
DIRETRIZ ECONÔMICA	5) Administração do Prêmio do FT	A associação possui uma forma de organização democrática, assim a administração do prêmio seria discutido nas reuniões mensais e seu uso seria decidido por todos através de votação.	Sim
	6) Capacidade de Exportar	A associação tem capacidade de produção de volume para exportação. No entanto não possui SIF. Todos os testes de laboratórios necessários para comprovar a qualidade do produto são acessíveis à associação e realizados atualmente. A infra-estrutura da associação não disponibiliza os equipamentos de comunicação. Um apicultor já vendeu seu mel para exportadores.	Parcialmente
	7) Fortalecimento Econômico da Organização	A associação se beneficiaria do selo FT pois proporcionaria acesso a um mercado ainda inexplorado. 50% do mel produzido na associação é destinado ao consumidor final, e sofre concorrência desleal com mel clandestino e adulterado, também para venda à granel o valor pago é baixo. Aumentos na produção implicariam em ter que vender o mel a granel, pois o varejo local não absorve um aumento considerável na produção.	Sim
	8) Proteção do Meio Ambiente	Não são utilizados produtos químicos na produção. A associação não possui Sistema de Controle Interno (SCI).	Parcialmente

Quadro 6: Análise da Associação de Apicultores Osoriense - AAPO

Apesar de atender os critérios 3, 4 e 7, esta associação não seria apta à certificação FT, pois a maioria dos seus sócios possui renda derivada de outra atividade que não a apicultura. A associação não possui o registro no SIF.

Associação Apícola de Osório – AAO: fundada em 1998 no município de Osório, conta atualmente com 7 associados e uma produção de 300 toneladas e 8.000 colméias. O preço praticado é de R\$ 6,00 o quilo do mel fracionado e de R\$ 2,20 à granel, o mel comum e R\$ 2,40 o mel orgânico. Foi criada motivada pela necessidade de atuação em grupo, e para o fortalecimento deste grupo, pela criação de uma marca única para venda do mel. Sua atuação no momento está voltada para o aumento do volume de produção com o intuito de barganhar os preços e também para proporcionar o crescimento da Associação. Sustenta-se através do rateio dos custos entre os associados e uma mensalidade de R\$ 30,00. Possui Casa do Mel e Entrepasto, loja para comercialização e equipamentos para transporte das colméias.

ASSOCIAÇÃO APÍCOLA DE OSÓRIO – AAO			
Critérios da FLO		Descrição da Associação	Atendimento ao critério FLO
DIRETRIZ SOCIAL	1) Potencial para Desenvolvimento	A renda média dos associados fica em torno de R\$ 3.000,00 por mês. Todos os associados vivem exclusivamente da apicultura.	Não
	2) Pequenos Produtores	O maior produtor possui 2.400 colméias e o menor 280, os demais têm em média 1.000 colméias. São os apicultores com alto grau de profissionalização, apesar de não utilizarem a mão-de-obra assalariada. O transporte assume certo grau de importância, visto que a associação adquiriu equipamentos de transporte por meio de financiamento.	Não
	3) Democracia, Participação e Transparência	A associação possui presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário. As decisões são tomadas através de Assembleias. Além disso são realizadas reuniões ordinárias, bimensais. Possui estatuto, e ata de constituição. A contabilidade é de responsabilidade do presidente e divulgada aos sócios no balanço anual.	Parcialmente
	4) Não-discriminação	Não foi identificado nenhum tipo de discriminação, a associação aceita a participação de mulheres, sendo que as esposas de todos os apicultores trabalham na produção na etapa de envase do mel.	Sim
DIRETRIZ ECONÔMICA	5) Administração do Prêmio do FT	A associação possui uma forma de organização democrática.	Parcialmente
	6) Capacidade de Exportar	70% da produção da associação é voltada para exportação. Possui SIF. Tem alto volume de produção. Realiza todos os testes de laboratórios necessários para comprovar a qualidade do produto. Possui infra-estrutura completa.	Sim
	7) Fortalecimento Econômico da Organização	O selo FT não traria benefícios para a associação. Os produtores possuem bom nível de produção, exploram mercados tanto nacionais quanto internacionais. Recentemente conseguiu o certificado de orgânico próprio, sem ser através de uma outra empresa e está empenhada em exportar sem atravessadores.	Não
	8) Proteção do Meio Ambiente	Não são utilizados produtos químicos na produção. A produção é certificada orgânica, no entanto, a associação não possui Sistema de Controle Interno (SCI).	Parcialmente

Quadro 7: Análise da Associação Apícola de Osório – AAO

Esta associação possui destaque na região por sua produção e por seu porte. Não atenderia os critérios de *Fair Trade* justamente por esta razão. Observa-se que é a única das

associações estudadas em que os produtores são dedicados exclusivamente à atividade e que possui infra-estrutura completa para processamento e comercialização do mel. Possui o registro no SIF, além de certificação em orgânicos.

Associação de Apicultores de Tramandaí – APITRA: fundada em 2005 no município de Tramandaí, conta com 15 associados e uma produção de 9 toneladas, sendo que cada apicultor da associação possui em média 15 colméias. O preço praticado é de R\$ 10,00 o quilo do mel fracionado não comercializa à granel. Foi criada com o objetivo de organizar a apicultura do município. Atua no presente com foco na melhoria da qualidade do mel produzido e principalmente para aumentar a escala de produção. Sustenta-se através do rateio dos custos entre os associados. Não possui Casa do Mel, os equipamentos para o processamento do mel ficam nas residências dos apicultores.

ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DE TRAMANDAÍ – APITRA			
Critérios da FLO	Descrição da Associação	Atendimento ao critério FLO	
DIRETRIZ SOCIAL	1) Potencial para Desenvolvimento	Os associados não vivem exclusivamente da apicultura, sendo que esta representa cerca de 20% de sua renda, a maioria realiza atividades ligadas ao comércio.	Não
	2) Pequenos Produtores	Os apicultores possuem em média 15 colméias, dois associados trabalham em sociedade possuindo 100 colméias. A apicultura é uma atividade que complementa a renda.	Sim
	3) Democracia, Participação e Transparência	A associação possui presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e conselho fiscal. As decisões são tomadas em conjunto, e reuniões são realizadas quando há motivos especiais para tal. A contabilidade não é divulgada aos associados.	Não
	4) Não-discriminação	Não foi identificado nenhum tipo de discriminação, a associação aceita a participação de mulheres, apesar de não ter nenhuma associada no momento.	Sim
DIRETRIZ ECONÔMICA	5) Administração do Prêmio do FT	A associação possui uma organização democrática, apesar de não divulgar a contabilidade aos sócios. Também as decisões deveriam ser tomadas através de votação, para que não houvesse um liderança a influenciar o uso do prêmio, o que pode ocasionar oportunismo.	Não
	6) Capacidade de Exportar	A associação não possui volume de produção para exportação. Não possui SIF. Não realiza os testes de laboratórios necessários para comprovar a qualidade do produto. Não possui infra-estrutura.	Não
	7) Fortalecimento Econômico da Organização	O selo FT não traria benefícios para a associação, pois a apicultura é uma atividade praticada como lazer, para complementação de renda, dificilmente seus associados abandonariam suas atividades principais para se dedicarem exclusivamente à apicultura. Também a comercialização do mel se dá em canais diretos de venda ao consumidor, por um preço que tem 100% de margem, sendo este mais elevado que os preços mínimos garantidos pelo FT.	Não
8) Proteção do Meio Ambiente	Não são utilizados produtos químicos na produção. A associação não possui Sistema de Controle Interno (SCI).	Parcialmente	

Quadro 8: Análise da Associação de Apicultores de Tramandaí – APITRA

Apesar de a APITRA ser formada em sua maioria por pequenos apicultores, não há uma dependência da atividade rural, sendo a apicultura uma fonte complementar de renda. Assim, estima-se que esses produtores estão menos propensos a abandonar estas atividades para se dedicarem exclusivamente a apicultura. Também os critérios de transparência e democracia na tomada de decisões ainda não estão totalmente atendidos, possivelmente por esta ser uma associação formada recentemente e ainda em fase de estruturação.

Associação de Apicultores de Maquiné – APIMAQ: a associação está sendo reativada por um grupo 22 apicultores do município de Maquiné, que possuem juntos 1.500 colméias e produzem um volume de 40 toneladas. O preço praticado é de R\$ 8,00 o quilo do mel fracionado e cerca de R\$ 2,50 o quilo à granel. Seus objetivos são melhorar a qualidade do produto, aproveitar o potencial para produção de mel da região, além de construir a Casa do Mel, auxiliar na comercialização e obter registro, atualmente seus esforços estão voltados para atingir estes objetivos.

ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DE MAQUINÉ – APIMAQ			
Critérios da FLO		Descrição da Associação	Atendimento ao critério FLO
DIRETRIZ SOCIAL	1) Potencial para Desenvolvimento	Não havia dados sobre a renda média dos associados. Estes não vivem exclusivamente da apicultura, no entanto em sua maioria são do meio rural.	Parcialmente
	2) Pequenos Produtores	A média de colméias por apicultores é de 50 caixas. Sendo associado um apicultor que possui 400 colméias.	Sim
	3) Democracia, Participação e Transparência	A associação possui presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e conselho fiscal. Todas as decisões são tomadas através de votação nas assembleias. A documentação da associação como estatuto e ata de constituição, ainda não foi recuperada. A contabilidade ainda não está sendo realizada devido a reestruturação da associação.	Parcialmente
	4) Não-discriminação	Não foi identificado nenhum tipo de discriminação, a associação aceita a participação de mulheres, apesar de não ter nenhuma associada no momento.	Sim
DIRETRIZ ECONÔMICA	5) Administração do Prêmio do FT	A associação está organizada em bases democráticas, assim acredita-se que a administração e destino do prêmio seriam discutidos nas assembleias e decidido através de votação.	Parcialmente
	6) Capacidade de Exportar	A associação tem capacidade de produção de volume para exportação. No entanto não possui SIF. Não são realizados os testes de laboratórios necessários para comprovar a qualidade do produto. A associação ainda não dispõe de infra-estrutura.	Parcialmente
	7) Fortalecimento Econômico da Organização	A associação se beneficiaria do selo FT pois apesar da apicultura não ser a única atividade dos associados, estes estão localizados em uma zona rural.	Sim
8) Proteção do Meio Ambiente		Não são utilizados produtos químicos na produção. A associação não possui Sistema de Controle Interno (SCI).	Parcialmente

Quadro 9: Análise da Associação de Apicultores de Maquiné – APIMAQ

Esta associação está sendo reativada, atende aos critérios 2, 4 e 7, sendo os demais atendidos parcialmente. Acredita-se que esta associação tem possibilidades de atender aos demais critérios e assim ficar apta à certificação. Apesar de não se ter obtido dados precisos referentes ao padrão de renda dos apicultores, constatou-se por observação que estes atenderiam a este critério e possivelmente obteriam benefícios com a certificação.

Associação Patrulhense de Apicultores – APA: fundada em 1987 no município de Santo Antônio da Patrulha, conta atualmente com 50 associados e uma produção estimada de 10 toneladas. O preço praticado é de R\$ 10,00 o quilo do mel fracionado e cerca de R\$ 5,00 o quilo à granel. Foi criada para unir os apicultores e assim facilitar a comercialização. Atua no sentido de obter maior qualidade do produto, desde o manejo da colméia até o processamento do mel. Sustenta-se através das mensalidades dos associados. A associação não possui ativos, o mel é processado em equipamentos pertencentes a três apicultores associados.

ASSOCIAÇÃO PATRULHENSE DE APICULTORES – APA			
Critérios da FLO		Descrição da Associação	Atendimento ao critério FLO
DIRETRIZ SOCIAL	1) Potencial para Desenvolvimento	A renda média dos associados é de 2 salários mínimos, (R\$ 700,00). A apicultura tem um papel importante sobre a renda dos associados, representa cerca de 50% desta renda. Ainda 60% dos associados vivem exclusivamente da apicultura.	Sim
	2) Pequenos Produtores	Os apicultores possuem em média 40 colméias. Não há um grande produtor associado.	Sim
	3) Democracia, Participação e Transparência	A associação possui presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e conselho fiscal. As decisões são tomadas através de votação em assembléia. Também são realizadas reuniões quinzenais para a organização das ações da associação. Possui estatuto, e ata de constituição. A contabilidade é responsabilidade do tesoureiro e divulgada aos sócios nas assembléias e pela exposição dos balancetes.	Sim
	4) Não-discriminação	Não foi identificado nenhum tipo de discriminação, a associação aceita a participação de mulheres, sendo que todas as esposas dos apicultores participam das atividades de produção e também fazem parte do conselho fiscal.	Sim
DIRETRIZ ECONÔMICA	5) Administração do Prêmio do FT	A associação possui uma forma de organização democrática, assim a administração do prêmio seria discutido nas reuniões quinzenais e seu uso seria decidido nas assembléias.	Sim
	6) Capacidade de Exportar	A associação ainda não possui um volume de produção que viabilize a exportação, no entanto a tem capacidade de aumentar a produção em mais 8 toneladas, sem novas instalações. Não possui SIF. Não realiza os testes de laboratórios necessários para comprovar a qualidade do produto, apesar destes serem acessíveis à associação. A infra-estrutura da associação não disponibiliza os equipamentos de comunicação.	Não
	7) Fortalecimento Econômico da Organização	A associação poderia se beneficiar do selo FT, pois estimularia os apicultores a aumentarem suas produções e e se desenvolverem.	Sim
8) Proteção do Meio Ambiente		Não são utilizados produtos químicos na produção. A associação não possui Sistema de Controle Interno (SCI).	Parcialmente

Quadro 10: Associação Patrulhense de Apicultores – APA

A APA atende a maioria dos critérios para a certificação. A capacidade de exportação, no entanto não é atendida, pois possui uma baixa produção e não possui a infra-estrutura necessária para a obtenção do registro SIF.

Associação dos Agricultores Familiares do Túnel Verde – AAFTV: fundada em 2005, no município Balneário Pinhal, conta atualmente com 12 associados e 1.000 colméias, com um volume de produção de 3 toneladas. O preço praticado é de R\$ 8,00 o quilo do mel fracionado e cerca de R\$ 4,00 o quilo à granel. Foi criada para que os apicultores tenham uma melhor infra-estrutura e assim possam obter o registro para comercialização. Sua atuação no presente se dá com foco melhoria de renda dos sócios. Como não possui infra-estrutura e seus associados possuem baixa renda, não há mensalidade.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO TÚNEL VERDE – AAFTV			
	Crítérios da FLO	Descrição da Associação	Atendimento ao critério FLO
DIRETRIZ SOCIAL	1) Potencial para Desenvolvimento	A renda média dos associados é de 2 salários mínimos, (R\$ 700,00), os associados não vivem exclusivamente da apicultura, sendo que esta representa cerca de 20% de sua renda.	Sim
	2) Pequenos Produtores	A maioria dos apicultores (10) possui em média 78 colméias, tendo associados 1 produtor que possui 200 colméias e outro que possui 15. A apicultura é utilizada como uma complementação de renda.	Sim
	3) Democracia, Participação e Transparência	A associação possui presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e conselho fiscal. As decisões são tomadas através de assembléia por votação. São realizadas reuniões ordinárias quinzenalmente, para que sejam discutidos aspectos técnicos da produção e problemas dos associados. Possui estatuto, e ata de constituição. A contabilidade é realizada pela tesoureiro e apresentada aos sócios nas reuniões.	Sim
	4) Não-discriminação	Não foi identificado nenhum tipo de discriminação. As esposas dos apicultores participam na produção na etapa do envase e participam das assembléias tomando decisões.	Sim
DIRETRIZ ECONÔMICA	5) Administração do Prêmio do FT	A associação possui uma forma de organização democrática, assim a administração do prêmio seria discutido nas reuniões e seu uso seria decidido por todos através de votação nas assembléias.	Sim
	6) Capacidade de Exportar	A associação não possui capacidade de produção para exportação. Não possui SIF. Não realiza os testes de laboratórios necessários para comprovar a qualidade do produto. A associação não possui infra-estrutura.	Não
	7) Fortalecimento Econômico da Organização	A associação se beneficiaria do selo FT pois teria acesso a um mercado ainda inexplorado. Há apicultores na região que ainda não estão associados, mas poderiam se associar, estendendo os benefícios à comunidade. Também na região, devido a flora abundante, há atividade de apicultores maiores, de outras localidades, que acabam ocupando o lugar no mercado local desses pequenos produtores.	Sim
	8) Proteção do Meio Ambiente	Não são utilizados produtos químicos na produção. A associação não possui Sistema de Controle Interno (SCI).	Parcialmente

Quadro 11: Análise da Associação dos Agricultores Familiares do Túnel Verde – AAFTV

Esta associação só não atende plenamente o critério de capacidade de exportação. Também por falta da infra-estrutura e registro no SIF.

5.2.3 Síntese das Associações

O Quadro 12 a seguir apresenta uma síntese da aptidão das associações para a certificação *Fair Trade*, de acordo com a aderência aos critérios da FLO.

SÍNTESE DAS ASSOCIAÇÕES							
Critérios da FLO		Associações					
		AAPO	AAO	APITRA	APIMAQ	APA	AAFTV
SOCIAL	1) Potencial para Desenvolvimento	Não	Não	Não	Parcial	Sim	Sim
	2) Pequenos Produtores	Parcial	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
	3) Democracia, Participação e Transparência	Sim	Parcial	Não	Parcial	Sim	Sim
	4) Não-discriminação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
ECONÔMICA	5) Administração do Prêmio do FT	Sim	Parcial	Não	Parcial	Sim	Sim
	6) Capacidade de Exportar	Parcial	Sim	Não	Parcial	Não	Não
	7) Fortalecimento Econômico da Organização	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	8) Proteção do Meio Ambiente	Parcial	Parcial	Parcial	Parcial	Parcial	Parcial
	Aptidão para obtenção do selo	Não	Não	Não	Parcial	Parcial	Parcial

Quadro 12: Síntese das Associações

O critério referente a capacidade de exportação não é atendido pelas pequenos produtores. A aquisição do registro SIF para comercialização tanto inter-estadual como para exportação é um dos problemas enfrentados pelos apicultores da micro-região. Em termos de

infra-estrutura, faltam recursos para a construção do estabelecimento Casa do Mel, assim como para os equipamentos necessários.

Alguns apicultores, por desenvolverem outras atividades, não conseguem financiamento para esta infra-estrutura, pois fogem do enquadramento necessário para a obtenção do financiamento, por exemplo PRONAF.

O critério referente a preservação do meio ambiente não é atendido plenamente por nenhuma associação. Apesar de estas não utilizarem produtos contaminantes, não existem ações formais para controle do meio ambiente, como por exemplo, Sistemas de Controle Interno (SCI) de produtos contaminantes e descarte de suas embalagens. No entanto, este critério pode ser atendido com o devido monitoramento formal exigido.

Outro critério que pode-se comentar é referente a não-discriminação. Não observou-se nas associações nenhum tipo de preconceito, seja racial, religioso ou de gênero. Este critério não mostrou-se relevante para a micro-região estudada. A FLO atua em nível mundial, e em muitos países ainda existe discriminação.

Quanto ao critério de desenvolvimento econômico, procurou-se observar a condição sócio-econômica dos associados, bem como a infra-estrutura da associação e também seu nível de comprometimento com a atividade. Observou-se também a origem da atividade principal, pois a apicultura é atividade utilizada para complementação da renda e também como *hobby* em muitos casos.

Para verificar o perfil dos produtores, utilizou-se a classificação efetuada pelo DESER (2005), descrita no item 4.2.3. Foram considerados como pequenos produtores, aqueles que possuem até 200 colméias. Destacou-se também aqueles produtores que fugiam deste parâmetro, pois o critério da FLO diz que a maioria dos associados devem ser de pequenos produtores, assim como eles devem ser responsável por mais da metade da produção.

Os critérios 3 e 5 dizem respeito ao processo de tomada de decisão na associação. Este processo deve contar com a participação de todos os associados. Observou-se que na maioria das associações as decisões são tomadas através de votação. Naquelas em este critério não é atendido, acredita-se que seja por estarem em fase inicial.

Tomando por base os critérios definidos pela FLO, observou-se que 3 das associações estudadas poderiam obter a certificação, caso busquem adequar a sua estrutura.

6 CONSIDERAÇÕES E QUESTÕES CRÍTICAS

O objetivo maior deste trabalho foi analisar a viabilidade de implantação da certificação *Fair Trade* nas associações de apicultores da Micro-Região de Osório.

Para atingir este objetivo, buscou-se primeiramente adquirir uma compreensão ampla e sistêmica da cadeia produtiva e de sua problemática para, a seguir, abordar os aspectos intrínsecos da micro-região alvo.

Nesta linha de trabalho, desenvolveu-se um mapeamento da cadeia apícola do RS, identificando os seus principais agentes e inter-relações. Este mapeamento foi concluído através de uma interação de mais de 24 meses com o setor, incluindo entrevistas em profundidade com especialistas e lideranças, participação como observador em reuniões de planejamento estratégico setorial, e também, através da presença na maioria dos eventos do setor no RS. Com base nas inter-relações observadas na cadeia, tornou-se possível caracterizar a sua estrutura de governança, identificando os principais padrões de transações vigentes na atividade apícola no RS, tendo como suporte teórico os conceitos da ECT.

Especificamente na Micro-Região de Osório, desenvolveu-se, através de um questionário estruturado, uma investigação aprofundada de cada uma das associações ali atuantes, analisando a sua forma de gestão e estrutura, os seus objetivos atuais e futuros, os padrões produtivos, as características de envolvimento dos associados, as condutas técnicas e ambientais e o grau de dependência econômica em relação à atividade apícola. Estes dados forneceram o insumo para analisar a viabilidade e os potenciais benefícios da certificação FT para estas associações.

Além destas análises, diversas outras questões de interesse merecem ser destacadas. Entre estas, estão a compreensão de como o *Fair Trade* influenciaria a governança na cadeia produtiva, especificamente nas associações estudadas; como o método de análise de cadeias SAG pode auxiliar no estudo de certificações; qual o papel desempenhado pela escala de produção na dinâmica de acesso a mercado destas associações; e quais as demandas estruturais e organizativas que devem ser abordadas pelas instituições e governo para que uma iniciativa de *Fair Trade* torne-se viável nesta região. Estas questões serão discutidas a seguir.

6.1 A GOVERNANÇA NO FT

Como a certificação *Fair Trade* influenciaria na governança da cadeia?

Com a certificação FT, o mel tornaria-se um produto com alta especificidade de ativos dedicados, sendo suas características conhecidas pelo consumidor, não só em relação aos atributos sociais envolvidos na produção, mas também a atributos de qualidade dos produtos.

O SAG do mel certificado exigiria uma estrutura de governança específica, sendo a certificação o elemento fundamental de governança das transações..

A Figura 9, a seguir, mostra um esboço de como seria a re-configuração das transações, no caso do mel certificado FT.

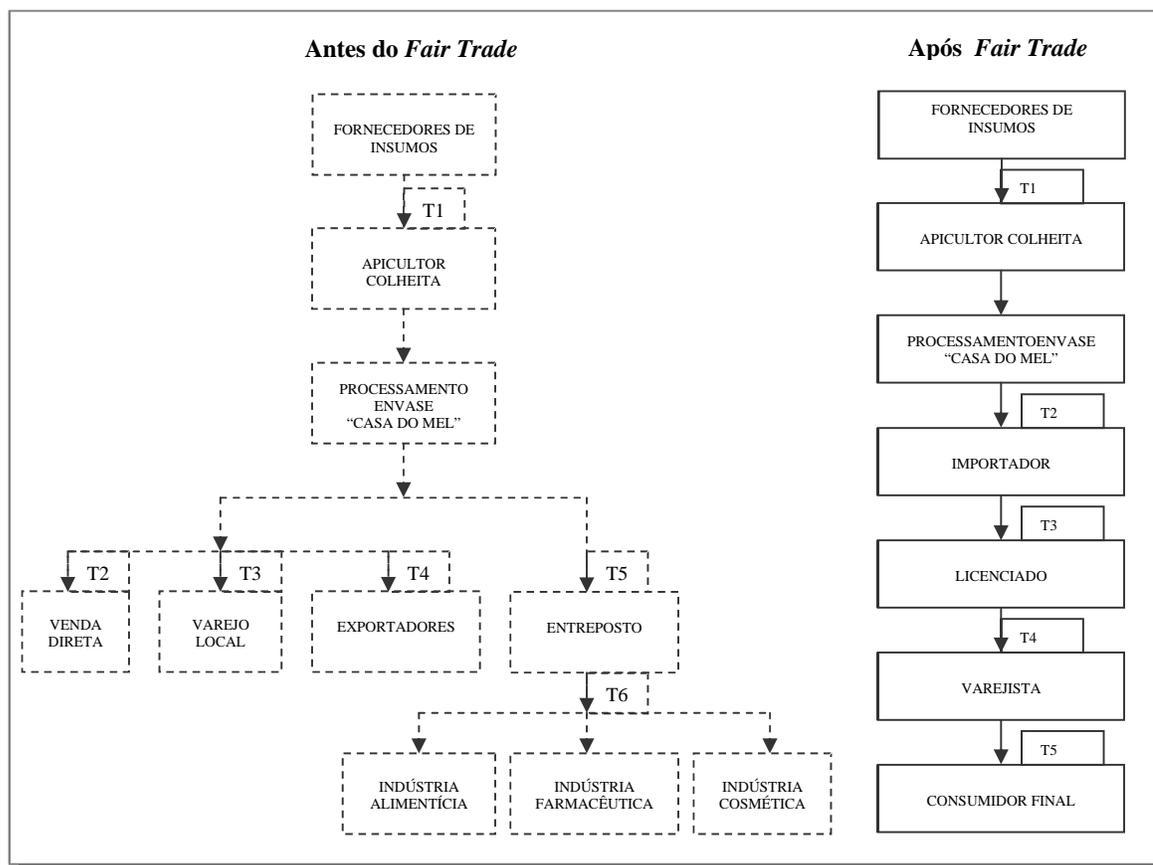


Figura 9: Reconfiguração das Transações com a Implantação do *Fair Trade*

Apresenta-se a seguir, uma análise descritiva das principais transações resultantes da implantação do FT, demonstrando os atributos destas e as estruturas de governança resultantes em cada transação,

T1 – Transações entre fornecedores de insumos e apicultores: esta transação não sofreria modificações motivadas pela certificação. A governança é via mercado.

T2 – Transações entre apicultores e importador: Os importadores, que podem também atacadistas, distribuidores ou atuar diretamente no varejo, compram o produto do produtor, sendo responsáveis pelo pagamento do preço mínimo e do prêmio.

Também podem dar assistência aos produtores: (a) aconselhando-os e apoiando-os tecnicamente no desenvolvimento de produtos; (b) disponibilizando treinamentos; (c) apoiando-os em momentos de dificuldades econômicas e sociais; (d) financiando o início da produção ou o adiantamento da safra. Os ativos são altamente específicos e a governança híbrida.

T3 – Transações entre importador e licenciado: Os licenciados são empresas que recebem da Iniciativa Nacional do Selo a licença para produção e/ou comercialização de um produto FT. Os licenciados podem ser os próprios importadores. Os ativos são altamente específicos e a governança híbrida.

T4 – Transações entre licenciado e varejista: os varejistas no sistema FT podem ser as *World Shops* (Lojas do Mundo), que são lojas especializadas em produtos FT, representantes, ou ainda no varejo tradicional. Os produtos FT também podem ser comercializados por catálogos ou *Internet*. Os ativos são altamente específicos e a governança híbrida.

T5 – Transações entre varejista e consumidor final: nesta última transação, a certificação é o instrumento que garante ao consumidor que aquele determinado produto possui os atributos sociais, ambientais e de qualidade desejados. Os ativos são altamente específicos e formas híbridas de governança.

O quadro 13 sintetiza os elementos apresentados.

Transação			Atributos das Transações		Estrutura de Governança Resultante
Tn	Comprador	Vendedor	Especificidade de Ativos	Frequência	
T1	Apicultor	Fornecedor Insumos	Baixa	Recorrente	Mercado
T2	Importador	Apicultor	Alta	Recorrente	Híbrida
T3	Licenciado	Importador	Alta	Recorrente	Híbrida
T4	Varejista	Licenciado	Alta	Recorrente	Híbrida
T5	Consumidor Final	Varejista	Alta	Recorrente	Híbrida

Quadro 13: Atributos das Principais Transações e Governança Resultante no FT

A certificação também serve para reduzir as assimetrias informacionais, uma vez que os atributos procurados pelos consumidores não são percebidos *ex ante*. Os selos fornecidos pelas certificadoras fornecem a segurança do pagamento de um produto diferenciado e, por isso, tornam-se um fator de decisão de compra (REZENDE, 2003).

Neste novo arranjo das transações para o caso do produto certificado FT, verifica-se a predominância de formas híbridas de governança, evidenciando o papel da certificação como elemento de coordenação da Cadeia.

O produto passa a ter um forte controle de qualidade, estabelecido pelos critérios específicos. Os contratos de longo prazo, estimulados pelo sistema, fornecem a garantia de suprimento, diminuindo a incerteza das transações. Os intermediários que atuam no processo são também envolvidos com todo o sistema de certificação e garantem o cumprimento dos critérios, pois o não atendimento, resultaria em perdas em todos os elos, porque o eixo dos processos de certificação, é a confiança do consumidor final que suas exigências são atendidas.

A garantia dos contratos de longo prazo e o pagamento de um “preço justo” ao produtor poderiam incentivá-lo a investir no desenvolvimento de seu negócio, visto que estariam “protegidos” do surgimento do comportamento oportunista pelo sistema. Cabe ressaltar que outras certificações privadas ou a existência de um selo de qualidade também demandariam mudanças na organização da cadeia e, conseqüentemente, necessidade de maior integração entre os agentes.

6.2 CONTRIBUIÇÃO DO MODELO SAG

Como o método de análise de cadeias SAG pode auxiliar no enriquecimento da análise deste tipo de iniciativa?

O método SAG de estudos de sistemas agroindustriais, constitui-se da descrição do sistema, da análise das transações entre os segmentos do sistema, caracterizando os arranjos institucionais observados, da análise institucional, verificando as regras que pautam o comportamento das organizações e sua influência sobre os agentes (ZYLBERSZTAJN, 2005). Este método foi importante neste estudo pois permitiu o detalhamento e classificação das transações existentes bem como identificação da forma de governança. A certificação FT exige uma maior integração entre os diferentes agentes e, por meio do método SAG, foi possível identificar como isto pode ocorrer.

6.3 O PAPEL DA ESCALA DE PRODUÇÃO

Qual o papel desempenhado pela escala de produção na dinâmica de acesso a mercado destas associações?

Constatou-se no estudo que a maioria dos apicultores da micro-região possuem até 100 colméias e utilizam a atividade para complementar a renda. Neste nível de produção, a exigência em infra-estrutura ainda é baixa, como pôde verificar-se os equipamentos para processamento do mel ficam na própria residência do apicultor.

Para aumentar a escala de produção são necessários investimentos em infra-estrutura e é imprescindível o acesso a novos mercados para escoar a produção.

Com uma baixa escala, a produção é absorvida, quase que totalmente no mercado local, onde a distribuição do produto é, na maioria das vezes, feita pelo próprio apicultor. No entanto, este mercado local não absorve um volume maior do produto, ficando este apicultor, que está em fase de crescimento, desestimulado com a atividade, e suscetível ao comportamento oportunista por parte de entrepostos, empresas e exportadores.

Estes agentes possuem maior poder de barganha em relação aos produtores, pois comercializam com grandes volumes do produto. Eles, além de em alguns casos, produzirem,

também compram o mel de uma rede de apicultores, e quando precisam obter o mel de produtores não pertencentes a sua rede, pagam preços que atendam os seus interesses.

A certificação FT tem como objetivo principal proporcionar sustentabilidade sócio-econômica aos pequenos produtores rurais. Entretanto, com base nos resultados deste estudo, as características organizacionais e técnicas destes produtores ainda não atendem todos os critérios que a FLO estabelece.

6.4 DEMANDAS ESTRUTURAIS E ORGANIZATIVAS

Quais as demandas estruturais e organizativas que devem ser abordadas pelas instituições e governo para que uma iniciativa de *Fair Trade* torne-se viável nesta região?

Um dos problemas observados em relação a certificação *Fair Trade* pela FLO, é o fato de que é necessário ter capacidade de exportação. Para os pequenos apicultores, este critério relaciona-se a uma série de investimentos, nem sempre disponíveis.

A legislação nacional para exportação exige o registro SIF. Para obter este registro devem ser cumpridas uma série de especificações de produto e de infra-estrutura para o processamento. Verificou-se nas associações estudadas que a obtenção deste registro é um dos impeditivos, tanto para exportação, como para a expansão da comercialização em outros estados do país.

Neste contexto, o auxílio das instituições de apoio faz-se imprescindível para o cumprimento desta legislação. Sejam através de apoio à obtenção de financiamentos, ou com apoio direto na construção destes estabelecimentos, como também apoio em sistemas de gestão e aspectos técnicos.

Apesar de alguns esforços já estarem em andamento na região, como o do SEBRAE-RS no intuito de organizar grupos de apicultores e auxiliá-los em aspectos de gestão, esta realidade não está presente em todos os municípios e as questões financeiras são sempre um empecilho para o crescimento.

7 CONCLUSÃO

O estudo de cadeias produtivas é um tema amplo e multifacetado que requer a integração de diversas abordagens e instrumentos para a compreensão de suas questões.

Neste trabalho focalizou-se o sistema de *Fair Trade*, mas, para analisá-lo em profundidade, adotou-se o método SAG e elementos conceituais da Economia dos Custos de Transações.

A incorporação destes elementos representa um aperfeiçoamento na metodologia de análise de certificações que pode inspirar uma replicação em outras cadeias, assim como em outros tipos de certificações. Esta foi a principal contribuição do estudo enriquecendo o corpo de conhecimentos neste tema.

No âmbito prático, o mapeamento da cadeia e das transações aqui realizado, constituiu-se em uma relevante contribuição em termos de informação estratégica para as entidades que tratam do desenvolvimento do setor.

Faz-se importante ressaltar que, pela recente introdução do assunto FT no país, ainda não há uma marco teórico em torno do tema. O conceito ainda está em construção, apesar de já contar com iniciativas como o Faces do Brasil e da BSD.

Entende-se que este processo de consolidação deveria contar com a participação e envolvimento das organizações da sociedade civil, dos governos Federal, Estaduais e Municipais, das empresas privadas, mas também, de uma conscientização do consumidor final.

O consumo interno deve passar por um processo de crítica e decisão ética, assim como acontece na Europa, por exemplo, onde, pesquisa da EFTA (FLORES; SAMPAIO, 2006) revelou que na Inglaterra, 68% dos consumidores entrevistados estavam dispostos a pagar um preço maior e 86% conhecem FT.

Em termos de certificação para o mercado interno ainda não há uma regulamentação. O que tem acontecido é a certificação dos produtos com a marca própria das organizações que trabalham com os produtores. Este é o caso, por exemplo, da organização Viva Rio que põe

um selo com seu nome como forma de garantir a origem dos produtos que são postos em pontos de venda solidários.

O desafio neste sentido é estabelecer um sistema próprio de certificação, adaptado ao contexto brasileiro, mas que possa se integrar as grandes organizações internacionais que certificam e monitoram produtos do FT.

Ressalta-se que o estudo teve um caráter exploratório e focalizado no RS e, em uma única micro-região, e seus resultados não devem ser considerados uma representação da realidade de todo o setor no Brasil. Também, não foi possível quantificar alguns aspectos da cadeia devido a falta de dados secundários consistentes.

Um tema de interesse para próximos estudos seria investigar a associação do FT no mercado nacional com o mercado de produtos orgânicos, já que compartilham alguns princípios como respeito à natureza, equidade nas relações de gênero, não concordância com o trabalho infantil dentre outros aspectos.

Além disto, o mercado de orgânicos encontra-se em expansão, estando já bastante organizado, sendo possível mapear feiras, pontos de promoção nos supermercados em todo o país e também a maioria das organizações que trabalham com este segmento representam os interesses dos trabalhadores da agricultura familiar.

Espera-se que o presente estudo venha a contribuir nesta direção, trazendo maior esclarecimento aos agentes de fomento e apoio e às instituições integrantes da cadeia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKERLOF, G. A. The market for "lemons": quality uncertainty and the market mechanism. **Quarterly Journal of Economics**, n.84, p.488-500, 1970.

ANBA. Agência de Notícias Brasil – Árabe. **Exportação de mel cresceu 37% até setembro**. Disponível em: <www.anba.com.br>. Acesso em: 30 dez. 2006.

BATALHA, M. O. (Coord.) **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2001.

BATALHA, M. O. e SILVA, A. L. da. Cadeias Agroindustriais: Definições e Aplicações. In: Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica – ABIPTI. **Agropolos: Uma proposta Metodológica**. Brasília-DF, 1999.

CARLINI, Reginaldo José Junior; DANTAS, Cléber Luiz Ferreira. A análise Contratual sob a Ótica da Economia dos Custos de Transação: A relação entre uma cooperativa hortícola e uma rede de supermercados no estado de Pernambuco. **Revista de Administração Mackenzie**, ano 5, n.1, p.105-122, 2004.

CBA. Confederação Brasileira de Apicultura. Disponível em: <www.cba.bio.br>. Acesso em: 05 mai. 2006.

CITYBRASIL. **Portal City Brazil** – Território brasileiro. Disponível em <<http://www.citybrazil.com.br/rs/regioes/osorio/>>. Acesso em: 20 out. 2006.

CHAMBERS, Robert. **Relaxed and Participatory Appraisal**. Notes on practical approaches and methods for participants in PRA/PLA-related familiarization workshops, 2002.. Disponível em: <www.ids.ac.uk/ids/partic/>.

COLMÉIAS. Grupo Colméias. Disponível em: <www.colmeias.org.br/>. Acesso em: 20 dez. 2005

DESER. Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais. **Estudo exploratório 13: Cadeia produtiva do mel**. Disponível em: <<http://www.deser.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>> Acesso em: 20 dez. 2005.

FAO – **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. Disponível em <<http://faostat.fao.org/>>. Acesso em: 03 jan. 2007.

FARGS. **Federação Apícola do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.fargs.net>>. Acesso em: 05 dez. 2005.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e Coordenação de Sistemas Agroindustriais: Um ensaio conceitual. **Revista Gestão e Produção**, v.6, n.3, p.147-161, dez. 1999.

FEE. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Disponível em <<http://www.fee.tche.br/>>. Acesso em 02 jan. 2007.

FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler. Disponível em <<http://www.fepam.rs.gov.br/programas/kfw.asp>>. Acesso em 02 jan. 2007

FLO. Fairtrade Labelling Organization International. Disponível em <<http://www.fairtrade.net>>. Acesso em 20 out. 2005.

FLO. Fairtrade Labelling Organization International. Disponível em <<http://www.fairtrade.net>>. Acesso em 21 mar. 2007.

FLO-CERT. FLO-CERT GmbH. Disponível em: <<http://www.flo-cert.net/>>. Acesso em: 02 jan. 2007.

FLORES, M. SAMPAIO, F. **Possibilidades no Mercado Internacional para a Agricultura Familiar: O mercado justo e o orgânico, e os sistemas de certificação.** Disponível em:<<http://www.facesdobrasil.org.br/fb/>> Acesso em: 28 jan. 2006:

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 jan. 2007.

IFTA. International Federation for Alternative Trade. Disponível em: <<http://www.ifat.org/>>. Acesso em: 20 out. 2006.

IPS. **Agência Internacional de Notícias Inter. Press Service.** Disponível em: <<http://tierramerica.net/2001/0429/conectate.shtml>>. Acesso em: 30 dez. 2005.

JONES, Peter; COMFORT, Daphne; HILLIER, David. Developing Customer Relationships Through Fair Trade: A case study from the Retail Market in the UK. **Management Research News.** v.27, n.3, p.77-87, 2004.

KUMAR, Krishna (ed.). **Rapid Appraisal Methods.** Washington, DC: World Bank, 1993.

LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Smith; SILVA, Andrea Lago da. Custos de Transação na Distribuição de Tomate in Natura. *Agricultura São Paulo*, São Paulo, v.51, n.1, p.41-50, jan./jun. 2004

MACHADO, Cláudio Antônio Pinheiro. **Responsabilidade Social Corporativa e Criação de Valor para as Organizações: Um Estudo Multicasos.** 2002. 204p. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2002.

MACHADO, Rosa Teresa Moreira. **Rastreabilidade, tecnologia da informação e coordenação de sistemas agroindustriais.** 2000. 256p. Tese (Doutorado em administração) – Faculdade de Economia, Administração, USP, São Paulo, 2000.

MACKAY, Keith. **Monitorização e Avaliação: Algumas Ferramentas, Métodos e Abordagens.** Washington, D.C: The World Bank, 2004

- MAGALHÃES, Ediney de Oliveira. **Apicultura: Alternativa de Geração de Emprego e Renda**. Disponível em: < <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo11.htm>>. Acesso em 03 abr. 2006.
- MANN, Peter H. **Métodos de Investigação Sociológica**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MAPA - **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil**. Disponível em <www.agricultura.gov.br/>. Acesso em 12 fev. 2006.
- MENARD, Claude. The Economics of Hybrid Organizations. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, v. 160, p. 345-376, 2004.
- NAPOLITANO, G. et al. New Designs in the Honey Agribusiness: The case “Mieles naturales de la Bahía – MR”. In: INTERNATIONAL FOOD E AGRIBUSINESS SYMPOSIUM. 16. Buenos Aires. June 10-13, 2006. **Anais 16th International Conference IAMA**, 2006.
- NASSAR, André Meloni. Certificação no agronegócio. Estudo temático apresentado no **IX Seminário Internacional PENSA de Agribusiness**. Águas de São Pedro, 1999.
- NASSAR, André Meloni. **Eficiência das Associações de Interesse Privado: uma análise do agronegócio brasileiro**. 2001. 234p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2001.
- NETO, F. L. de PAULA e NETO, R. M. de ALMEIDA. Principais Mercados Apícolas Mundiais e a Apicultura Brasileira. In: Congresso da SOBER, XLIII, 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005.
- NEVES, Marcos Fava. **O Sistema Agroindustrial Citrícola: Um exemplo de "quase-integração" no Agribusiness Brasileiro**. 1995. 116p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 1995
- NEVES, Marcos Fava. **Um Modelo para Planejamento de Canais de Distribuição no Setor de Alimentos**. 1999. 297p. Tese (Doutorado em Administração) – Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP São Paulo, 1999.
- NEVES, Marcos Fava. Caracterizando e Quantificando Cadeias Produtivas: O método do PENSA. In: NEVES, Marcus Fava; ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Evaristo Marzabal. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005, p.24-31.
- NEVES, Marcus Fava. et al. A framework for mapping and quantifying value chains towards collective actions. In: WORLDWIDE MARKETING, 33., 2004, Murcia. European Marketing Academy Conference, Murcia, p. 1-9, 2004^a
- NEVES, Marcus Fava, et al. A Framework for Mapping and Quantifying Food & Agribusiness Chains towards Collective Actions. IAMA, 2004, Anais IAMA, 2004b.
- NOGUEIRA, Antônio Carlos Lima. **Custos de Transação e Arranjos Institucionais Alternativos: uma Análise da Avicultura de Corte no Estado de São Paulo**. 2003. 153p.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2003.

PAUL, Elisabeth. Evaluating Fair Trade as a development project: methodological considerations. **Development in Practice**, v.15, n.2, April 2005.

PEDROZO, E. A.; ESTIVALETE, V. F. B. e BEGNIS, H. S. M. Cadeia(s) de Agronegócio: Objeto, Fenômeno e Abordagens Teóricas. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. XXVIII, 2004. Curitiba. **Anais...** Curitiba. 1CD-ROM.

PEDROZO, Eugênio A.; HANSEN, Peter Bent . Clusters, filière, supplychain, redes flexíveis: uma análise comparativa. **Revista Análise**, Porto Alegre, v.12, n.2, p.7-20, 2001.

PINHAL. Município Balneário Pinhal RS. Disponível em <<http://www.balneariopinhal.rs.gov.br/>>. Acesso em 20 out. 2006

PLANETA ORGÂNICO. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/histor.htm>> Acesso em: 30 dez. 2005.

QUEIROZ, Antonio Marcos de; SENJU, Eliana Kiyomi Adati. A Abordagem da Economia dos Custos de Transação e da Teoria Neo-Schumpeteriana na Avicultura de Corte: o caso da Perdigão. **Revista Acadêmica Alfa**, 2004. Disponível em: <<http://www.alfa.br/revista/index.php>>. Acesso em: 02 jan. 2007.

REZENDE, Christiane Leles. **A Coordenação do Sistema Agroindustrial do Tomate Orgânico no Estado de São Paulo e o Comportamento do Consumidor**. 2003. 98p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Nutrição Humana Aplicada, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo, 2003.

REZENDE, Christiane L.; FARINA, Elizabeth M. M. Q. **Assimetria Informacional no Mercado de Alimentos Orgânicos**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/>>. Acesso em: 20 dez. de 2005.

SEBRAE. **Comércio Justo: Pesquisa Mundial**, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br/>>.

SEBRAE. Desafios da Apicultura Brasileira. **Revista SEBRAE Agronegócios**, Brasília, n. 3, maio, 2006.

SECEX. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/depPlaDesComExterior/indEstatisticas/balCom_mensal.php>. Acesso em: 03 jan. 2007.

SMORIGO, Juliana Negrini. Os Sistemas de Distribuição de Flores e Plantas Ornamentais: Uma aplicação da Economia dos Custos de Transação. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO AGROALIMENTAR – PENSA/FEA/USP. Ribeirão Preto, 1999. **Anais...**, Ribeirão Preto, 1999.

STIGLITZ, Joseph E. Credit markets and the control of capital. **Journal of Money, Credit and Banking**, v.17, p.133-152, 1985.

TIPS. Using Rapid Appraisal Methods. **USAID Center for Development Information and Evaluation. Performance Monitoring and Evaluation**, n.5, 1996.

URIARTE, Alex. **Fair Trade: Uma Introdução e Algumas Reflexões**. 2002. Disponível em: <<http://www.bsd-net.com>>. Acesso em: 18 nov. 2005.

VIEIRA, Luciana Marques. **The impact of private and public standards on the co-ordination and co-operation in the Brazilian beef chain**. 2004. Tese (Doutorado em Agricultural and Food Economics) - The University of Reading, READING, Inglaterra, 2004.

WIESE, Helmut. **Apicultura: Novos Tempos**. 2.ed. Guaíba: Agrolivros, 2005. 378p.

WILKINS, Linda; SWATMAN; Paula; CASTLEMAN, Tanya. Faster, Richer, Better: Rapid Appraisal Techniques for the Study of IS Implementation in Virtual Communities. **The Qualitative Report**, v. 9, n.1, p.161-175, March 2004. Disponível em: <<http://www.nova.edu/ssss/QR/QR9-1/wilkins.pdf>>.

WILLIAMSON, Oliver. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**. New York: The Free Press, 1985, 450p.

WILLIAMSON, Oliver. Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v.36, p.269-296. June, 1991

ZANDONADI, Diogo A.; SILVA, Orlando M. da. Análise da Competitividade do Brasil no Mercado Internacional de Mel. In: Congresso da SOBER, XLIII, 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da Nova Economia das Instituições**. 238p. Tese (Livre-Docência) – Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ZYLBERSZTAJN, Décio. Entre o Mercado e a Hierarquia: Análise de Casos de Quebra Contratual no Agribusiness. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. 34. Aracaju, 1996. **Anais do XXXIV Congresso da SOBER**. Aracaju, ago.1996, p. 671-688.

ZYLBERSZTAJN, Décio; et al. (Org.) **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. 428p.

ZYLBERSZTAJN, Décio. O Papel dos Contratos na Coordenação Agro-Industrial: um olhar além dos mercados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v.43, n.3, p.385-420, jul./set., 2005.

ZYLBERSZTAJN, Décio; FARINA, E. M. M. Q. Strictly Coordinated Food-Systems: Exploring the Limits of Coasian Firm. **International Food and Agribusiness Management Review**, v.2, n.2, p.249-265, 1999.

APÊNDICE A – PRODUÇÃO DE MEL POR ESTADOS DE 2000 A 2005

Estados	Ano						Variação 2000/2005	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	%	Ton.
Rio Grande do Sul	5.815,4	6.045,4	5.604,7	6.777,90	7.317,4	7.427,9	27,73	1.612,5
Piauí	1.862,7	1.741,1	2.221,5	3.146,40	3.894,4	4.497,4	141,45	2.634,7
Paraná	2.871,0	2.925,4	2.844,0	4.068,20	4.348,3	4.462,0	55,42	1.591,0
Santa Catarina	3.983,7	3.774,7	3.828,8	4.511,00	3.600,6	3.925,5	-1,46	-58,2
São Paulo	1.830,3	2.053,2	2.092,8	2.454,30	2.333,2	2.395,8	30,90	565,5
Ceará	654,8	671,9	1.373,4	1.895,90	2.933,1	2.311,6	253,02	1.656,8
Minas Gerais	2.101,0	2.068,0	2.408,2	2.194,40	2.134,4	2.207,9	5,09	106,9
Bahia	520,9	688,1	873,3	1.418,60	1.494,7	1.775,4	240,83	1.254,5
Pernambuco	344,3	320,1	575	653,4	883,2	1.028,8	198,81	684,5
Maranhão	132,5	133	158,1	285,9	436,1	517,5	290,57	385,0
Mato Grosso do Sul	302,8	340,4	334,4	407,5	365,6	450,6	48,81	147,8
Rio Grande do Norte	171,1	160,7	247	372,8	515,2	447,9	161,78	276,8
Mato Grosso	191,5	188,2	174,8	241,1	300,1	374,8	95,72	183,3
Rio de Janeiro	405,6	385,3	359,7	374,7	367,1	335	-17,41	-70,6
Espírito Santo	176,7	179,7	276	312,5	352,6	333,5	88,74	156,8
Goiás	117,4	128,2	155,1	178,8	224,6	244,6	108,35	127,2
Pará	83,4	78,3	91,6	149,4	199,4	223,6	168,11	140,2
Roraima	4,7	4,7	12,5	70	121,8	202,2	4202,13	197,5
Alagoas	13,9	21,2	14,5	85,7	116,1	183,9	1223,02	170,0
Tocantins	46,7	55,8	70,7	90,9	89,3	111,5	138,76	64,8
Rondônia	164,6	174,9	192,4	194,1	102,3	110,7	-32,75	-53,9
Paraíba	30	32,4	41,2	58,6	73	87,6	192,00	57,6
Sergipe	17,8	31	56	50,3	55,2	60,7	241,01	42,9
Distrito Federal	20	14,1	19,1	24,5	26,4	27,5	37,50	7,5
Acre	1,8	3,3	3,3	4,5	4,9	4,3	138,89	2,5
Amazonas	0,5	0,5	0,6	1	1	1	100,00	0,5

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE (2007)

ANEXO A – QUESTIONÁRIO PARA AS ASSOCIAÇÕES APÍCOLAS

ANEXO B – QUESTIONÁRIO PARA PRODUTORES APÍCOLAS

ANEXO C – FLO-CERT *PRODUCER CERTIFICATION FEES: SMALL FARMERS*

ANEXO D – *FIRST GRADE SMALL FARMER PRODUCER ORGANIZATION*

**ANEXO E – CRITÉRIOS DE FT PARA MEL DE ORGANIZAÇÕES DE
PEQUENOS PRODUTORES**

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)